



UDESC

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**LÍNGUA NACIONAL EM DETERRO –
PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA (1870 –
1889): CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA
DA EDUCAÇÃO EM DISCURSOS
JORNALÍSTICOS**

SUZANE CARDOSO GONÇALVES MADRUGA

FLORIANÓPOLIS, 2014

SUZANE CARDOSO GONÇALVES MADRUGA

**LÍNGUA NACIONAL EM DESTERRO – PROVÍNCIA DE
SANTA CATARINA (1870 – 1889): CONTRIBUIÇÕES PARA A
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM DISCURSOS JORNALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Gisela Eggert Steindel

FLORIANÓPOLIS, SC

2014

M1831

Madruza, Suzane Cardoso Gonçalves

Língua nacional em Desterro - província de Santa Catarina (1870 - 1889): contribuições para a história da educação em discursos jornalísticos / Suzane Cardoso Gonçalves Madruza. - 2014.

137 p. : il. ; 21 cm

Orientador: Gisela Eggert Steindel

Bibliografia: p. 150-155

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

1. Linguística. 2. Língua - História. I. Madruza, Suzane Cardoso Gonçalves. II. Steindel, Gisela Eggert. III. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de pós-graduação em Educação. IV. Título

CDD: 000.00 - 20.ed.

SUZANE CARDOSO GONÇALVES MADRUGA

**LÍNGUA NACIONAL EM DESTERRO – PROVÍNCIA DE SANTA
CATARINA (1870 – 1889):**

**CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM
DISCURSOS JORNALÍSTICOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____
Prof.^a Dr.^a Gisela Eggert Steindel
UDESC

Membro: _____
Prof.^a Dr.^a Gladys Mary Ghizoni Teive
UDESC

Membro: _____
Prof.^a Dr.^a Ivana Stolze Lima
PUC-Rio

Membro: _____
Prof.^a Dr.^a Izete Lehmkuhl Coelho
UFSC

Florianópolis, 11 de março de 2014.

Dedico aos amigos que me ajudaram a chegar até este momento e, em especial, a meu marido Glenio Madruga II.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas as pessoas que fizeram parte dessa trajetória de descobertas, dificuldades e conflitos superados. Cabe agradecer tanto aos amigos que compreenderam a distância em momentos importantes, como também agradecer aos familiares pelo silêncio e carinho nos momentos certos. Mas antes de elencar as pessoas de quem me faço muito devedora, agradeço a Deus e a Jesus de Nazaré, pois permitem que acontecimentos como estes se realizem e porque me proporcionam, através de instrumentos muito queridos, a força e a coragem necessária para passar pelas dificuldades do caminho.

Início agradecendo às pessoas que conheci nestes dois anos de trabalho e que muito contribuíram para que esta pesquisa esteja sendo finalizada. Desse modo, agradeço a todos os professores do PPGE/UDESC pela disponibilidade. Gostaria de registrar meus agradecimentos, de maneira especial, à minha orientadora Professora Gisela Eggert Steindel, que aceitou o meu trabalho, inclusive a mudança de temática mesmo a proposta sendo fora de sua área de formação e pesquisa. Certamente, sua coragem em aceitar esse desafio me deu forças para ir até o fim. Aproveito para agradecer à banca de qualificação: à Professora Maria Teresa Santos Cunha, a quem agradeço por ter aceito o convite e participado do debate; à Professora Izete Lehmkuhl Coelho que contribuiu muito para a construção do texto final desta dissertação com sua leitura atenta e interessada; à Professora Ivana Stolze Lima por contribuir, primeiramente através dos seus artigos acerca dos estudos de língua nacional, posteriormente compondo a banca e permitindo que outras questões fossem levantadas para o enriquecimento do trabalho. Além de agradecer à banca de qualificação, agradeço também à Professora Gladys Mary Ghizoni Teive, que aceitou fazer parte da banca de defesa desta pesquisa e, além disso, contribuiu imensamente para que o tema ganhasse forma através das reflexões propostas na disciplina **Seminário de Pesquisa em História e Historiografia da Educação**. A todas as professoras a minha gratidão, o meu respeito e especial admiração pelo trabalho que executam no campo da pesquisa acadêmica.

Agradeço também aos bibliotecários Almeri Machado, Alzeni Machado, Evandro Jair Duarte e Roseleia Marcelino Antunes, pelo

sempre atencioso atendimento no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Sou grata aos colegas de Mestrado e por ter, entre eles, conhecido amigas muito especiais como Carolina Ribeiro Cardoso da Silva e Adriana Broering. À Adriana por sua imensa generosidade e leveza na maneira de lidar com as dificuldades e à Carolina – minha querida Todynho – pelos momentos tensos e engraçados de descobertas, tanto no período da pesquisa, como em eventos através dos quais tive a oportunidade de conviver com essa criatura especial e única.

Agradeço a meus pais, que me ensinaram, através do exemplo, a importância do trabalho. Por mais que não compreendessem muito o que eu estava fazendo, respeitavam e se alegravam com cada vitória. Sou grata a meu esposo e companheiro de todas as horas, Glenio Madruga II. Sei que o momento de imersão no trabalho e da distância em algumas situações não foram fáceis, no entanto, seu carinho, compreensão e respeito me deram força para seguir em frente e acreditar que era possível. Além disso, as nossas conversas sobre a escrita muito ajudaram para que o trabalho se efetivasse. Também agradeço a meu gato Farofa, pois em momentos de trabalho incessante ele estava ao meu lado e nas dores diárias, deitava-se no meu colo para me dar carinho e atenção.

Às amigas a quem peço desculpas pela distância neste período, Natália Fortunato, Carla Dayane Cassol, Denise Araújo, Priscila Antunes e Patrícia Antunes, agradeço pela força que me enviavam em pensamentos, pelos momentos difíceis que acompanharam e me deram seus olhares de carinho e aquele abraço que só a verdadeira amizade proporciona. Agradeço também a oportunidade por ter vocês na minha existência.

Enfim, agradeço a todos pela oportunidade que me deram de conhecê-los, pelos conhecimentos que me proporcionaram e por fazerem parte da minha vida neste momento que considero tão especial. Muitos nomes ainda faltam nestes agradecimentos, mas estão em meu coração, com todo o carinho que posso lhes endereçar.

RESUMO

MADRUGA, Suzane Cardoso Gonçalves. **Língua nacional em Desterro – província de Santa Catarina (1870 – 1889):** Contribuições para a História da Educação em discursos jornalísticos. Dissertação (Mestrado em Educação – Linha História e Historiografia da Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2014.

O presente trabalho visa refletir acerca dos embates em torno da língua nacional em jornais - entre 1870 e 1889 - na Cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). A pesquisa busca contribuir para enriquecer a área da História da Educação no que concerne às práticas educativas que se constroem fora do ambiente escolar. Desse modo, leva-se em conta o período final do Império brasileiro e como a língua portuguesa, chamada língua nacional, torna-se importante elemento de caracterização de nação independente. Interessa-nos perceber, sobremaneira, o que reverberava entre os intelectuais desterrenses acerca da constituição da língua nacional, bem como a compreensão da importância dessa constituição para a consolidação de uma identidade nacional (e local), uma vez que existiam conflitos políticos e sociais entre conservadores e liberais – a respeito do uso da língua conforme as prescrições de Portugal – no processo de consolidação da língua nacional. A partir desse contexto, torna-se relevante refletir acerca de uma proposta de identidade linguística por parte daqueles que buscavam uma identidade efetivamente brasileira. As fontes utilizadas nesta pesquisa são sete títulos de jornais de Desterro que circularam entre os anos de 1870 e 1889, os quais fazem parte de um corpus de 36 jornais publicados em Desterro. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter documental com metodologia voltada para a leitura e análise dos conteúdos desses documentos – a pesquisa documental relaciona-se ao conceito de documento/monumento de Jacques Le Goff, uma vez que se entende a necessidade de uma análise das fontes a partir da compreensão do aspecto de construção desses documentos e dos interesses de quem os fabrica. Para realizar a análise dos debates empreendidos nos jornais acerca da língua nacional, buscamos movimentar o conceito de estratégias e táticas de Michel de Certeau, no sentido de identificar o que os redatores dos jornais empreendiam como táticas ou estratégias para defenderem seu ponto de vista acerca da língua. Além disso, contamos com o conceito de Norbert Elias sobre o processo civilizador para compreender como os discursos movimentam a construção da noção de língua nacional. Os resultados da pesquisa mostraram que o conservadorismo linguístico imperava em Desterro e que os discursos jornalísticos apontam para uma espécie de regra geral no uso da língua, que se relaciona com o que o redator considera como o uso correto da língua em termos de escrita. Tais

resultados apresentam, para a História da Educação, diferentes abordagens de pesquisa a contemplarem o estudo dos discursos jornalísticos como reguladores de usos e comportamentos, neste caso, comportamentos linguísticos.

Palavras-chave: Língua nacional – História da Educação. Província de Santa Catarina – História da Educação. Impressos. Discursos jornalísticos.

ABSTRACT

The present essay aims to think over the discussions around the national language between 1870 and 1889 in the newspapers of Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis). The research aims to contribute to enrich the knowledge of History of Education in relation to educational practices that are constructed outside the school environment. Thus, it takes into account the final period of the Brazilian Empire and how the Portuguese language, called national language, became an important element to characterize an independent nation. Interests us to understand what was discussed among the people of Desterro about the intellectual constitution of the national language as well as to comprehend the importance of this constitution to the consolidation of a national (and local) identity. Political and social conflicts were usual between conservatives and liberals about the use of language agreeing (or not) to the rules adopted in Portugal, during the consolidation of the national language in Desterro. From this context, it is relevant to think on the proposal for a linguistic identity by those that were seeking for a truly Brazilian identity. The sources used in this research were seven newspaper titles of Desterro, which circulated between 1870 and 1889. They are part of a corpus of thirty-six newspapers published in Desterro. It is, therefore, a documentary research with methodologies for reading and analyzing the contents of these documents, related to the concept of document/monument of Jacques Le Goff. The analysis of the sources is necessary to understand the construction of these documents and the interests of who manufactures them. To perform the analysis of the debate that took place in the newspapers about the national language, we seek to move the concept of strategies and tactics of Michel de Certeau to identify what the editors undertook tactics or strategies to defend his point of view about the language. In addition, we rely on the concept of Norbert Elias about the civilizing process to understand how discourses constructed the concept of national language. The results showed that the linguistic conservatism ruled in Desterro and journalistic discourses pointed to a kind of general rule in the use of language that relates to what the writer saw as the correct use of language in terms of writing. These results demonstrate, for the History of Education, different research approaches to contemplate the study of journalistic discourses as a factor of regulation of uses and behaviors, in this case, linguistic behaviors.

Keywords: National language – History of Education. Province of Santa Catarina – History of Education. Press. Journalistic discourses.

SUMÁRIO

RETIRANDO A POEIRA	15
1 DOS IMPRESSOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE A LÍNGUA NACIONAL NO BRASIL	32
1.1 DESTERRO E OS JORNAIS: IMAGINÁRIOS REGISTRADOS NA PALAVRA IMPRESSA	38
2 LÍNGUA PORTUGUESA – ELEMENTO NACIONAL NO SÉCULO XIX	49
2.1 LÍNGUA NACIONAL – A INVENÇÃO DA NORMA	55
3 DISCURSOS NOS JORNAIS DE DESTERRO – A LÍNGUA EM DEBATE	67
3.1 DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA NACIONAL EM DESTERRO DO SÉCULO XIX: OS JORNAIS.....	73
3.2 O QUE OS PERIÓDICOS DESTERRENSES PODEM REVELAR	83
CONSIDERAÇÕES DO ESTUDO: EXPONDO EM PORTA-RETRATOS.....	126
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICE A – LISTA DOS JORNAIS CATARINENSES (1870 -1989): ESTADO DE PRESERVAÇÃO (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA).....	136

RETIRANDO A POEIRA

“Estes comentários leves, que duram menos ainda do que as estafadíssimas rosas de Malherbe, não deram abaixo das instituições, não fundam na terra o império da justiça, não levantam nem abaixam o câmbio, não depravam nem regeneram os homens; escreve-se, leem-se, esquecem-se, tendo apenas servido para encher cinco minutos da monótona existência de todos os dias. Mas, quem sabe, talvez muito tarde, um investigador curioso, remexendo esta poeira têmue da história, venha achar dentro dela alguma coisa.”
(BILAC, In: DIMAS, 2006, p. 227)

Retirar a poeira dos objetos é uma necessidade. Isso, muitas vezes, leva-nos a uma descoberta instigante e indescritível. Nesse sentido, descobrir discursos há muito guardados e permitir que fiquem expostos como em porta-retratos é conceber a beleza da pesquisa. É nesta perspectiva, de colocar um objeto de pesquisa em um porta-retratos, que se insere este trabalho. Busca-se, em jornais amarelados e aparentemente sem valor, vestígios de discursos a respeito da Língua Portuguesa. Retirar a poeira configura-se como o primeiro passo para, posteriormente, seguir a proposta de Umberto Eco (2012, p. 5) quando explana do que se faz necessário para a elaboração de uma tese:

Com efeito, elaborar uma tese significa: (1) identificar um tema preciso; (2) recolher documentação sobre ele; (3) por em ordem esses documentos; (4) reexaminar em primeira mão o tema à luz da documentação recolhida; (5) dar forma orgânica a todas as reflexões precedentes; (6) empenhar-se para que o leitor compreenda o que se quis dizer e possa, se for o caso, recorrer à mesma documentação a fim de retomar o tema por conta própria.

Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias ideias e ordenar os dados: é

uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um 'objeto' que, como princípio, possa também servir aos outros. Assim, *não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta.*”

Diante do material disponível definiu-se como tema da presente pesquisa a língua nacional. Nas palavras de Sandra Carazza¹ trata-se do objeto “bruto”, pois o objeto “singular”, aquele que tira o sono e transforma as reflexões em materialidade são os discursos acerca da língua nacional em jornais da cidade de Nossa Senhora do Desterro, Província de Santa Catarina (1870–1889). O “singular” é o que se concebe por língua nacional e porque fora relevante para o período tal discussão.

Cabe ressaltar que o interesse por este objeto não surgiu de hipóteses vazias e de mãos limpas. Foi necessário sujar as mãos na poeira de jornais há muito guardados, que, apesar de bem cuidados, não podem prescindir à força do tempo. No entanto, após a poeira há a descoberta e com a descoberta a exposição em porta-retratos. Ou seja, busca-se trazer à tona a discussão para que, a partir do que foi aqui explanado, novas limpezas se façam e que o objeto, no retrato da história, vá ganhando novas cores e outras molduras.

Para que esse projeto possa “criar” corpo não é possível esquecer que o papel do orientador é fundamental. Como bem lembra Eco:

[...] uma boa tese deve ser discutida passo a passo com o orientador, nos limites do possível. E não para lisonjear o mestre, mas porque escrever uma tese é como escrever um livro, é um exercício de comunicação que presume a existência de um público: e o orientador é a única amostra de público competente à disposição do aluno no curso de seu trabalho (2012, p. 15).

¹ CORAZZA, S. M. Manual infame... mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. In: BIANCHETTINI, L.; MACHADO, A. M. N. **Bússola do escrever**. Florianópolis: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006, p.355-370.

Assim ocorreu com a escolha do objeto que será aqui apresentado e analisado. A orientação e a aceitação em percorrer discursos empoeirados foram fundamentais para que o tema tomasse a configuração de uma dissertação de mestrado, ou seja, para que o objeto pudesse se materializar como algo a ser estudado. Principalmente se levarmos em conta que o período proposto para o estudo possui configurações políticas e sociais bem complexas, como, por exemplo, a dificuldade com o ensino da leitura e da escrita da população desterrense.

Diante da leitura de jornais, aparentemente não muito buscados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC), no Centro de Florianópolis, foi possível perceber que os intelectuais² do período imperial brasileiro, residentes e/ou nascidos em Desterro, interessavam-se pela questão da língua e sua configuração numa nação independente, necessitada de identidade. Para a retirada da poeira definiu-se como objeto a língua nacional no final do império brasileiro, mais especificamente entre 1870 e 1989.

Ao delimitar o caminho a ser seguido, buscaram-se trabalhos acadêmicos relacionados que pudessem auxiliar na construção do objeto quanto problema de uma pesquisa de mestrado. No entanto, o que se obteve de uma busca preliminar pela base de dados da CAPES foi a nula (aparentemente) inserção da temática sob a ótica da História da Educação, ou seja, nada a respeito foi localizado. Desse modo, recorreremos às pesquisas realizadas no campo da linguística, as quais deixam explícito, de certa forma, que a discussão do assunto, apesar de estar presente em períodos anteriores, possui um maior número de registros a partir da década de 1870. Assim, a escolha pelo período deu-se através de leituras de artigos, dissertações e teses que tratam da temática, ou seja, pesquisas que buscaram identificar comportamentos discursivos relacionados ao estabelecimento do imaginário de língua nacional.

Nesse sentido, para delinear as questões do trabalho foi necessário fazer um levantamento das dissertações, teses e artigos que

² Entende-se por intelectuais, “homens cuja produção é sempre influenciada pela participação em associações, mais ou menos formais, e em uma série de outros grupos, que se salientam por práticas culturais de oralidade e/ou de escrita”. Desse modo, utilizamos o conceito de intelectuais proposto por Ângela de Castro Gomes no livro **Escrita de si, escrita da história**, 2004, p. 51.

tratam da questão da língua nacional no período imperial brasileiro. Como já mencionado, nada foi localizado desse período no campo da História da Educação, no entanto, através do contato com os estudos linguísticos foi possível perceber que o interesse pela temática é recente e, muitas vezes, há uma vinculação com estudos embasados nas linhas de Linguística Histórica e Políticas Linguísticas. Dessa forma, serão apresentados no segundo capítulo desta dissertação, de maneira detalhada, contributos teóricos que amparam o embasamento das reflexões propostas nesta pesquisa. Os trabalhos adotados como base para o estado da arte são as teses de doutorado de Lilian do Rocio Borba (2006) e Ana Maria Di Renzo (2005); as dissertações de mestrado de Roberto Cândido da Silva (2008) e Regina Miranda (2007); e os artigos de Ivana Stolze Lima (2003) e (2009), e João Paulo Coelho de Souza Rodrigues (2008). Outras bibliografias são utilizadas para complementar a abordagem dos discursos acerca da língua nacional e para observar como essa abordagem era compreendida pelos intelectuais de Nossa Senhora de Desterro.

Além disso, trata-se de um período cujo número de distribuição dos jornais aumenta (apesar de a maioria possuir uma breve circulação) e em que as discussões acerca da política e acerca da necessidade de uma nacionalidade brasileira são mais recorrentes. No processo de construção dos discursos sobre a língua percebe-se a emergência de grupos antes sem voz no contexto nacional. Após a guerra do Paraguai, grupos descontentes com a monarquia brasileira passam a acirrar disputas políticas.

Como mencionado anteriormente, a temática apresentada por esta dissertação apresenta-se como nova no campo da História da Educação. Uma das possíveis explicações para tal fato é a recente adoção da História Cultural como área dos estudos históricos e como perspectiva relevante para as pesquisas dos processos educacionais no Brasil. Portanto, a relevância desta pesquisa se dá pelo seu aspecto inicial enquanto temática na História da Educação, bem como por sua proposta de reflexão acerca do saber local sobre a língua utilizada e em transformação no território brasileiro.

Dessa forma, objetiva-se com esta pesquisa - ao menos em Santa Catarina - iniciar os estudos relacionados à história da construção de discursos a respeito da língua nacional. Para atender a este objetivo, buscamos responder às seguintes questões: o que reverberava entre os intelectuais desterrenses acerca da língua nacional? O que a noção de língua pode contribuir para a compreensão e consolidação de uma

identidade nacional (e local)? Quais grupos estavam envolvidos nessa discussão? Quais os possíveis interesses imbricados nesses discursos? Quem eram os “deturpadores” da língua portuguesa e por que assim eram considerados? Como se dava, em Desterro, o jogo de forças que determinava qual era o uso correto da língua? Para responder a essas questões torna-se pertinente refletir qual a importância da imprensa para o surgimento de uma norma da língua e o que faz essa norma ser entendida como correta e, por isso, o modelo a ser ensinado nas escolas e, conseqüentemente cobrado entre os redatores dos jornais desterrenses.

Diante das questões levantadas, cabe refletir sobre a ideia de nacionalidade e trazê-la para a discussão, uma vez que faz parte de um dos temas mais relevantes do período desta pesquisa e também porque possui importante reverberação no modo como a língua será compreendida e exigida no meio jornalístico da época. A ideia de nacionalidade não é algo que surgiu do nada. Como bem lembra Flora Sussekind (1994, p. 454),

Trata-se, porém, de operação particularmente complicada. De um lado porque é preciso inventar retroativamente a nacionalidade desejada, fundar alguma coisa dizendo que, de algum modo, ela já estaria lá. De outro porque há um duplo compromisso em jogo nessa literatura que se produz nos decênios de 30 a 70 no Brasil do século XIX: tanto com uma sintonia ao panorama cultural internacional de então quanto com um todo-poderoso projeto de individualização nacional. Mão dupla que, se não é exclusividade da consciência literária romântica, assumiria caráter peculiar nesse período.

É a partir dessa ideia de invenção que propomos as questões pensadas nesta dissertação, pois compreende-se aqui o papel político e social no qual a língua figurava como uma das relações entre os diferentes grupos que passavam a despontar no contexto social. Por este processo, torna-se necessário refletir também sobre a importância da literatura do século XIX para que as questões de língua ganhassem espaço e, a partir disso, é importante refletir acerca do papel exercido por vários nomes da literatura que foram referência na maneira de escrever e na forma como a língua era entendida. No âmbito nacional há

a figura de Gonçalves Dias e José de Alencar, os quais, apesar de apresentarem uma proposta de língua brasileira com contribuições dos povos aqui existentes, pouco modificam a visão purista a respeito da língua. Vale lembrar que

houve quem afirmasse ('claro é que temos uma língua e uma língua brasileira'), como Joaquim Norberto, no número de junho de 1855 da revista *Guanabara*, a existência de uma língua brasileira própria. E, baseando-se em diferenças sobretudo vocabulares. Norberto contava a história da fria recepção do *Caramuru* (1781) em Portugal para ilustrar a afirmativa de que a língua usada no Brasil, sem dúvida a portuguesa, a seu ver, não seria tal e qual a usada na 'antiga mãe pátria'. Segundo ele, Santa Rita Durão até certo ponto previra o modo como receberiam seu poema. E, supondo que estranhariam os nomes de alguns personagens, chamou atenção para o fato de nomes de ingleses e alemães não serem, muitas vezes, 'menos bárbaros' do que os utilizados por ele (SUSSEKIND, 1994, p. 458).

No entanto, quem defendia a persistência da influência portuguesa no processo linguístico brasileiro defendia que os nomes brasileiros 'não eram bárbaros, mas ridículos' e, assim já se instaurava tensões que duravam meses e que anos depois ainda eram adotadas como focos ou mesmo como gatilho para discordâncias e como motivo para o rebaixamento do adversário político, em muitos casos (SUSSEKIND, 1994, p. 458).

Ao adotar este processo político e procurar refletir sobre as discussões em torno da língua, busca-se perceber como o termo língua nacional cogita uma postura política estabelecida como um processo de normatização do uso da escrita do português. No capítulo dois, que trata da língua nacional, explora-se mais detalhadamente este processo concebendo que "O aumento da circulação de impressos foi sem dúvida um dos grandes eixos onde se assentou a expansão da língua pelo Império" (LIMA, 2008, p. 225). Além disso, outras questões como as relacionadas à literatura merecem atenção, uma vez que é no romantismo (concebendo as suas diferentes fases) que, segundo

Rodrigues³, “a questão da língua nacional começou a ser debatida no país”. Por essa razão e para que a pesquisa fosse desenvolvida durante o tempo destinado ao mestrado, escolheu-se como recorte os jornais publicados em Nossa Senhora do Desterro entre 1870 e 1889. Dessa forma, busca-se uma análise de cunho historiográfico dos discursos dos intelectuais catarinenses acerca da língua nacional.

Por recorte inicial da pesquisa, entende-se que se dá na década de 1870 o início da atuação, no cenário nacional e sob condições formais através dos jornais e associações, de grupos descontentes com a monarquia. A guerra do Paraguai funcionou como um dos estopins desses movimentos, os quais se apoiaram na diminuição da força política do Imperador. Aproveitando tal processo, “os Liberais tenderam a insistir na velha crítica ao elemento português” (MATTOS, 2004, p. 156). Uma das questões levantadas foi o tráfico negreiro intercontinental, por conta da abolição adotada por outras nações, o que permitiu diversas discussões entre *Squaremas* e *Luzias*⁴, os quais passaram a conceber que escravidão e Império eram indissociáveis. Essas questões permitiram o surgimento do partido republicano e a disseminação de ideias antimonarquistas.

Com as questões linguísticas não foi diferente, uma vez que tensões políticas e sociais podem ser percebidas na forma de ensinar a língua e no que seria exigido nos chamados exames realizados pelos alunos que desejavam realizar o curso secundário. Por conta do tempo destinado ao mestrado e da temática escolhida, não exploraremos as questões relacionadas à instrução pública, mas deixamos claro que era uma discussão recorrente nos jornais e possuir na constituição de 1824 referências ao ensino de língua, mais especificamente com o uso “ensino da língua nacional”. Cabe ressaltar que se entende neste trabalho o papel regulador dos jornais desterrenses atuando no processo de normatização da língua, mais especificamente, na modalidade escrita. Desse modo, normatizar a língua seria um modo de perscrutar indícios da história da educação em Santa Catarina.

Perceber o processo da normatização linguística em Desterro leva-nos a refletir na importância do conceito de regulação de Norbert

³ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *Através do Atlântico: Diálogos luso-brasileiros em torno da língua portuguesa (1820 – 1930)*. Luso-brazilian Review 45:2, 2008.

⁴ Os *Squaremas* são os representantes do partido conservador, sendo os *Luzias* aqueles que pertenciam ao partido liberal.

Elias, estabelecido no *Processo Civilizador*⁵. Além disso e do que será exposto enquanto dado de pesquisa, torna-se necessário perceber a permanência de discursos acerca da língua também na República, o que faz pensar nas palavras de Mattos (2004, p. 300) quando coloca que “o Império não reaparece entre nós unicamente nos três dias do ano em que, festivamente, nos ‘despedimos da carne’; mas que nos acompanha, cotidianamente, monopolizando nossas almas e ditando nosso proceder”.

Para compreender como ocorreu esse processo de novos grupos a questionarem o modo de governo do então Império do Brasil, é importante ressaltar que por trás dos discursos estudados há também um projeto de nacionalização/nação, o qual é inventado a partir do final da década de 1860. Dessa forma, 1870 torna-se um importante marco para a pesquisa proposta, uma vez que emerge de questões abordadas pela “geração de 1870”. Esta geração seguiu a linha da geração de 1870 formada em Portugal – trata-se de grupos de intelectuais que, através das mídias disponíveis, contestavam a legislação e traziam à tona as dificuldades enfrentadas pelos diversos grupos da sociedade, em sua maioria descontentes com o governo. Por uma construção a partir de grupos descontentes com a monarquia (muitos deles por não fazerem parte do poder político) ocorre determinada preocupação pela formação de uma historicidade nacional brasileira. Busca-se, desse modo, uma autonomia política.

Além da questão social envolvida, faz-se necessário compreender a posição do Brasil diante do colonizador, bem como dos demais países europeus. Para essa representação a formação simbólica de um país construído com grupos raciais/étnicos específicos ajuda no processo de construção de determinada identidade. Para representar os caracteres de origem do povo e da política e/ou o pensamento nacional brasileiro ficam estabelecidos “três núcleos significativos – o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico” (ALONSO, 2009, p. 95).

Diante disso, faz-se necessário perceber que os grupos de intelectuais provenientes da política, da literatura e dos demais campos, chamados campos das letras, possuíam perspectivas de modernidade para o Brasil. Assim,

⁵ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização** – conceituação mais detalhada no capítulo três, nas reflexões acerca dos dados analisados.

O movimento da geração de 1870 configurou-se no momento em que a lenta desagregação de nossa formação social colonial emergiu como tema do debate político, isto é, como problema exigindo equacionamento. Três dimensões dessa estrutura de oportunidades políticas demarcaram os parâmetros da comunidade de experiência dos membros do movimento da geração de 1870 (ALONSO, 2009, p. 89).

De debates a partir desses grupos, considerados marginalizados na sociedade do Império brasileiro, ganharam espaço não apenas as discussões acerca da abolição, da nacionalidade e da identidade linguística brasileira, mas também a ideia de república como o modelo ideal a ser adotado pelo Brasil. Para muitos, esta última ideia iria “libertar” definitivamente o Brasil dos vínculos com Portugal, uma vez que há um retorno do discurso da influência portuguesa no Brasil imperial. De acordo com Ângela Alonso⁶ (2009, p. 89),

O debate sobre a reforma da ordem sociopolítica colonial, assentada na escravidão e na monarquia, cindiu a elite política imperial. A ala favorável à modernização da economia e do sistema político queria mudanças lentas e graduais, no sentido da abolição da escravidão, da laicização do Estado e da democratização das instituições políticas, de modo a garantir a representação das minorias. Desse lado estavam membros moderados do Partido Conservador e a maior parte do Partido Liberal. Outros, sobretudo os conservadores 'emperrados', temiam que quaisquer reformas solapassem as instituições políticas e a hierarquia social. O confronto entre essas facções explicitou-se na virada da década de 1860 para a de 1870, quando os liberais se insurgiram contra as prerrogativas do Poder Moderador, e aparte moderada do Partido Conservador enfrentou os

⁶ ALONSO, Ângela. *Apropriação de ideias no Segundo Reinado*.

emperrados, iniciando uma reforma modernizadora. A consequência: crise nos dois partidos e esboroamento do acordo entre as facções da elite que mantinha o *status quo* imperial. Parte dos liberais abandonou o sistema oligárquico e acenou com aliança para grupos marginalizados pelos partidos oficiais. E assim nasceu o Partido Republicano.

Contemplando essa ideia de modernidade e identidade nacional “deveria entrar a marca da civilização europeia da qual a nação nova desejava fazer parte; daí a construção da imagem de um bom colonizador português” (ALONSO, 2009, p. 95).

A partir disso, Alonso coloca a existência de três núcleos significativos para que o processo de preservação do Império se desse, são eles: “o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico”. Segundo a autora, estes três núcleos “compuseram a tradição imperial”, isso porque tais fundamentos constituíam-se quais “doutrinas autóctones” (2009, p. 95). No entanto,

A tradição deliberadamente inventada no início do Segundo Reinado, como sói acontecer em momentos fundacionais, não se cristalizou em livros de teoria política. Encarnou-se nas próprias instituições, e o que nelas não se podia expressar diretamente, a imagem da identidade nacional, ganhou corpo na literatura. Seus princípios só mereceram justificativas explícitas no momento de crise do regime. A partir de finais da década de 1860, membros da elite imperial, particularmente os emperrados, refratários a qualquer reforma, subiram ao púlpito do Parlamento para reafirmar a restrição da cidadania aos proprietários de terra; a imagem da identidade nacional como fusão de portugueses e índios e a manutenção da hierarquia social como expressão direta da vontade divina. Disseram então que qualquer ataque à tradição poria a sociedade imperial inteira abaixo. Deram assim a pista para que os grupos marginalizados o fizessem (ALONSO, 2009, p. 95-96).

É a partir desse processo que os intelectuais de 1870 ganham força e passam a contar com os grupos marginalizados e o quadro muda, formando-se o discurso da mudança. Diante dessa virada de ideias, “grupos conservadores pinçaram seletivamente conceitos, argumentos e explicações conforme sua eficácia para alicerçar uma crítica à tradição imperial” (ALONSO, 2009, P. 97). Com discursos não embasados, pois autores conhecidos eram citados de maneira muito superficial, o imaginário de decadência do Império brasileiro ganha espaço.

Com tal situação os grupos descontentes e tidos como marginalizados exigiam

uma reforma. Viam o Estado burocrático-legal como condição *sine qua non* do ingresso na modernidade. A descentralização político administrativa e tributária, a garantia de livre exercício das atividades produtivas, bancária e comercial, e a criação pelo Estado, da infraestrutura de comunicações e transportes gerariam as condições para a expansão do capitalismo. Nesse pacote entrava a secularização das instituições. A separação de Igreja e Estado, à exceção de positivistas abolicionistas, era desejada também como meio de incentivo à imigração protestante (ALONSO, 2009, p. 109).

Tais processos políticos e sociais pelos quais passava o Brasil permitiu a emergência de discursos contestadores de diversas ordens. Como já dito, a língua também foi contemplada em tais discursos, em muitos casos permeada por questões relacionadas ao poder político. No caso de Desterro não foi diferente, pois a tensão entre os jornalistas se dava conforme o grupo que estava no governo. Assim, a língua, ou melhor a sua escrita, era o gatilho para o início de uma discussão.

A pesquisa traz, em seu bojo, questões de embates entre puristas (defensores de uma língua portuguesa) e dialetistas (estudiosos de uma língua brasileira). Além disso, cabe ressaltar a existência dos possíveis apagamentos quanto às línguas de imigrantes e de africanos que viviam em Desterro. Essas línguas, ao que parece apagadas da legislação vigente eram as trazidas pelos alemães, por exemplo, de sua terra natal, e não eram contempladas como expressão linguística, mas como uso

incorreto da língua portuguesa. Em um dos artigos ao qual tivemos acesso no final da nossa pesquisa, do Jornal *O Despertador*, o redator expõe a dificuldade de os filhos dos colonos irem às escolas e aprenderem a língua nacional.⁷ No entanto, por mais que essas relações não sejam ignoradas neste trabalho, não será trabalhada a questão dos processos linguísticos envolvendo tais grupos em Desterro por conta, como já explicitamos, do tempo destinado a esta pesquisa. O que cabe explicar, nesse sentido, é que as tensões envolvendo os diversos discursos sobre a língua não eram dicotômicos, mas configuravam-se de contextos políticos e sociais específicos. Os embates aqui analisados apresentam, em certa medida, o processo de normatização da língua uma vez que quem detinha o “poder da palavra escrita” não fugia às regras gerais empreendidas pelo senso comum de como a língua deveria ser utilizada e fazia uso, muitas vezes, do “deslize” na escrita do jornal concorrente para desvalorizá-lo diante dos leitores.

Permeando as questões relacionadas ao uso da língua, é possível perceber a existência tanto dos processos políticos da formação brasileira quanto nação independente, como a busca de uma identidade nacional, desvinculada de uma cultura simplesmente lusitana.

Nesse sentido, insere-se esta pesquisa na discussão da língua nacional que, de acordo com as análises realizadas nas fontes adotadas, também estão presentes nos jornais da Cidade de Nossa Senhora do Desterro. Tal descoberta traz novo olhar a respeito das concepções de língua e de uso linguístico vigente na cidade catarinense e, além disso, revela uma peculiaridade local no trato de questões polêmicas e que geraram embates políticos e sociais acerca do uso da língua escrita/falada no Brasil.

Para dar suporte ao estudo da língua nacional em Desterro serão analisados os discursos dos jornais do final do Império brasileiro, publicados entre 1870 e 1889. No total, foram encontrados 61 (sessenta e um) jornais da cidade de Desterro durante todo o período imperial. No entanto, por conta da delimitação temporal este número caiu para 36 (trinta e seis)⁸. A partir do levantamento do número de periódicos que

⁷ *O Despertador* – Ano VIII; nº 737; 19 de fevereiro de 1870 – Consta neste periódico o artigo acima citado. Infelizmente só tivemos acesso a ele após terminada a coleta de dados, uma vez que se encontra interdito na BPSC; mas foi disponibilizado há pouco tempo, no sítio da Biblioteca Nacional.

⁸ O quadro com os títulos e a situação dos jornais que circularam em Desterro entre 1870 e 1889 encontra-se no apêndice desta dissertação.

fazem parte do recorte temporal, seguiu-se para a leitura a fim de verificarmos quais desses 36 jornais estavam disponíveis para consulta. Isso porque muitos dos jornais, não só da região estudada, mas do Estado de Santa Catarina, estiveram um longo período em condições inadequadas de arquivamento. A importância dos impressos, em diversos momentos da história catarinense, foi entendida como irrelevante para as instituições responsáveis por esse material e o resultado desse descaso com as fontes, para os pesquisadores tão preciosas, resulta na impossibilidade de acesso a muitas delas e, por isso, num novo corte no processo de pesquisa. Necessário se faz esclarecer que muitos jornais destes periódicos que identificamos como pertencendo ao período estudado constam como interditados ou “em processo de restauro” conforme informação dada pelo responsável pelo setor de Obras Raras da Biblioteca.

Após a análise dos periódicos, nova relação foi feita, pois não foi possível encontrar em todos eles discursos relacionados à língua nacional. Por isso, dos 14 (quatorze) jornais disponíveis para consulta e analisados, 07 (sete) possuem dados, os quais estão especificados no capítulo final deste trabalho. Após este levantamento, ou seja, no final do processo de coleta de dados, foi possível ter acesso a um dos jornais interditados na Biblioteca. Esse jornal é *A Regeneração* e atualmente sua visualização só é possível através do site da Biblioteca Nacional⁹. O periódico citado apresentou dados importantes para a pesquisa e, por conta disso, foi inserido como fonte a ser analisado, mesmo não sendo possível acesso ao suporte físico e a todos os títulos.

Outro dado a ser analisado nos jornais disponíveis para a pesquisa são os subtítulos, pois indicam seu posicionamento frente ao público leitor, uma vez que 21 (vinte e um) declaram-se políticos e 15 (quinze) colocam-se como imparciais utilizando a nomenclatura “literário”, “noticioso” e “recreativo”. Tais informações auxiliam a refletir não apenas sobre as relações linguísticas obtidas a partir do convívio ou jogos de poder entre as línguas existentes em Desterro¹⁰, mas também sobre questões políticas que permeavam esse processo.

⁹ Dados do jornal *A Regeneração* disponível em: <<http://www.bn.br/portal/>>. Acesso em 10 Set. 2013

¹⁰ A perspectiva das diversas línguas existentes, não só em Desterro mas na Província de Santa Catarina, se dá por conta de dados encontrados sobre as línguas africanas (em processo de contato com o português) e as línguas dos imigrantes (de acordo com os dados encontrados, alemães). Tais dados serão

Dessa forma, procura-se com esta pesquisa perceber a reverberação das tensões entre os lusitanos/pró-lusitanos e os antilusitanos (puristas e dialetistas) no processo de consolidação da língua nacional, bem como refletir acerca de uma proposta de identidade linguística, uma vez que, em âmbito nacional, buscava-se uma identidade efetivamente brasileira. Para contemplar essas questões, pretende-se identificar as táticas empreendidas pelos intelectuais desterrenses.

Nesse sentido e para efeitos de registro, acredita-se que há diversas informações acerca do processo linguístico em Santa Catarina. Dados que ainda não foram efetivamente trabalhados, mas que, seja através dos jornais ou de outros documentos com possíveis apagamentos identitários, permitem contemplar a existência dos seguintes grupos: os que defendiam uma língua efetivamente nacional (brasileira) com as características da influência das línguas africanas e indígenas; grupos estabelecidos em Desterro que procuravam, de alguma maneira, preservar a língua trazida do país de origem, como é o caso dos colonos (em grande quantidade os alemães); e os grupos que defendiam uma língua nos moldes do português de Portugal como se fosse esta, pelo caráter distintivo da língua do colonizador e por ser uma língua europeia, a língua a ser adotada.

Compreendendo tal questão e retomando a proposta inicial desta dissertação, entende-se que as táticas e estratégias podem estabelecer-se por parte dos diferentes grupos por não se tratar de um processo dicotômico, mas que coloca tensões e jogos políticos e que visam benefícios e poder institucional. O que pode ser esperado, até pelo caráter político em que se encontrava Desterro com suas peculiaridades no que se refere aos interesses de seus jornalistas, é que a língua trazida pelos portugueses era, em certa medida, a língua preferida pela maioria dos redatores dos jornais aqui publicados.

Diante do exposto, busca-se nos jornais de Desterro indícios de embates acerca do processo linguístico e, para realizar a análise dos debates empreendidos nos jornais acerca da língua nacional, o conceito de estratégias e táticas de Michel de Certeau será movimentado, bem como o conceito de regulação explorado por Norbert Elias será

citados neste trabalho, mas não serão detalhados e trabalhados como dados de pesquisa por conta da temática adotada e da necessidade de uma busca mais ampla de informações sobre o processo de imigração em Santa Catarina.

contemplado. Para que essas questões possam ser exploradas, faz-se necessário abordar o caráter documental desta pesquisa. Desse modo, os jornais serão lidos à luz do conceito de documento/monumento de Jacques Le Goff. Tal conceito será de fundamental importância para o processo de análise, uma vez que os documentos, neste caso jornais pouco estudados, passam a receber o status de monumento, pois o “documento [...], ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesma como prova histórica” (LE GOFF, 2003, p. 526) e é dessa forma que buscaremos ler estes documentos.

Este estudo possibilita um entendimento diferenciado acerca do processo da constituição do português e estabelece a retirada de poeiras grossas, as quais, em forma de discurso, repetem-se e circulam com naturalidade na sociedade. Há uma noção de que não há nada para se dizer sobre o assunto, que está dado, claro. No entanto, esse discurso cristalizado pode ser quebrado e uma outra perspectiva pode colocar o objeto encontrado num porta-retratos. O que parecia esquecido e amarelado pelo tempo de guardado pode, como uma imagem, receber novos olhares, novas luzes e ressignificar-se. Nas palavras de Le Goff,

Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da *cultura material*, os objetos de coleção [...], os tipos de *habitação*, a *paisagem*, os fósseis [...] e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (2003, p. 525).

Nesse sentido, os monumentos são como “herança do passado” e os documentos configuram-se como “escolha do historiador”. A união desses conceitos reflete um novo olhar da historiografia e das fontes que contribuem para a pesquisa histórica.

Conceber os jornais do século XIX não simplesmente como documentos, mas imprimir-lhes uma monumentalidade e, além disso, conceber que possuem uma historicidade digna de ser compartilhada e problematizada é realizar uma leitura destes documentos percebendo seus aspectos de construção, bem como lhes dando o estatuto e a

importância de um monumento. Em suma, considerar as fontes aqui adotadas como documentos/monumentos é considerar a relação deles com o contexto de sua produção e com os sujeitos produtores dessa materialidade. Cabe-nos, cumprindo uma pesquisa histórica, criticar os documentos, pois qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro [...] e falso (LE GOFF, 2003, p. 538).

Diante disso, a problemática da pesquisa aqui apresentada é, na verdade, uma série de questões a serem respondidas no contato com os documentos. A partir do que os jornais apresentam em seus discursos, por ora escondidos da poeira do tempo, busca-se verificar qual a definição do termo língua nacional e como tal concepção era compreendida e movimentada nos discursos contidos nos jornais de Desterro entre 1870 e 1889. Além disso, interessa-nos saber quais as condições de produção dos periódicos em Desterro e se a linguagem adotada fazia diferença para que o periódico fosse bem sucedido e “bem visto” por quem utilizava estes jornais. Compreendendo todo um processo social e de imposição de um idioma, torna-se pertinente buscar, no que os discursos jornalísticos mostram como indícios, quais as táticas e mesmo as estratégias empreendidas tanto pelos grupos que defendiam uma língua efetivamente nacional (brasileira) e de outros que compreendiam a implementação da língua portuguesa (de Portugal) como a língua que deveria reger os usos da linguagem em Desterro.

Para dar conta das questões que surgem ao abordar a temática da língua nacional, esta dissertação contará com três capítulos centrais. No primeiro, *Dos impressos para a discussão sobre a língua nacional no Brasil*, retomamos alguns dos trabalhos que consideramos importantes para compreendermos o que era para os letrados brasileiros instituir uma língua nacional. Dessa forma, torna-se relevante compreender o motivo dos embates e porque se deram em determinados contextos, como o jornalístico, e não em outros. Nesse primeiro capítulo também buscaremos compreender a importância dos impressos na tentativa da instituição de uma identidade linguística, tanto nacional (através de estudos sobre a língua nacional na Corte brasileira) como local. Ou seja, torna-se indispensável compreender o papel da imprensa no processo de discussão e consolidação de uma concepção de língua em Desterro.

No segundo capítulo, *Língua Nacional no século XIX*, analisamos algumas das pesquisas que tratam do objeto desta dissertação e é através das contribuições localizadas que será possível estruturar o trabalho de análise dos dados localizados. Contempla-se

neste capítulo o papel dos jornais como meios de normatização do uso da língua e o processo do surgimento do que hoje damos o nome de norma padrão da língua portuguesa.

Já no terceiro e último capítulo, *Discursos nos jornais de Desterro – A língua em debate* apresentamos a análise dos jornais desterrenses. Trataremos, desse modo, de como, nos discursos jornalísticos, a língua era concebida e quais princípios norteavam esses discursos. É através da estrutura proposta que buscamos responder às perguntas desta pesquisa, compreendendo a sua contribuição tanto para a História da Educação quanto para os estudos linguísticos catarinenses.

A retirada da poeira e a exposição em porta-retratos é, certamente, o primeiro passo para possibilitar o surgimento de outras pesquisas e novas perspectivas sobre o tema, concebendo-o como relevante para o âmbito educacional pois apresenta, em certa medida, como se davam as relações de regulação pela língua e de educação no uso de uma norma em construção. Além disso, as questões aqui levantadas não se restringem ao século XIX, mas podem ser estudadas também no início do século XX. Ainda hoje a língua promove embates entre representações ideológicas variadas e distintas. Por conceber a riqueza desta pesquisa para a historiografia catarinense é que este tema deixa de ser ideia e busca seu espaço no âmbito das pesquisas acadêmicas. Como um registro fotográfico que permite diferentes leituras, a questão da língua nacional é exposta em porta-retratos, com sua visualização garantida na estante da história.

1 DOS IMPRESSOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE A LÍNGUA NACIONAL NO BRASIL

“Creou-se a grande luz! Da treva immensa
Desfez-se a escuridão;
O sol dá brilho ao mundo, o sol da imprensa
Dá mundos à rasão.

Eil-o! Seu raio enorme e luminoso
Circunda a terra e os ceus;
O pensamento eleva-se alteroso
O vulgo sóbe a Deos.

O que eras tu, espirito encoberto
Nas sombras do passado?
Aguia implume, tentando o vôo icerto
De seu ninho escarpado.

E cada letra, agora, é lampadario,
Fanal terno e puro;
No prelo, qual em mystico sacrario,
Occulta-se o futuro.

Bemdicta a grande luz! Da treva immensa
Desfez-se a escuridão;
O sol dá brilho ao mundo, - o sol da imprensa
Dá mundos à rasão.”
(A Imprensa¹¹)

A instituição dos impressos no Brasil dá-se por uma série de fatores. Um dos mais relevantes é a vinda da Família Real, em 1808, para o Rio de Janeiro, nova Corte do Império Português. Antes disso, tal empreendimento foi almejado pelos holandeses¹² no século XVII mas não obteve êxito, pois antes da chegada da Família Real, não se configurava interessante o desenvolvimento de materiais impressos no Brasil. Desse modo, só no século XIX foi possível o processo de

¹¹ Trecho publicado no jornal *Constitucional* - localizado num quadro pertencente à empresa da Gazeta de Portugal.

¹² No Brasil [...], a imprensa foi banida até o século XIX. Nem mesmo os holandeses, que se interessaram por modernizar suas possessões durante o século XVII introduziram a imprensa. (PALLARES-BURKE, 1998, p. 149).

instalação da Imprensa Régia e a expansão, pelo território brasileiro, de uma inovadora tecnologia. A possibilidade de criação de materiais impressos (por mais que servissem aos objetivos da coroa) permite refletir em uma série de mudanças na vida social, a princípio do Rio de Janeiro, posteriormente nas demais províncias da então colônia do Brasil. Desse modo, os materiais impressos que passaram a ser produzidos no Brasil instituíram um processo mais rápido de circulação de saberes e, além disso, disseminaram a palavra escrita por diferentes maneiras. É possível refletir e compreender que o processo de mudanças empreendidas no Brasil do século XIX deu-se não apenas pela presença da Família Real, mas de forma peculiar, por conta da circulação de materiais impressos neste contexto, o que se configurou como importante instrumento de “progresso” e “instrução”. Torna-se relevante compreender que o papel dos impressos foi imprescindível na construção das ideias políticas e, como não poderia deixar de ser, também das ideias acerca da identidade nacional do Brasil após sua independência, em 07 de setembro de 1822. De acordo com Marco Morel¹³,

Antes mesmo de 1808, foi possível inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro, incluindo não só livros, mas impressos anônimos, relatando festejos e acontecimentos, antologias e índices, além de alguns manuscritos inéditos de autores clássicos. Eram textos variados: desde narrativas históricas até poesias, passando pela agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de viagens e naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas.

Por algum tempo historiadores debateram, sem chegar a conclusões efetivas, sobre a existência de prelos em Pernambuco, durante a ocupação holandesa no século XVII, prevalecendo a tendência de negar a presença dessa atividade no território pernambucano. Da mesma forma quase não ficou registro de um impressor que, em Recife, 1706, estampou letras de câmbio e orações devotas. E quarenta anos depois, no Rio de

¹³ MOREL, Marco. *Os primeiros passos da palavra impressa*.

Janeiro, uma tipografia, de Antonio Isidoro da Fonseca, chegou a publicar quatro pequenas obras. Ambas tentativas foram abortadas pela coerção das autoridades. Além dessas experiências tênues, vale lembrar as quatro tipografias instaladas pelos jesuítas no começo do século XVIII na região das Missões, no Sul do continente americano: localizavam-se próximas aos rios Paraná e Uruguai, em territórios que hoje pertencem à Argentina e ao Paraguai, área contígua às fronteiras com o Brasil. Os impressos aí produzidos por tipógrafos (que eram índios guaranis) circularam entre os demais aldeamentos, inclusive os situados em região hoje brasileira (MOREL, 2008, p. 24).

Nesse sentido, a imprensa no Brasil surge, efetivamente, “a partir de 10 de setembro de 1808 [que] passa a sair a *Gazeta do Rio de Janeiro*, na Impressão Régia então recém-instalada no território do Novo Mundo com a chegada da Corte portuguesa” (MOREL, 2008, p. 30). Este primeiro jornal impresso no Rio de Janeiro “seguia o padrão das gazetas européias” e, com esse formato de jornal, tornou-se importante a figura do redator. Um mercado das letras passa a emergir e a “imprensa de opinião” vai ganhando força. Cabe ressaltar que a postura dos intelectuais que escreviam nos jornais era uma escrita combativa, isso porque, através do impresso, posicionavam-se contra ou a favor de pessoas e “facções”, muitas vezes promovendo a “propagação das 'novas ideias', dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formá-los” (MOREL, 2008, p. 35). Esse estilo de circulação da palavra impressa que vigorava no meio jornalístico era “panfletário” e “expressou uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos mundiais e da imprensa brasileira em particular, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX” (MOREL, 2008, p. 36).

Em 1840, com a antecipação da maioridade de D. Pedro II e sua ascensão ao trono, passa a estabelecer-se uma postura diferenciada na imprensa periódica, com uma diminuição considerável do debate político e da quantidade de jornais, promovendo a consolidação de alguns títulos que, com o passar do tempo, estabeleceram-se “como empresas” (MOREL, 2008, p. 43). Tal situação ficou, em certa medida, estabelecida até a década de 1860, pois a partir de 1868, quando ocorre a

queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos, que figurou como porta-voz de credos diversos, reunindo polifonia de falas que pregavam a liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações da permanência do regime monárquico. No tom dos discursos, o cânone romântico conferia nativismo e paixão às falas e ao texto impresso (MARTINS¹⁴, 2008, p. 47).

Neste processo, a circulação dos jornais tornou-se importante elemento da vida social dos intelectuais brasileiros. Através dos artigos publicados nos periódicos no período imperial, um novo processo relacionado à leitura e à escrita foi possível. No início do século XIX, as ideias que circulavam estavam relacionadas aos feitos monárquicos. De acordo com Pallares-Burke, a

Gazeta do Rio de Janeiro, órgão oficial do governo, marca o início da imprensa periódica brasileira, mas até os anos 20 a censura fez com que os periódicos veiculassem somente insípidas notícias do estrangeiro ou defesas parciais do regime monárquico absolutista (PALLARES-BURKE, 1998, p. 149).

Cabe ressaltar que, após a independência do Brasil, um outro processo ocorre: o antilusitanismo. A efervescência da mudança política brasileira registrou alterações significativas nos discursos jornalísticos, permitindo um outro olhar acerca das notícias veiculadas nos jornais. Segundo Márcia de Almeida Gonçalves¹⁵ a palavra impressa permitia “registrar e fazer circular, enfim, expandir para dentro, tantas imagens e reflexões sobre as terras e gentes do império do Brasil” (2009, p. 450). Tal processo permitiu a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) em 1838 e de sociedades literárias, as quais

¹⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em tempos de Império*.

¹⁵ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro*.

compreendiam processos de sociabilidade dos letrados brasileiros e apoiavam a construção de um “imaginário nacional”.

Outros instrumentos foram também utilizados neste processo de expansão do escrito, bem como outras ideias eram inseridas para promover uma “instrução” da sociedade:

Pasquins, folhetos e panfletos dividiam o espaço, nas rotinas das tipografias, com os jornais, que eram utilizados como veículo para a expressão e o debate das temáticas que fervilhavam no momento. Ideias relacionadas a *liberdade, constituição, patriotismo*, confrontadas com as de *despotismo, tirania e escravidão*, passaram a circular com mais intensidade entre os leitores através dessas folhas periódicas, que constituíam um *espaço político* de coalizões e enfrentamentos, protagonizando 'uma constante batalha pela conquista dos corações e mentes'. A imprensa periódica se estabelecia, nesses termos, como elemento essencial para a *cultura política* do século XIX brasileiro, entendendo que sua vigorosa produção e circulação eram alimentadas, em boa parte, pelas *atividades políticas* desenvolvidas nesse momento histórico (JINZENJI, 2010, p. 20).

Retomando o papel dos jornais, era publicado de “tudo um pouco” em suas páginas, que refletiam as questões locais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, percebe-se a presença de discussões políticas, mas também de venda de objetos, publicação de romances e notícias do âmbito internacional. Os jornais apareciam como a inovação tecnológica. Em 1859, Machado de Assis concebia que a nova tecnologia – o jornal – substituiria o livro num movimento de evolução, de progresso humano. Tal ideal modifica-se com o passar do tempo, pois o próprio Machado de Assis, após ter seus escritos estabelecidos nos folhetins cariocas, transforma-os em livros, os quais são conhecidos, discutidos e analisados até hoje.

O livro era um progresso; preenchia as condições do pensamento humano? Decerto; mas faltava

ainda alguma coisa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário. A forma que correspondia a estas necessidades, a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade, é propriedade do espírito moderno: é o jornal (ASSIS, 1859, p. 03).

O jornal impressionava pelo seu alcance. Para além da concepção de jornal como tecnologia inovadora, cabe compreender que

A imprensa periódica, vista como agente da história e não simplesmente como registro dela, comporta vários sentidos específicos: ela 'procura engendrar uma mentalidade – uma certa maneira de ver – no seu destinatário, constituindo um público leitor'. A imprensa como 'fazedor[a] de opinião' possui, em sua vertente católica, o caráter doutrinário; alguns estudos salientam a 'especificidade das estratégias jornalísticas na formação da opinião pública'. No início do desenvolvimento da imprensa no Brasil, 'o jornalista se confundia com o educador. Ele via como missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos'. Tal ideia ganha destaque especialmente porque, durante a primeira década do século XIX, o processo de *escolarização* ainda não havia se consolidado. Assistia-se à produção de aparatos legais visando à organização do ensino, sendo esta uma das principais intervenções do Estado naquele período. Desse modo, tanto as dimensões físicas e materiais quanto a legitimação sociocultural da escola enquanto instância de ensino e aprendizagem se encontravam ainda em sua fase germinal (JINZENJI, 2010, p. 22).

Nesse sentido, o jornal fazia parte desse processo civilizador pelo qual passava a sociedade brasileira do Brasil Império, uma vez que aos jornais foi dado o papel de instruir e civilizar. Dentre os processos

de instrução/civilização encontrava-se também a língua a ser utilizada no território nacional.

Questões de identidade brasileira e a construção do imaginário de um uso “correto” da língua, bem como um processo de antilusitanismo invadem os discursos jornalísticos do período. Para que esse processo fique melhor compreendido, necessário se faz refletir qual o papel do impresso em Desterro, ou seja, é relevante salientar o papel dos jornais como “ferramentas” pelas quais as ideias são postas em circulação, levando-se em conta que os jornais interferiam tanto no comportamento em sociedade como no papel da instrução pública, como ela deveria ser realizada por professores, pais e governantes. Além disso, uma das normas estabelecidas pelos jornais era o uso da língua nacional, bem como sua adequação a uma tradição gramatical.

1.1 DESTERRO E OS JORNAIS: IMAGINÁRIOS REGISTRADOS NA PALAVRA IMPRESSA

O estudo dos jornais como dados para a pesquisa na história da educação requer a sensibilidade acerca do recorte temporal abordado, bem como a compreensão de intencionalidades, finalidades e artifícios discursivos, através dos quais é possível perceber o posicionamento político de quem os escreve. Percebe-se nos termos utilizados mais do que simples questões de informação ou denúncia, mas também aspectos da vida cultural do local em questão. Além disso, cabe ressaltar a importância dos jornais como instrumentos educacionais, a promoverem uma espécie de experiência educacional.

Para analisar as primeiras décadas do século XIX, além dessa noção ampliada de educação, é necessário considerar que a ação educativa era exercida por várias 'instituições'; concomitantemente à escola, os meios/espacos não escolares de formação tiveram importante função na transmissão de valores, comportamentos e na difusão de conhecimentos. Entre tais meios/espacos, encontram-se a produção e circulação de romances, jornais, revistas, sermões, apresentações teatrais, festas, pinturas e a criação de estabelecimentos, como

sociedades literárias, científicas e bibliotecas (JINZENJI, 2010, p. 25).

Nesse sentido é possível recorrer às palavras de Iaponan Soares quando alega que “cada realidade cultural tem suas características próprias e, para entendê-la, é preciso examiná-la dentro do contexto em que é produzida. Ela está sempre marcada pela história, hábitos, crenças e costumes dos agrupamentos humanos que a vivem” (CORRÊA, 1997, p. 10). Por conta disso é possível perceber nos jornais muito mais que discursos políticos ou informativos, mas toda uma construção de significados, discursos e representações presentes nas esferas que produziam e consumiam esses jornais, ou seja, produção de funcionários públicos, proprietários de estabelecimentos comerciais e membros de uma certa “elite desterrense”. O estudo dos jornais como fonte permite ao historiador, particularmente ao historiador da educação, diferentes abordagens. Para isso é necessário que este historiador compreenda que

História não é teoria, mas sim vivência; vivência do homem orientada por seus feitos criativos e inteligentes, em variados níveis. Cabe ao historiador, portanto, fazer entender o passado do homem registrado nos testemunhos deixados por aqueles que o viveram e estabelecidos, em parte, por toda sorte de documentação que se pode ter acesso. A releitura, revisão constante dos documentos, e o encontro de novas relações entre fatos diversos e pensamentos aparentemente isolados, possibilitam sim, novas e interessantes interpretações. Cabe, dentro do possível, a cada um dos que a ela se dedicam, explicações novas, sem o que a História torna-se estagnada e perde sua dinamicidade (CORRÊA, 1997, p. 17-18).

É também importante que o historiador perceba os jornais como construções da sociedade estudada, sendo cada jornal um fragmento, um elemento de uma série maior de elementos que o precedem e o seguem. Seu valor histórico não é individual, mas relativo a essa série, devendo-se então considerar toda a conjuntura e os fatores circundantes que possibilitam que cada jornal exista em sua época.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta evolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, em pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 536).

Os jornais políticos, literários, recreativos e noticiosos da cidade de Desterro no século XIX (atual Florianópolis) somam cerca de 60 títulos, entre os mais duradouros e os mais efêmeros. Dentre os diversos formatos de impressos pode-se classificar duas categorias: os de circulação geral e os de circulação restrita. Os jornais de circulação restrita, somente disponíveis via assinatura, tinham conteúdos direcionados a grupos específicos da sociedade desterrense, apresentação estética bem elaborada, menor tamanho e linguagem erudita. Os jornais de circulação geral apresentavam-se em maior tamanho, com linguagem mais popular, menor acabamento estético e poderiam ser adquiridos tanto individualmente quanto via assinatura. Quanto ao conteúdo dos jornais de circulação geral pode-se dizer que era abrangente e visava atender a grupos distintos da sociedade e com finalidades de entretenimento, informações gerais e utilidade pública, indo de contos e folhetins a colunas de humor e classificados.

Há uma correspondência dos conteúdos dos jornais de circulação geral aos acontecimentos da cidade. Percebe-se em Desterro, por exemplo, que o crescimento das atividades do comércio e do transporte marítimo promoveu um sensível crescimento intelectual. Segundo Joana Maria Pedro, os jornais apresentavam,

em suas páginas, [...] a divulgação de uma ideologia burguesa que se espalhava, a partir da

Europa, na esteira da internacionalização do capital, incluindo a rígida separação entre o setor privado e a esfera do poder público, bem como a construção da esfera íntima familiar (PEDRO, 1995, p. 15).

É na esteira dessas concepções do pensamento catarinense que se insere o surgimento dos jornais em Desterro, sendo o primeiro intitulado *O Catarinense*, cuja primeira edição é de 1831 de Jerônimo Coelho,¹⁶ Tal jornal

surgiu por iniciativa do lagunense Capitão de engenheiros Jerônimo Francisco Coelho, ligado, portanto, ao poder público e, em especial, ao vice-presidente da Província de Santa Catarina, o comendador Francisco Luiz do Livramento. Antes desse jornal, circulavam, em Desterro, periódicos vindos de outros centros, trazidos pelos navios que aportavam em Desterro (PEDRO, 1995, p. 16).

Jerônimo Coelho estabeleceu-se como figura respeitada na sociedade catarinense e, após a fundação do primeiro jornal, que coincidiu com a saída de D. Pedro I. do agora Império do Brasil, teve início na província a 'caça aos portugueses'. Segundo Corrêa, “uma lusofobia exacerbada, contra aqueles que representavam todo um passado colonial de restrições e impedimentos” (1997, p. 27). Foi neste processo que surgiu a Sociedade Literária de Santa Catarina, que teve como “maior realização [...] a criação de um gabinete de leitura, com os fundos disponíveis da instituição, proposta por Patrício Antônio Sepúlveda Ewerard, em 19 de agosto de 1832” (CORRÊA, 1997, p. 34-

¹⁶ Jerônimo Francisco Coelho, que em nível nacional, durante o II Reinado, foi Ministro da Guerra por duas vezes e uma da Marinha, além de presidente das províncias do Pará e Rio Grande do Sul e Deputado Geral por Santa Catarina, foi um dos catarinenses de maior liderança do século XIX, dentro das hostes liberais. Jornalista, militar e ativista político de grande atividade, é também considerado o *Pai da Imprensa Catarinense*, e igualmente cabe-lhe o mesmo título dentro da Maçonaria catarinense, pois lhe coube fundar a primeira Loja em Desterro (CORRÊA, 2003, p. 53).

35). Tal instituição tinha como preocupação garantir que os portugueses não voltariam ao poder.

Na década de 1840, através de embates de opiniões, dois grupos surgiram: 'os cristãos' – dentro do partido de cunho conservador – e 'os judeus' – pertencentes aos grupos liberais. A disputa entre esses dois grupos aparece pela questão do comércio em Desterro, a qual, segundo Pedro (1995), vinha fazer frente ao poder público. A autora apresenta uma nova configuração no contexto político desterrense. De um lado, os conservadores ('cristãos') a defenderem uma elite pertencente aos órgãos públicos; de outro, os liberais ('judeus'), “ligados ao comércio” e que se apresentavam como uma elite a fazer frente ao poder político do governo com o apoio da Câmara Municipal. Outra situação um tanto peculiar foi a discussão estabelecida por conta das barracas de peixe que foram retiradas por ordem do presidente da Província Antero Ferreira de Brito para a visita de D. Pedro II e a Imperatriz em 1845. Após a passagem do Imperador iniciou-se uma série de discussões na Assembleia Provincial. Tal situação deu origem aos partidos políticos em Santa Catarina. Segundo Carlos Corrêa,

A origem dos partidos políticos em Santa Catarina, em 1847, isto é, treze anos depois de instalada a Assembléia Legislativa provincial, é o capítulo quinto deste *Diálogo*. O ponto inicial da definição, se bem que tênue, da separação de dois grupos de deputados provinciais em Santa Catarina provém da discussão, aparentemente frívola e insignificante, da localização de barracas para venda de peixe no centro da capital catarinense, Desterro. Daí surgem as coligações que irão originar, mais tarde os partidos Liberal e Conservador (CORRÊA, 2003, p. 18).

Com este quadro, movimentava-se ainda mais a disputa discursiva através dos impressos e, por conta disso, outros títulos surgem, como é o caso dos jornais *O Progresso* e *O Conciliador*, em 1849.

Pedro (1995) expõe que a existência, bem como a proliferação de jornais, deu-se por conta dos interesses políticos, ressaltando a importância dos periódicos para a informação dessa elite composta por funcionários públicos, militares e comerciantes. A partir desse contexto, já não havia apenas dois grupos em constante luta pelo poder

(conservadores e liberais). Outros grupos surgiram com representações ideológicas diversas, principalmente, a partir de 1860.

Outro fator relevante para o crescimento da imprensa em Desterro foi a morte de Jerônimo Coelho em 1860 e o surgimento de novos cargos públicos. Esses novos grupos políticos possuíam também uma nomenclatura particular.

Estas denominações 'botica', 'matraca', 'alcatrão', 'vinagristas', 'judeus', 'cristãos', 'lameguistas', 'silveiristas', além de demonstrarem as cores locais das grandes agremiações a nível nacional, apontam, em alguns casos, para os locais onde os principais debates políticos realizavam-se, em Desterro. Neste caso, os jornais davam continuidade, por escrito, aos assuntos defendidos em tais locais (PEDRO, 1995, p. 43).

Após a Guerra do Paraguai, o porto de Desterro foi perdendo sua importância estratégica, uma vez que outras regiões de Santa Catarina começaram a apresentar maior relevância em relação ao comércio marítimo – como é o caso do porto de Itajaí, São Francisco do Sul e Laguna. Outro fator para o “declínio” das atividades portuárias da capital foi a vinda dos imigrantes para a Província de Santa Catarina e a consequente formação de colônias. Com tais acontecimentos, os periódicos diminuem em quantidade, mas permanece uma tradição impressa.

Nesse sentido, os embates também se tornam mais complexos, pois passou a reverberar um certo movimento de quem trabalhava nos jornais contra os donos das tipografias. Tal movimento, por sua vez, fomentou o surgimento de outros periódicos. De acordo com Pedro,

Era a mercantilização do trabalho na imprensa; estava muito longe o tempo em que o proprietário do jornal era, ao mesmo tempo, redator, revisor, tipógrafo, etc... Por outro lado, esta configuração implica em pensar que o jornal, cada vez mais, perdia a posição de trampolim político para os que dele participavam. Já não bastava mais saber ler e escrever para participar do 'projeto civilizatório' da sociedade. A emancipação, garantida pelo

discurso iluminista para os ilustrados, teria que vir acompanhada da posse de propriedade particular. Era isso que tipógrafos, aprendizes e compositores não possuíam, em sua relação com o **Jornal do Comércio** e o **Regeneração** (1995, p. 76).

É por estas questões que se explica o surgimento dos periódicos: *O Typógrafo*, de duração de cinco meses; *O Operário*, que durou três meses; e *O Aprendiz*, cujo tempo de duração foi de apenas dois meses.

além destes periódicos que reforçavam a construção de identidade de pequenos grupos fora dos tradicionais partidos políticos, outros movimentos, a nível nacional, proporcionaram também, o aparecimento de periódicos. As campanhas pela abolição dos escravos e pela proclamação da República levaram, em Desterro, à formação de clubes e à fundação de jornais. Estes apareceram, principalmente, nos anos de 1884-1885, época de eleições e de mudança de ministério na Corte. Nesta ocasião, foi destituído o ministério liberal, e assumiram o poder os conservadores. Estes anos iniciaram, também um período de grande fertilidade da imprensa de Desterro, fertilidade esta que se estendeu até 1889 (PEDRO, 1995, p. 77).

Todo esse processo de surgimento de jornais e a formação de clubes específicos, seja de estudantes, de imigrantes ou clubes de tiros podem ajudar a explicar a reverberação de ideias relacionadas a um movimento antimonarquista e até republicano, apesar de, nos documentos analisados e na bibliografia utilizada sobre Desterro, não haver clareza da chegada de um outro sistema social e político como a república. Posto dessa maneira, ser liberal não significa, em Desterro, ser republicano, uma vez que havia uma postura monarquista dos liberais desterrenses, os quais não esperavam vir a república tornar-se realidade tão cedo (na opinião deles) no Brasil.

Entende-se o estudo dos jornais como um importante meio de pesquisa para o campo da História da Educação e como forma de compreender outros discursos além dos prescritos, uma vez que não há como negar a existência de uma intencionalidade nos discursos dos jornais, pois “A imprensa cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico – agindo como mediador cultural e ideológico privilegiado entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações e disciplina conflitos” (BASTOS, 2002, p. 152).

Os jornais analisados nesta pesquisa apresentam tensões de ordem política e social, as quais aparecem através de críticas literárias.

O jornalismo é filho do movimento romântico. Foi no ambiente contra-revolucionário da primeira metade do século XIX que este primeiro tipo de comunicação de massas assumiu, definitivamente, a forma de mercadoria. O advento de governos mais ou menos representativos transformando-o num artigo de primeira necessidade na luta dos partidos pela persuasão da opinião pública – composta, no mais da vezes, por um seletivo grupo de proprietários, nem sempre letrados; as melhorias dos processos técnicos de fabricação de papel e impressão baratearam o custo do produto final – tornando-o acessível a uma parcela cada vez mais ampla da população que, em crescente processo de alfabetização, nem sempre exercia os direitos de cidadania. Conjugação híbrida de puritanismo moral, romantismo literário, e liberalismo ilusionista, seus editoriais, artigos, ensaios, crônicas e folhetins expressam grande parcela da auto-imagem da elite letrada no mundo ocidental do século XIX: a segregação entre os espaços públicos e privados, a construção de uma moralidade patriarcal, o gosto pedagógico do útil e do agradável, o mito de que a liberdade de expressão e crítica seriam a garantia da constituição e dos direitos civis. Ícone da modernidade, sua presença tornou-se tão marcante que até mesmo cidades distantes e inexpressivas como Desterro passaram a ter dois jornais bissemanais a partir de 1850. Registro metódico e perene das peculiaridades da vida da cidade, estes

primeiros jornais desterrenses deram visibilidade a complexas redes de relacionamentos sociais. Ao reconstruí-los pode-se perceber a instalação de uma nascente e contraditória ordem burguesa nesta vasta região de fronteiras que era a Santa Catarina imperial (SIEBERT, 2001, p. 232).

Tais particularidades ajudam a compreender que processos familiares e interesses próprios eram a questão dos editores dos jornais em Desterro, o que caracteriza a sua posição diante das tensões que eles apresentam. Ou seja, os embates estavam no nível particular e mesmo íntimo/familiar, pois não se tratava simplesmente de críticas às posturas sociais, mas de discursos voltados a desvalorização do concorrente. Assim,

No discurso jornalístico, a palavra 'Civilização' assumiu um leque muito variado de significações. Por vezes, indicava o conjunto de fatores técnicos que propiciavam o progresso material – comunicações, colonização, estradas agricultura, educação, lavoura, navegação, comércio, crédito e indústria. Por vezes, indicava fatores relacionados com a moral, a aparência externa dos usos e costumes, a propagação de ideias e sentimentos condizentes com as 'luzes do século'. Através de suas páginas, os 'semibárbaros' catarinenses encontravam as notícias do mundo, os artigos científicos, as crônicas sobre o bom-tom nos bailes e teatros, os exemplos de piedade religiosa e amor à pátria. (p. 235) Mesmo numa sociedade iletrada e escravocrata, os primeiros frutos da nascente literatura brasileira atingiam parcelas consideráveis da população através dos folhetins, direta ou indiretamente lidos. A era da mercadoria e dos governos representativos disseminou o poder pela sociedade, irrigando-a de agir produtivo. A imprensa imaginava-se como o sistema circulatório desta estrutura (SIEBERT, 2001, p. 236).

Tal aspecto é visível em diversos discursos que tomam a palavra impressa no jornal como a verdade absoluta, detentora do poder de defender a população de quaisquer problemas de ordem política e social. Com tal função reguladora, os periódicos desterrenses assumiam os mais variados nomes com a finalidade de deixarem clara a sua vinculação.

No que concerne ao campo cultural, havia enorme valorização do que provinha de certa elite, nacional e regional, em detrimento das expressões populares, o que era, por sua vez, entendido como ignorância. De acordo com Siebert,

torna-se necessário verificar como os cronistas se colocavam diante das novidades de seu tempo. Uma constatação preliminar, que salta aos olhos de todos que manuseiam estes jornais, é a categórica reprovação de toda e qualquer manifestação oriunda das classes populares (SIEBERT, 2001, p. 237).

Desse modo, tudo se discutia nos jornais, desde os folhetins que vinham da Corte como os que eram traduzidos das línguas inglesas e francesas para o idioma nacional. A questão da língua nacional era claramente ponto recorrente, na maioria das vezes para promover a corrigenda. No entanto, nota-se que as adversidades políticas influenciavam na escolha do periódico a ser criticado.

Partindo desse entendimento sobre o papel dos jornais em Desterro, torna-se pertinente compreender que as tensões eram estabelecidas através de diferentes assuntos. Um deles é o uso da língua e sua relação com a língua portuguesa europeia. Através da leitura dos periódicos percebe-se que a língua era um dos pilares das discussões entre grupos com posicionamentos políticos distintos. Há uma espécie de “defesa” por parte de alguns redatores do que eles chamam de “língua de Camões”.

Dos jornais analisados (um total de 14), em sete deles foi possível obter discursos sobre a língua nacional. Tais discursos contemplavam tanto críticas aos escrivães da cidade até uma possível deturpação de seu uso escrito por conta do surgimento de um grupo de poetas na região.

Antes de entrarmos em contato com esses discursos, faz-se necessário compreender como o tema era tratado no império brasileiro,

pois os discursos reverberavam no território nacional com as particularidades regionais e promoviam tensões que pareciam não ter fim. A disputa pela verdade era uma constante não só entre os redatores dos jornais como também entre os políticos brasileiros. E é nesse processo que se constrói determinado discurso de norma cuja finalidade era conferir à língua um padrão de uso. Padrão esse estabelecido através da distinção entre os sujeitos, baseado no lugar político e social ocupado pelo indivíduo.

2 LÍNGUA PORTUGUESA – ELEMENTO NACIONAL NO SÉCULO XIX

“Última flor do Lácio, inculta e bela,
 És, a um tempo, esplendor e sepultura:
 Ouro nativo, que na ganga impura
 A bruta mina entre os cascalhos vela...
 Amo-te assim, desconhecida e obscura.
 Tuba de alto clangor, lira singela,
 Que tens o trom e o silvo da procela,
 E o arrollo da saudade e da ternura!
 Amo o teu viço agreste e o teu aroma
 De virgens selvas e de oceano largo!
 Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
 em que da voz materna ouvi: ‘meu filho!’,
 E em que Camões chorou, no exílio amargo,
 O gênio sem ventura e o amor sem brilho!”
 (“Língua Portuguesa”, Olavo Bilac)

As discussões acerca da língua nacional são um processo social importante para entendermos como se deu a construção de um imaginário de língua e a sua relevância para a consolidação de um projeto de nacionalidade. Para compreendermos essas questões, faz-se necessário perceber o que alguns pesquisadores no campo da Linguística têm a dizer sobre a temática.

Nessa direção encontramos dissertações, teses e artigos que tratam de questões específicas relacionadas à instituição da língua nacional. Tais questões tratadas nessas pesquisas nos auxiliam na construção do nosso arcabouço teórico, bem como na compreensão de um período histórico atravessado por discursos de afirmação de uma nacionalidade, ou seja, a construção de uma identidade brasileira permeada pelo estabelecimento da língua a ser utilizada pelos súditos do Império brasileiro.

Dentre as pesquisas elencadas, temos a tese de Lilian do Rocio Borba, *Língua e mestiçagem: uma leitura das reflexões linguísticas de Gilberto Freyre*, que contempla a importância do romantismo para a discussão, pois, para a autora, o “período romântico se caracteriza, fundamentalmente, por uma rebeldia em relação a Portugal.” (2006, p. 70). A literatura, tida como necessária para a fundamentação de uma

língua através da escrita, promove uma espécie de separação entre grupos de portugueses e brasileiros. É nesse sentido que a “língua nacional foi um dos elementos condutores da sedimentação do pensamento teórico-literário – e político” (2006, p. 71).

O pensamento do prestígio que o português europeu veiculava no imaginário social era tal que a norma era escrita nesta língua. Para além da concepção apenas de língua, está a questão da civilização, pois, aqueles que defendiam que a língua não deveria modificar-se,

apoiavam-se nos cânones gramaticais, rejeitando tudo o que se afastasse da linguagem culta. Já os dialetistas ou separatistas combatiam o apego ao formalismo e ao academicismo, procurando legitimar os brasileirismos e as construções populares. Mas havia ao menos um ponto de contato entre as duas correntes: tanto legitimistas quanto separatistas rejeitavam a pecha de incorreção lançada pelos escritores portugueses aos brasileiros. (BORBA, 2006, p. 71)

Borba afirma que para “Freyre, o português utilizado no Brasil era uma língua enriquecida e não um dialeto empobrecido, ou uma língua de segunda classe” (2006, p. 119), o que demonstra o valor dado à língua utilizada no Brasil por parte de um importante intelectual brasileiro. Era conferida à língua aqui utilizada uma especificidade nacional, ou seja, percebia Freyre a existência de uma língua efetivamente brasileira e não apenas uma variante da língua de Portugal.

A constituição da Língua Portuguesa no Brasil é permeada de discursos relacionados a acontecimentos política e socialmente importantes para o Império brasileiro. As questões relacionadas à língua eram pontuadas pelos letrados (importantes figuras da sociedade brasileira). Como mostra Ana Maria Di Renzo na sua tese *A Constituição do Estado brasileiro e a imposição do português como língua nacional: uma história em Mato Grosso*,

estabelecer relações entre os acontecimentos históricos que deram origem ao Estado brasileiro e à constituição de uma (sua) língua nacional nos permite não só refletir sobre o discurso da história, mas, sobretudo, nos permite re-interpretar

esses acontecimentos atravessados pelo discurso sobre a língua (RENZO, 2005, p. 31 e 32).

Havia, no contexto estudado, em Mato Grosso, a compreensão empreendida pelo conservadorismo linguístico, o qual relacionava uma língua a uma nação. Ou seja, compreendia-se que a língua deveria ser entendida e utilizada por toda a população e “o idioma oficial deve[ria] convencer seu povo de que sua língua é uma verdadeira língua de cultura” (DI RENZO, 2005, p. 42). Para que essa ideia reverberasse necessário seria estruturar a história da língua nacional, pois assim ela possuiria o estatuto de veracidade e respeito.

Assim, uma vez que uma língua é fixada, os ancestrais são identificados, uma história nacional é escrita e ilustrada, uma paisagem nacional é igualmente descrita e pintada, o folclore é museografado, as músicas nacionais são compostas e cantadas, restando somente criar uma cultura de massa para sua divulgação e densificação da nação. (DI RENZO, 2005, p. 51)

Esse é um dos elementos que tornam a língua um instrumento importante para a “ideia de nação”. Neste sentido, esse instrumento torna-se alvo de sérias discussões, uma vez que deve, para muitos, ser fixado, configurar uma estrutura inalterável. Enquanto isso, grupos de brasileiros compreendiam a língua de forma diferente, sendo que no século XIX esse embate ganha forma, principalmente através dos jornais que, insuflados por questões de ordem política, faziam da língua um discurso impregnado de concepções diversas. Dentre vários dos importantes nomes dos intelectuais brasileiros, João Ribeiro¹⁷ (1860-1934) também discute a língua nacional, ou “língua brasileira” como reclamavam os dialetistas. Roberto Cândido da Silva¹⁸ expõe que no livro *A língua nacional*, “João Ribeiro medita sobre o sofrimento do

¹⁷ João Ribeiro: professor, jornalista, filólogo e autor de uma vasta obra; dentre suas obras, uma em particular é importante para esta pesquisa, *A língua nacional*.

¹⁸ *O POLÍGRAFO INTERESSADO: João Ribeiro e a construção da brasilidade*. Dissertação de mestrado, 2008.

homem no uso da sua própria língua para fugir da pecha de incorreção” (2008, p. 142), ou seja, João Ribeiro torna-se um dos importantes defensores (pelo menos em alguns discursos) da língua nacional com as características próprias do uso feito pelos brasileiros.

Segundo Silva a “polêmica teve início quando um periódico, chamado *Questões do Dia*, publicou severas críticas aos brasileirismos tanto semânticos quanto sintáticos presentes nos escritos de José de Alencar” (2008, p. 162) o que deu início a uma espécie de “disputa pela posse da língua portuguesa utilizada no Brasil. Diante de supostos dois lados para a questão da língua nacional, uma “luta” parece estabelecer-se para que a Língua Portuguesa fosse efetivamente reconhecida como caráter identitário do império brasileiro e, para isso, materiais escritos eram cada vez mais produzidos pelas duas vertentes, tornando-se a “confeção de gramática e dicionário, na segunda metade do século XIX, também [...] uma trincheira de luta do nacionalismo” (SILVA, 2008, p. 159).

Outros intelectuais, principalmente do Rio de Janeiro, também fizeram parte do embate acerca do uso da língua no país. É o caso estudado por Regina Miranda em sua dissertação de mestrado intitulada *Brasil e Portugal: duas culturas em polêmica*, na qual apresenta as discussões através do meio jornalístico entre Carlos de Laet¹⁹ (1847-1927) e Camilo Castelo Branco²⁰ (1825-1890) no final do século XIX. A polêmica entre esses dois nomes da história brasileira ocorreu entre 1879 e 1880 e entre “réplicas e trélicas”, resta “desse episódio o sentimento justo dos brasileiros de participarem em paridade com os portugueses nas questões de língua.” (2007, p. 52). Através das discussões estudadas, Miranda considera que as “línguas têm histórias” e são “fatos sócio-histórico-culturais”, pois “modificam-se no tempo e espaço” (2007, p. 72).

De acordo com o texto de Stolze Lima, é no século XIX que ocorre a “definição das línguas nacionais modernas” (2003, p. 334) e por conta disso, a preocupação com a língua utilizada e ensinada no território brasileiro passa a ser objeto de análise e torna-se importante na construção da ideia de nação.

¹⁹ Carlos de Laet: professor e jornalista, teve importante papel na polêmica sobre a língua nacional; defendia a existência de um dialeto brasileiro.

²⁰ Camilo Castelo Branco: romancista português; defensor de um discurso de pureza da Língua Portuguesa.

A concepção de nação no Império do Brasil não operava uma união direta entre os cidadãos. Ao contrário, as diferenças eram percebidas como naturais. Mas nem por isso esta foi uma operação tranqüila ou isenta de disputas, tendo deixado vestígios a serem recuperados. Vale, portanto, interrogar sobre como a construção de uma língua nacional lidou com as diversidades étnica, lingüística, social, regional, entre muitas outras. (LIMA, 2003, p. 336)

Tal percepção deste processo é importante para que a língua possa ser concebida como uma espécie de “instituição” reguladora estabelecendo comportamentos e modos de uso deste instrumento. Pensar a constituição da língua como elemento de regulação auxilia-nos a compreender como ocorreram os processos de resistência e de defesa da Língua Portuguesa e, além disso, mostra que a constituição da língua como a concebemos não foi um processo simples, mas na verdade provocou uma série de “desacordos” e de embates.

Importante torna-se pensarmos na questão do que se aceitava, efetivamente, no período imperial como Português e o que poderia ser utilizado no Brasil. O Romantismo no Brasil configurou-se como uma necessidade de afirmação de uma brasilidade, através de escritores como José de Alencar e Gonçalves Dias. No entanto, não é possível tratar da construção do português do Brasil²¹ sem pensar nas suas relações com a língua utilizada pelos grupos indígenas e pelos negros vindos da África através da escravidão.

a defesa da língua brasileira, aspecto do Romantismo literário já bem conhecido foi algo que teve uma dimensão mais ampla, não sendo apenas bandeiras de escritores como José de Alencar e Gonçalves Dias, mas, ainda antes deles e de forma mais difundida, era algo que estava presente para os construtores do Brasil independente. (LIMA, 2009, p. 469)

²¹ Não há, no uso que faço aqui do termo Português do Brasil, uma questão ideológica e/ou política, mas apenas uma designação da língua oficial do território brasileiro desde 1757 com a lei do Diretório, promulgada pelo Marquês de Pombal.

Com tais influências, o português no Brasil diversifica-se do utilizado em Portugal e sua estrutura, ao menos na fala, torna-se diferenciada. O que se percebe, dessa forma, nos embates acerca da língua, é uma tentativa de fazer com que a norma portuguesa permaneça em prol de uma história da língua. De outro lado, a defesa de uma brasilidade linguística está no descrever a língua com suas características portuguesas e indígenas, pois a variante africana²² geralmente não faz parte do repertório argumentativo dessa defesa. E isso explica-se, de certa forma, pelo desejo de fazer o Brasil aparecer como um Império importante, com uma história gloriosa e, porque não, com uma língua rica em valores e com uma boa ascendência, uma vez que os africanos são tidos como criaturas “sem alma”. Mesmo assim, não podemos deixar de lado a importante contribuição do romantismo para a reflexão sobre a língua. Pensavam os românticos a oralidade, o uso efetivo da língua no período. Dessa forma, é possível compreender que

o romantismo teve uma relação ambígua com a oralidade. De um lado, visitou-a como prova dos rumos diferenciados do português no Brasil. De outro lado, nunca tomou esta visita como devendo absorver indistintamente e em estado bruto tudo o que era encontrado. José de Alencar construiu sua argumentação sobre a autonomia da língua literária no Brasil apontando exatamente esse processo de depuração que o poeta realizaria diante do 'vulgo'. Outras vezes, admitia-se uma diferenciação da fala no léxico e na prosódia, mas preservava-se a tradicional unidade da língua escrita (LIMA, 2003, p. 344)

Em certa medida, explica-se a postura dos românticos. Trabalhavam com a literatura e desejavam ser lidos, bem como compreendidos. Mesmo assim, a norma, termo que passa a ser problematizado no período imperial, imperava nos escritos pois

²² Consideramos o termo “variante africana” uma das nomenclaturas possíveis para as diversas línguas africanas utilizadas no Império do Brasil.

“valorizava-se a colonização lusa como o caminho que abria a nossa nação para uma língua e uma religião” (LIMA, 2003, p. 347). Pensar esse caminho é, ao nosso ver, pensar uma maneira de, através de estratégias de imposição linguística, romper com a regra estabelecida. Ou seja, seria atuar com as táticas necessárias para que a língua ganhasse um caráter efetivamente brasileiro, mas sem embates de grandes proporções e sim através de lutas veladas nos processos de escrita e do ensino da língua. Apresenta-se, assim, como

uma história de ruptura. Não uma ruptura em termos de adoção de uma nova forma; uma ruptura através de uma nova liderança para a antiga língua. Se algumas instituições deveriam desaparecer (a escravidão, a monarquia, a metafísica e o clericalismo), outras deveriam mudar para manter sua natureza (RODRIGUES, 2008, p. 23).

Para que essa discussão entre os letrados ganhasse espaço, utilizava-se como suporte o jornal. É a imprensa que se torna, já nesse período, um importante meio de educação de determinada camada da população. Pode-se compreender o jornal como um dos meios para educar, sendo compreendido como forma de “experiência”²³ educacional dos indivíduos que tinham acesso à leitura. Os jornalistas são importantes figuras da dinâmica da língua e da discussão acerca da sua correção, uma vez que também eram responsáveis pela elaboração de gramáticas, além dos professores, escritores e historiadores. “Apesar da escassa alfabetização, a linguagem impressa foi-se estabelecendo em meio aos cruzamentos da oralidade e da escrita e entre as culturas letradas e não-letradas” (IAPECHINO, 2008, p. 52).

2.1 LÍNGUA NACIONAL – A INVENÇÃO DA NORMA

Abordar a questão da língua em Desterro do século XIX requer um aprofundamento na história de um período cuja complexidade é

²³ Termo cunhado por Marcos A. Taborda de Oliveira para tratar da questão escolar como experiência.

peculiar. Para amparar a discussão a qual esta dissertação está voltada e permitir reflexões mais claras acerca do objeto de pesquisa, elaboramos este capítulo, pois se percebe a necessidade da exploração do campo da língua e suas normas a fim de apreendermos a importância de tal estudo.

A língua nacional surge como questão de discussão no século XIX principalmente por conta da difusão do impresso. A existência de gramáticas da língua portuguesa não nos permite, necessariamente, ter clareza a respeito do prescrito e do uso e, além disso, não se cogitava uma perspectiva formal do uso da língua. Ao que parece a língua a ser ensinada e utilizada pelos intelectuais não era questionada, ao menos de maneira clara, a não ser após a instituição da imprensa e, para além disso, por uma questão política que envolve a independência do Brasil, sua relação com Portugal. Torna-se relevante perceber como a preocupação com uma língua efetivamente brasileira é parte de um projeto de nação independente.

Compreender o processo de construção da ideia de norma é necessário para refletir sobre os processos de tensão entre os redatores dos jornais. Certamente, como já exposto, as preocupações políticas e de contestação estavam presentes no processo, no entanto, a noção de língua e a necessidade de sua constituição como língua nacional aparece nos emaranhados dos discursos jornalísticos aqui estudados. Trata-se, portanto, de um processo historiográfico complexo e que conta com estudos desde o Brasil colonial, uma vez que,

ao longo do século XVIII, a implantação da língua portuguesa no Brasil constituiu uma política explícita em uma série de medidas metropolitanas, culminando nas reformas pombalinas. Mas a língua modificava-se lentamente, e passou a ser apropriada por uma outra classe senhorial, a do Império do Brasil, para a qual os significados de escravos, pretos, mulatos, calhambolas, cafres, cabras, crioulos pouco mudaram. A unidade política no Império do Brasil, reelaborando as heranças do Império português, executou um movimento interno de expansão, na veiculação de valores, memórias, imagens que atravessam a literatura, a história, a arte, a língua nacionais. O Império construiu a Nação, procurando dominar as 'nações' internas, os particularismos, as outras heranças da colonização. De qualquer forma,

assim como as disputas sociais tiveram continuidade, a disputa com a heterogeneidade linguística também irá continuar (LIMA, 2008, p. 242).

Assim, a ideia de unidade nacional, estabelecida também para o processo linguístico, uma vez que se entendia que uma nação possuía como um dos caracteres identitários a língua utilizada, constrói-se através do apagamento da voz do outro – falante de outra língua – e na desvalorização de outros usos que não os prescritos.

Dentre os grupos que poderiam influenciar na língua nacional através do contato, é possível destacar os imigrantes (tratados nos documentos estudados como colonos) das mais diversas nacionalidades – dentre elas a alemã e a italiana – e os africanos; muitos deles chegavam ao Brasil na condição de escravos. De acordo com Lima,

A ênfase em uma unidade nacional garantida pela língua era uma ideia acionada para elaborar simbolicamente o medo da africanização, como no caso do cônego Pinheiro, em artigo de *Guanabara*, da qual era um dos editores. Este autor, procurando debater com uma estimativa sobre a população do país feita por Nunes de Souza, segundo a qual haveria para cada homem branco, dois de cor, o que seria nefasto, assegurava que no Brasil encontram-se ‘ligadas as suas diversas partes pela comunidade de interesses, de língua, de religião’.

Aqui temos uma pista já em si bastante significativa para mapear a relação do processo de nacionalização linguística no Brasil com os escravos, fossem crioulos (nascidos aqui) ou africanos. Essa relação pode ser avaliada pela literatura oitocentista – em síntese, trata-se de como o Romantismo e as elaborações sobre a língua literária brasileira procuraram negar a influência africana – uma vez que os holofotes estavam voltados para o tupi, objeto da apresentação de João Paulo Rodrigues neste seminário -; mas, nesse próprio movimento de negação, pode-se encontrar, ainda que de forma

residual, em notas de rodapé, em cenas literárias, na caracterização de personagens, no uso de metáforas, uma série de indícios da sua presença (LIMA, 2008, p. 235).

Olhar para a questão da língua toma proporções diferentes a partir desse processo, pois a língua ganha o status de objeto discursivo e fator imprescindível nos jogos de poder. Estabelecer uma relação entre língua nacional brasileira e variedade europeia é contemplar estes jogos e perceber que há mais do que discursos em defesa de uma nacionalidade, são elementos construídos no imaginário social e uma das ferramentas para essa construção e estabelecimento dessa “verdade”. A imprensa, então, passou a ter papel fundamental e normativo através do jornalismo.

A norma, hoje concebida como padrão brasileiro para o uso da língua, passou por este processo de construção/invenção dessa “verdade”. Segundo Carlos Alberto Faraco, no campo da linguística, o conceito de norma foi “formulado pelo linguista Eugenio Coseriu no início da década de 1950” (FARACO, 2008, p. 34), no entanto até se chegar a uma nomenclatura específica, houve a necessidade de uma estabilização do uso, mais especificamente da escrita, para que a utilização “correta” fosse estipulada e tomada como regra. Tal processo, certamente não leva em conta que “a língua é o próprio conjunto das variedades” e, por isso, precisa ser entendida como “uma realidade intrinsecamente heterogênea” (FARACO, 2008, p. 31). Estabelece-se, segundo Faraco, a “**norma curta** – uma concepção que apequena a língua, que encurta a sua riqueza, que não percebe (por conveniência ou ignorância?) que o uso tem abundância de formas alternativas e não se reduz a preceitos estreitos e rígidos” (FARACO, 2008, p. 64).

O autor chama “norma curta” a “mediocridade gramatical”, ou seja, trata-se de um discurso calcado no senso comum, em grande parte construído na mídia na escola, e que serve aos “jogos de poder” com o objetivo de “desqualificar os outros discursos” (FARACO, 2008, p. 65). Por isso, cabe perceber que o projeto de nação que se construiu para o Brasil levava em conta “projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2008, p. 73). Esses projetos não estabelecem como deve ser o uso da língua. Na escrita dos jornais em análise a crítica aparece quando as ainda não nomeadas normas são contrariadas. No entanto, não há clareza de como deve ser a escrita, ou seja,

o padrão foi construído, já na origem, de forma excessivamente artificial. A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta [...] brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo (FARACO, 2008, p. 78).

como é possível perceber em vários discursos encontrados e que servem como dados para esta pesquisa. Os intelectuais desterrenses são críticos da língua e, como autoridades no assunto são conservadores para com a escrita de outros redatores, principalmente quando querem denegrir a imagem destes.

O estabelecimento de uma norma a partir do século XIX aparece, segundo Faraco, não na direção de um abrasileiramento (isto é, de uma aproximação do padrão escrito ao padrão falado aqui), “mas na direção contrária, isto é, na busca de uma identificação com o padrão lusitano que se firmara com o Romantismo” (2002, p. 34). A partir dessa relação com a língua, os intelectuais brasileiros passam a divergir cooperando para a formação de dois grupos quando a questão era a língua portuguesa: de um lado estavam os conservadores, puristas e de outro os que defendiam a “absorção, na escrita, de características próprias de um certo modo brasileiro de falar a língua” (FARACO, 2002, p. 35). Desse modo, deixa-se o grande campo das tensões linguísticas entre línguas diferentes para, dentro do campo específico da constituição da língua portuguesa no Brasil se compreender as diferentes perspectivas que, certamente, traziam em seu bojo interesses próprios. Assim, cabe ressaltar que a efervescência das tensões linguísticas no Brasil e, por certo, em Desterro estabelecem relações com os diferentes grupos linguísticos, mas a materialização dos discursos se dá no âmbito de quem utiliza o português e dele se apodera como ferramenta para pertencer a determinada “elite letrada”.

Faraco, ao citar os “consultórios gramaticais” que circulam nos jornais da atualidade, lembra que eles surgiram no século XIX, expondo que:

O discurso desses consultórios gramaticais se funda exatamente na imagem construída no século

XIX e ainda hoje acriticamente repetida por boa parte da população escolarizada de que nós brasileiros não sabemos português, cabendo ao 'Pai gramatical' a tarefa de denunciar impiedosamente os nossos 'erros' e corrigi-los, tomando como referência um modelo gramatical anacrônico, artificial e arbitrário, igualmente fixado no século XIX.

Para o outro segmento da elite oitocentista, era importante abrasileirar a língua escrita (para usar o termo de José de Alencar). São os portadores de um discurso mais nacionalista, marcado por uma certa euforia pela causa e pelas coisas nacionais. Tomavam em particular a diferença lexical como fator de enriquecimento da língua (Alencar vai falar também nas diferenças de sintaxe) e defendiam seu franco aproveitamento na literatura que aqui se produzia (FARACO, 2002, p. 37-38).

Tal questão entrelaça-se com a questão da vinculação dos redatores com a literatura. Muitos dos que escreviam nos jornais eram escritores, poetas e vinculavam-se ao romantismo. Isso, porém, não quer dizer que todos os que se colocavam como escritores românticos ligavam-se às ideias dos chamados dialetistas. As divergências ocorriam e eram acirradas nos artigos jornalísticos também por causa dos posicionamentos desses escritores. Assim, ficam explícitas essas tensões, uma vez que um dos elementos de “abrasileiramento” do português que não era aceito pela maioria dos intelectuais era a influência linguística das línguas africanas. Ou seja,

mutação e riqueza sim, mas há limites. Somos defensores de um abrasileiramento da língua escrita, mas não toleramos todo e qualquer fenômeno linguístico que aqui ocorre. Ora, esse raciocínio revela, *grosso modo*, um entendimento claro do processo normativo, que se realiza exatamente selecionando e, ao mesmo tempo, excluindo formas (FARACO, 2002, p. 40).

Além disso, “o projeto de uma nação branca e europeizada era muito mais forte do que qualquer dos argumentos levantados pelos

defensores do abasileiramento da norma escrita” (FARACO, 2002, p. 43) e uma das fraquezas dessa defesa era exatamente aceitar uma heterogeneidade real da língua e sua mudança.

Esse processo, segundo Emílio Pagotto, leva à

questão da lingüística que vai emergir em José de Alencar: teria o Brasil, ou deveria ter uma 'língua própria' para a expressão da sua literatura? O debate que é travado tem o resultado que já sabemos. O movimento pendular das nossas elites tende, agora, para o lado europeu e terminamos o século XIX com a norma culta mais européia do que nunca. (PAGOTTO, 2002, p. 56)

Isso porque deve ser levado em conta o papel da literatura que permite circular e materializar-se a construção de uma identidade lingüística atravessada por um “processo histórico e político da constituição da nação” (PAGOTTO, 2002, p. 55).

A fim de refletir acerca dessas questões de constituição lingüística relacionadas sob as perspectivas da história social da língua, contemplando a heterogeneidade lingüística no Brasil (algo, em certa medida, negado por determinada elite brasileira com fins de homogeneização e com interesses de projetar o país com características europeizadas), Ivana Stolze Lima expõe que

Além da dimensão simbólica que a suposta ideia de unidade carregaria, retirando a ênfase das ações políticas e dos dramas envolvidos na coexistência das línguas oficiais e das práticas lingüísticas dos diferentes grupos, deve-se considerar criticamente os interesses da indústria e toda a movimentação da economia relacionada à promoção dessa unificação (LIMA, 2012, p. 353).

Necessário se faz lembrar, neste processo que não há, no período estudado, uma clareza quanto à nomenclatura da língua adotada no Brasil, isso porque alguns colocavam como língua portuguesa, outros como língua brasileira e ainda havia a denominação língua nacional. Esta última aparece na legislação vigente, pois orientava-se para o

ensino de primeiras letras e nas discussões jornalísticas sobre instrução pública, que a “língua nacional” deveria ser ministrada pelos professores e respeitada pelos redatores.

Na literatura o processo se dava pela discursividade dos textos, dos folhetins, dos escritos teatrais. A presença de “outras vozes” que não apenas a do colonizador português aparece. Alkmim (2008, p. 255) aponta que o

exame de dados coletados na literatura brasileira do século XIX (peças de teatro e prosa de ficção), que envolvem personagens negros e escravos, nos permite perceber de imediato, que a representação linguística destes contrasta com a de personagens brancos. Vemos, assim, que negros e escravos são caracterizados por um conjunto de marcas que os singulariza e os distancia dos brancos. Como observado em relação à tradição portuguesa, os negros e escravos brasileiros se expressam em uma variedade de português cheia de erros e imprecisões. Em um segundo momento, vemos que os dados apontam também para uma nítida distinção entre a representação linguística de personagens africanos e de crioulos (escravos e negros nascidos no Brasil), independente de serem livres ou escravos. Ou seja, se de um ponto de vista global, havia uma oposição primária entre um 'português de brancos' e um 'português de negros', havia também uma oposição secundária entre um 'português de africanos' e um 'português de crioulos'.

Tal questão é importante se pensarmos, também, que a existência dessas representações, muitas vezes, permanecia no âmbito literário. Diz-se muitas vezes, em uma das edições do *O Constitucional* de Desterro, que há um relato acerca da conversa entre dois negros sobre política. Tal conversa expressa como o leitor daquele jornal entende a língua utilizada naquele diálogo, representada de forma muito diferente do que em outros diálogos locais. Eis um excerto do diálogo:

- Bom dia pá Francico. - Bom dia pá Zoão. - Como vai voçuncê co senhoria? - E' à pá Francico não vá ben. Sinhô tá renegaro com zi Presidente, esse homem tá cupriro, na ten psecipo na fin con zi casa de guerra, sicondeo sinhamoço traze de casa no tóca de zi pedra, onde reva pramanha armôssô, mi dia jantá, de noute zi ceia, menino tá maréro, tá magro: eu dize zerê – Voçunce menino dize sua papá deixa capiango te recurutá pra zi guerra, sua papá depozi me fóra min, e zi conta zi praça em sua lugá; menino fica contente mia parente, zi sai de tóca de pera e dize paí déra. Senhoria de pra manhã zi monta zi cavarô vai na cirare fára com capíango de poríça, vórta zi caza zangaro; ah minha parente, negoço tá feio, zi menino vorta pra zi buraco e tá zi condido., Sinhoria e Sinhola está com zoio no zi capiango sinha Ramáro zuize Municipá, que não gosta de sinhô proque não deu zi voto no ze reiçon. A' minha zi parente esse tá zicuntando sinhô tá fallando pra zi muiere dere; - Tenho mero deste dua bico. [...]. Zere fara que nozi turo está foro, que é nosso fericidare, é memo; em tempo do zereçon, zi blanco nos préta nosso mão, e depois nozi tá agarando zi blanco como zi capiango gala nozi.

Adeze pá Zoão Caté manhã um abaraço zi pretáro no nosso pracero - <<Opinião>> -. Cuidáro com zi capiango no mecáro (O CONSTITUCIONAL, 1867, nº 22).

Segundo o autor do texto enviado para ser publicado no jornal, que se identificava como Bisnaga, tratava-se de uma conversa sobre uma das políticas locais sobre o recrutamento de negros para atuarem em atividades militares.

Eis uma das peculiaridades encontradas nos periódicos desterrenses e que dão conta da percepção linguística dos intelectuais responsáveis pela circulação de discursos diversos e, dentre eles, os relacionados ao uso da língua. Além disso, a descrição da fala dos dois escravos e que tem como análise final do seu autor é que a “tal conversa dos pretos é boa, e até estes já fallão na politica do recrutamento” expõe

a ideia de desembaraço por parte dos negros com o uso da língua. Lima (2012, p. 364) afirma que

os escravos, tanto crioulos como africanos, eram vistos como falantes desembaraçados. Mas por outro lado, devemos procurar o que estas descrições revelam sobre os próprios senhores e sobre como viviam a língua corrente na cidade. Se aos ouvidos dos senhores os escravos se comunicavam bem, isso pode nos levar a supor que esses escravos influenciavam o falar corrente e cotidiano.

Tais questões permitem confirmar essa heterogeneidade linguística e tomar a perspectiva da história social que permite um olhar sobre estes usos “ordinários” da língua. Desse modo, as descrições isoladas, descontextualizadas e que levam em conta a perspectiva elitista da língua não podem ser vislumbradas, uma vez que um outro panorama, não apenas descritivo, mas que explore as relações entre os indivíduos que fazem uso da língua torna-se mais interessante. Assim, a existência de um dado como o apresentado anteriormente e que expõe a visão e a materialização sobre o uso da língua demonstra a existência do contato linguístico e da mudança por conta desse contato.

Acredita-se, assim que a percepção de muitos intelectuais se deu nesse sentido. Conforme Sussekind (1994, p. 458-459), será no século XIX

que grande parte dos escritores brasileiros passa a se formar no próprio país. E a buscar conscientemente uma forma brasileira de escrita. Com vocábulos e expressões locais, com ritmo e prosódia peculiares. Sendo que, quanto à pronúncia, o 'acento do Brasil' – reconhecido, no que se referia à língua falada, até mesmo por alguém tão zeloso da filiação lusitana quanto Varnhagen – passou a ser usado estrategicamente, nessa escrita com marcas de oralidade propositais, como forma de afirmação da variante brasileira.

Assim, explica-se a criação de novos termos por José de Alencar e sua postura serve de modelo para tantos outros escritores e contribui para as discussões acerca das tensões linguísticas.

A atuação de tais discussões, certamente, está mais focada no campo da escrita, sendo a fala e as variações decorrentes dos contatos linguísticos explorados por muitos romancistas e poetas com a finalidade de atraírem uma gama maior de pessoas e, dessa forma, tornarem-se conhecidos. É o que se percebe em Desterro no jornal *O Cacique* e que será explorado mais adiante. Em suma, nota-se a preocupação com a escrita voltada para o uso da língua para que os textos se disseminassem no meio letrado.

As tensões estabeleciam-se pois havia quem buscasse uma pureza linguística. Muitos buscavam tal pureza através dos estudos sobre a origem das palavras. Desse modo, a etimologia era tomada como ferramenta importante para a adoção de termos “populares”.

Aliás, o interesse pela etimologia tomaria tais proporções à época que, no início da década de 70 do século XIX, se tornaria um dos motes humorísticos da *Semana Ilustrada*. E a partir de seu número de 3 de dezembro de 1871 o periódico teria como seção regular durante meses um ‘Curso de Etimologias’, todas elas, é claro, fantásticas, e para os vocábulos mais corriqueiros, como quitanda, bigodes, caneta, gravata, alfaiate, papel (SUSSEKIND, 1994, p. 478).

O que mostra, novamente, que as tensões acerca da língua e da sua constituição como elemento nacional provocam a instituição de normas linguísticas e que, hoje, constam com nomenclaturas próprias para designar o uso da língua em diferentes situações e por grupos sociais diferentes. É pois no século XIX que há uma disseminação dos manuais, primeiramente técnicos (a língua acabou entrando neste processo) e mais adiante comportamentais.

Para a invenção da norma até aqui percebida, cabe compreender a importância dos jornais e da circulação dos discursos dos quais foram detentores no século XIX. A importância dos periódicos é tal que até a legislação, instrumento por excelência de legitimação dos usos e comportamentos linguísticos, foi incorporada em artigos que demandavam intermináveis discussões. Em relação ao papel do

jornalismo, Magalhães declara que ele se “configura uma arena de sentidos também mediada pela escrita, um lugar de embate entre discursos, um lugar de afirmação e questionamento de valores” (MAGALHÃES, 2012, p. 101). É nesse sentido que o impresso, através da expressão jornalística, se afirma na sociedade e dela se faz intrínseca, pois está contemplada pela escrita.

A escrita tem aí a importante função de tornar objetiva a memória. O registro escrito captura-a fora do sujeito, rearranjando as relações sociais, que podem se dar entre sujeitos e documentos, ainda que tais documentos atualizem vozes subjetivas. O escrito se institucionaliza e passa a integrar as relações culturais e não apenas a mediá-las (MAGALHÃES, 2012, p. 104).

Uma ferramenta como a escrita para o campo jornalístico não pode, desse modo, ser vista como neutra, pois estabelece registros de pontos de vistas. Tais pontos de vistas estão articulados com decisões políticas e interesses dos diversos grupos que promovem as discussões. Assim, a língua era também meio de discussão que era materializada pela escrita e objeto de diversas tensões, que acabaram sendo registradas, possibilitando estudos como este.

Percebendo a questão das representações discursivas como vozes de “verdade” cabe desconfiar e compreender que tais vozes e discursos eram construídos para a promoção da legitimação de determinada variedade linguística. Por tudo isso, até aqui abordado, cabe desmistificar a ideia de “unidade nacional”, pois até este discurso era construído, primeiro pela ideia de “unidade territorial e política”, depois pela noção, que com o tempo tornou-se enraizada, de “unidade linguística” (BESSA-FREIRE, 2008, p. 123 e 124).

3 DISCURSOS NOS JORNAIS DE DESTERRO – A LÍNGUA EM DEBATE

“Manejar sabiamente uma língua é praticar uma espécie de feitiçaria evocatória.”

“A gramática, a mesma árida gramática, transforma-se em algo parecido a uma feitiçaria evocatória; as palavras ressuscitam revestidas de carne e osso, o substantivo, em sua majestade substancial, o adjectivo, roupa transparente que o veste e dá cor como um verniz, e o verbo, anjo do movimento que dá impulso á frase.”

(Charles Baudelaire)

Os jornais analisados e aqui apresentados fazem parte de um *corpus* localizado e disponível no setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Foram analisados partindo-se do objeto, a ‘língua nacional’, pois possuem informações aqui abordadas com indícios da relação estabelecida entre os intelectuais desterrenses e a língua escrita.

A seguir apresentamos um quadro com os jornais nos quais foi possível localizar dados relevantes para esta pesquisa. Eis os títulos, as características apresentadas nos subtítulos dos periódicos e o período de circulação.

Quadro 1 – Fontes de pesquisa - jornais analisados

Título do jornal	Período de circulação	Características
O CACIQUE	1870 – 1871	jornal noticioso e recreativo
O CAIXEIRO	1882 – 1883	órgão da classe caixeiral
O CONCILIADOR	1872 – 1873	jornal político e noticioso da Província de Santa Catarina
O MOLEQUE	1884 – 1885	órgão crítico, humorístico, noticioso e de leitoras variadas
A VOZ DA VERDADE	1869 – 1870	jornal político e noticioso
CORREIO DA	1884	propriedade de uma associação

TARDE		
A REGENERAÇÃO	1868 – 1888	jornal da Província de Santa Catarina / órgão democrático

Fonte: a autora.

Nestes jornais constam discursos que tratam da língua nacional, tanto em relação à ortografia, principalmente no que concerne à correção, bem como a discordâncias quanto aos estilos da escrita da língua portuguesa. É possível perceber uma certa resistência diante de usos linguísticos não legitimados pela gramática ligada às regras do português europeu. Há, portanto, uma imposição de língua a ser adotada e a percepção das táticas e estratégias que se dá dos dois lados do “cabo de guerra”, ou seja, dos dois jornais nos quais foi possível notar que as ligações partidárias delimitavam os discursos adotados. Há uma questão da análise dos discursos de membros da sociedade desterrense que reverbera no modo como a língua é compreendida e utilizada. Nesse sentido, faz-se necessário entender o que Certeau concebe por estratégias. Para o autor, trata-se do

cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um 'ambiente'. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico (CERTEAU, 2012, p. 45).

As relações de poder estão claras neste momento em que a língua de um povo o representa e o configura como nação. Tal discurso de poder, no qual a língua deve ser o reflexo dos seus usuários, permite o aparecimento de embates pois questiona-se qual variante vem representar de forma efetiva os usuários da língua. É nesse diapasão que se torna relevante o conceito de tática, como, ao contrário da estratégia,

um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o

outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O 'próprio' é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para 'captar no voo' possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em 'ocasiões'. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (assim, no supermercado, a dona de casa, em face de dados heterogêneos e móveis, como as provisões do *freezer*, os gostos, apetites e disposições de ânimo de seus familiares, os produtos mais baratos e suas possíveis combinações com o que ela já tem em casa, etc.), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a 'ocasião' (CERTEAU, 2012, p. 45-46).

A tática é necessária quando determinado grupo precisa “reagir” a determinadas imposições. Eis a questão, a princípio, da língua nacional em Nossa Senhora do Desterro. Grupos digladiavam-se através de artigos de jornais. Busca-se, dessa forma, colocar a luz sobre os discursos jornalísticos que, em grande medida, não se vinculavam aos discursos dos governantes e sim aos discursos dos mais “fracos”, para os quais as táticas são indispensáveis. Nas palavras de Michel de Certeau,

a tática é a arte do fraco. [...], a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como 'último recurso': 'Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia'. [...] a tática é determinada pela *ausência de poder*, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder (CERTEAU, 2012, p. 95).

A aparente falta de poder político possibilita-nos um rico campo de análise, pois os discursos jornalísticos desses impressos desvinculados do governo local trazem características do cotidiano, do corriqueiro, contemplado por Certeau como um quê de “ordinário”. E são esses discursos relacionados à língua adotada por grupos, *a priori* minoritários, diante da pressão imposta por uma escrita nos moldes da “língua de Camões” e a sua constituição na cidade de Desterro que interessam nesta pesquisa.

Essas relações possuem tensões específicas uma vez que ocorre discordâncias, as quais partem, em Desterro, de processos de normatização do uso linguístico. Diante da análise dos jornais percebe-se uma tensão entre o padrão linguístico usado e o defendido pelo editor e a língua viva do uso, das poesias e classificadas. Os periódicos expressam toda uma preocupação acerca da manutenção da língua e do que se considera “bom uso” dessa língua, seja pelo cuidado com a grafia do jornal, seja pelas colunas dedicadas à instrução pública sempre que possível, atentando para os padrões de ortografia e gramática vigentes.

Nesse sentido, suas justificativas para o uso da língua configuram-se conforme a gramática portuguesa vigente. O estudo dos jornais, como anteriormente posto, permite diferentes abordagens de pesquisa. Neste capítulo, a abordagem será acerca da língua nacional posta em jogo nos discursos jornalísticos dos periódicos que circulavam em Desterro nos anos entre 1870 e 1889.

O processo de formação da identidade social não ocorre de forma natural, mas de uma “relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” (CHARTIER, 1991, p. 183) na qual os regionalismos e falares populares não só entravam em conflito, mas mesclavam-se com as normas impostas e desejadas por círculos culturais mais conservadores. “A gramática prescritiva exerce sobre os indivíduos uma espécie de poder centralizador que os inclui ou retira de uma determinada forma de inserção social.” (LIMA, 2009, p. 484). Pode-se entender a partir disso que a língua nada possui de estática, como prescreve a gramática normativa, mas o movimento de introdução dessas marcas de oralidade colocava-se tanto como forma de resistência a essa normatividade como uma forma de defender sua nacionalidade.

A relação entre a literatura e a formação da língua nacional leva-nos a dois fenômenos interligados. O primeiro é o papel desempenhado pela literatura, enquanto palavra impressa que circula, na disseminação da língua e na construção de certa padronização da escrita, mesmo que essa padronização no século XIX fosse ainda relativa em termos de ortografia. O segundo aspecto [...] foi a reflexão dos escritores e críticos sobre a especificidade dessa língua brasileira, como uma das expressões do Romantismo literário no Brasil. Os fenômenos estão relacionados – os escritores queriam ser lidos e começam a dar ouvidos aos falares comuns do povo, uma figura de vai-e-vem entre a língua literária e a oralidade que começa a ser valorizada. (LIMA, 2009, p. 486)

A partir da análise dos jornais elencados, foi possível perceber a sua importância como meio de educação, regulação e normatização da língua a ser utilizada em Nossa Senhora do Desterro. Para efeitos de clareza, elencaremos os jornais e, em cada um deles, explorar-se-ão os dados encontrados. Dessa forma, será possível analisar não apenas as ocorrências dos discursos sobre a língua, mas quais as tensões entre os discursos e os objetivos deles, levando-se em conta as causas das discussões.

Para efeitos de análise dos dados, os conceitos de Michel de Certeau acerca das táticas e estratégias dos discursos são movimentados por se observarem a particularidade da temática e a abordagem de documentos muitas vezes rejeitados pelos estudos históricos e, até recentemente, pela história da educação. Perceber em discursos entendidos como não prescritivos o seu papel regulador e como lugar de tensão é trazer à tona as questões dos discursos que legitimam o imaginário e, por isso, o inventam, além de conceber que as tensões desveladas nos discursos mostram que a constituição da língua nacional em Desterro não foi um processo neutro, mas movimentava grupos discordantes diante da temática.

É notória, no discurso apresentado nos jornais analisados, uma tentativa de controlar o processo de uso da língua. Porém, como esclarece Elias, o processo de civilizar não está nas mãos de um ou de alguns indivíduos, de forma racional e planejada. Claro é que a “a coisa aconteceu, de maneira geral, sem planejamento algum” (ELIAS, 1993,

p. 193). Por conta disso, muitos problemas no ensino persistiam e comprometiam a qualidade e os tão almejados resultados dos estudantes. Assim,

poderemos entender que a mudança psicológica que a civilização implica esteja sujeita a uma ordem e direção muito específicas, embora não tivessem estas sido planejadas por pessoas isoladas, nem produzidas por medidas “razoáveis”, propositais. A civilização não é “razoável”, nem “racional”, como também não é “irracional”. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver (ELIAS, 1993, p. 195).

As pesquisas de Elias não estão voltadas para a educação, mas pensar a educação através de um processo de regulação como um dos agentes do processo civilizador auxilia a compreender esse universo. Elias é considerado um estudioso de biblioteca, pois lida com variadas fontes; possui versatilidade nos métodos, sustentando o empreendimento teórico mais importante, o qual é a sociedade. Além disso, busca construir um tipo de sociologia com a finalidade de humanizar as relações e a construção da civilização.

No livro *A sociedade dos Indivíduos*, Elias busca mostrar que o objeto da sociologia deve ser a relação entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, não é possível, para Elias, prever o que vai acontecer na sociedade, qual modelo de civilização teremos. Há também a noção de rede, na qual cada indivíduo nasce em meio a um contexto. É preciso pensar o indivíduo em contínua relação com o seu meio social. O indivíduo depende do contexto em que está situado e, dessa forma, o processo de subjetivação do indivíduo é sempre social. Elias nos traz o peso da cultura; as práticas culturais vão sendo subjetivadas pelo indivíduo e aparecem nas relações.

Na sua tese, *O Processo Civilizador*, Elias traz instrumentos para pensar como se constitui a vida dos indivíduos e a sociedade ocidental; para isso busca marcas que dão pistas dessa constituição. Encontra manuais de civilidade que regula, de certa maneira, a vida dos indivíduos e percebe nos manuais de civilidade a tentativa de regular o

corpo das pessoas, incluindo o excremento, a sujeira e também os aspectos instintivos (sexo, violência e outros). Sua contribuição além das questões propostas por Freud é que a cultura vai transformar essa regulação em *habitus*. O processo civilizatório é um processo de autorregulação e é essa perspectiva que contribui para observarmos os dados analisados nesta pesquisa.

3.1 DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA NACIONAL EM DESTERRO DO SÉCULO XIX: OS JORNAIS

Os discursos empreendidos nos jornais desterrenses expõem um rumo específico dado à língua nacional. Tal rumo apresenta-se na regulação de usos e nas táticas e estratégias empreendidas para que o processo regulador pudesse efetivar-se. Desse modo, não é possível perceber um viés teórico-metodológico, pois as questões que envolvem estes discursos são mais complexas.

Para dar suporte à leitura das fontes e, mais especificamente, ao objeto de pesquisa, adotam-se as perspectivas conceituais de Norbert Elias acerca do *processo civilizador* e as perspectivas de Michel de Certeau acerca das táticas e estratégias utilizadas pelos redatores dos jornais analisados.

A análise específica dos discursos a respeito da língua apresenta-se em dois momentos. Primeiramente, trataremos das questões pontuais de correção e do apreço a que muitos redatores tinham pela escrita entendida como “correta”. Neste sentido, observa-se que a regra adotada para as discussões ortográficas e de coerência eram as portuguesas, uma vez que se levavam em consideração os cânones portugueses como Luiz de Camões e Almeida Garret, além de gramáticas portuguesas.

Em segundo lugar, analisamos questões concernentes a representações ideológicas dos discursos sobre a língua, os quais, por conta dessas tensões, traziam aspectos literários e políticos da região, convergindo para tomadas de posições políticas e linguísticas divergentes. Cada uma delas defendia o seu espaço através dos artigos publicados nos jornais.

Cabe compreender também que mesmo antes do período adotado para a pesquisa, as questões acerca dos usos linguísticos eram tomadas como temas para os artigos publicados nos jornais, como é o caso do *Despertador* e também o jornal *Voz da Verdade*. Este último

periódico trazia questões gramaticais voltadas à correção ortográfica dos escritos e também críticas ao *Regeneração*, sendo este último jornal o que mais tempo circulou em Desterro e que na década de 1880 adota uma postura diferente do que procede em 1869.

Uma das discussões específicas acerca da língua leva a um fato peculiar, qual seja a chegada de Francisco Luiz da Gama Rosa para ocupar o lugar de presidente da Província de Santa Catarina, substituindo Theodureto Carlos de Faria Souto, aclamado por muitos jornais pertencentes a grupos conservadores. Em alguns artigos do jornal *Correio da Tarde*, há exaltação das virtudes do ex-presidente Theodureto e o visível desagrado com o atual presidente, Gama Rosa. As discussões entre os jornais eram recorrentes quando o assunto era a presidência da província, pois os “presidentes das províncias do Brasil eram nomeados pelo Imperador, através de indicação do gabinete e, toda vez que este mudava, mudavam também, invariavelmente, os administradores provinciais” (CORRÊA, 1997, p. 47). Além dessa situação, a maioria dos presidentes permanecia no governo pouquíssimo tempo, explicando, talvez, o tom de insatisfação geral, uma vez que, quando o sistema de governo começava a estabilizar-se, ocorria a mudança do governante e, novamente, novos projetos políticos eram elencados e acabavam não sendo executados. No caso de Gama Rosa não foi diferente, ele administrou de agosto de 1883 a 1884 “quando deixou o governo para Antônio Lara da Fontoura Palmeiro” (CORRÊA, 1997, p. 47). No entanto, Gama Rosa,

Apesar do pouco tempo de administração e um período não-previsível, pois a permanência dependia da política nacional, o que impedia os presidentes de desenvolverem grandes projetos por onde passavam, coube a Gama Rosa, deixar uma forte marca no mundo intelectual da província. Se o período administrativo proporcionou o aparecimento da chamada *Idéia Nova*, na área das letras e do pensamento filosófico em geral dos homens da terra. O surgimento da *Idéia Nova* que envolveu Virgílio Várzea, Santos Lostada, Cruz e Sousa e inúmeros outros intelectuais no pequeno período administrativo de Gama Rosa constitui um dos momentos mais importantes do desenvolvimento

da inteligência catarinense (CORRÊA, 1997, p. 48).

Jornais de cunho liberal festejavam as decisões do então presidente. Inclusive um deles, *A Regeneração*, cedia um espaço em alguns números para que Gama Rosa, utilizando-se de pseudônimos, colocasse suas ideias e respondesse a ataques de outros jornais conservadores. Um dos descontentamentos com o presidente por parte dos conservadores foi a nomeação de jovens para cargos públicos, como por exemplo, a nomeação de Virgílio Várzea²⁴, com dezenove anos, para oficial de gabinete da presidência em 17 de dezembro de 1883 e três meses depois para Promotor Público da Comarca de São José. O jornal que mais criticava a atuação de Gama Rosa como presidente era o *Correio da Tarde*.

De acordo com Corrêa,

O período de administração de Gama Rosa foi um dos mais importantes na campanha da extinção da escravatura em Santa Catarina, principalmente Desterro. A bandeira abolicionista era aceita por todas as cores partidárias, inclusive pelos Conservadores, cujo jornal oficial diariamente publicava alvarás de alforria de escravos, como pra servir de exemplo que deveria ser seguido por todos os demais. O movimento centralizava-se, na

²⁴ Virgílio Várzea (1863-1941) - Foi contista e cronista, novelista e poeta. Prolífico escritor, enriqueceria a narrativa brasileira com uma esmerada produção literária regionalista. Desenvolveu sua vida literária na antiga Desterro (atual Florianópolis) e na cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou e conviveu com a elite literária brasileira (Rui Barbosa, Olavo Bilac, entre outros). Chefiou, entre os anos de 1882-1887, a chamada *Guerrilha Literária*, grupo formado pela intelectualidade ilhoa que se opunha ao Romantismo e defendia as novas ideias do Parnasianismo e Simbolismo recém-chegadas da Europa. Desse grupo fez parte o poeta Cruz e Sousa, expoente do Simbolismo no Brasil, amigo e companheiro de letras. Disponível em: <http://www.adiaspora.com/_port/educa/trabalho/lelianunes2.htm>. Acesso em 13 ago. 2013.

capital, no Clube Doze de Agosto, que foi o grande baluarte contra a escravidão. Outras sociedades em prol da extinção eram fundadas frequentemente, havendo mesmo concorrência entre elas (CORRÊA, 1997, p. 53).

Tais empenhos governamentais encontravam dificuldades de serem realizados e aceitos pela população por conta da oposição conservadora que, aproveitando a circulação dos seus jornais e uma vez que não tinham acesso à tribuna legislativa, combatia a administração provincial. Uma das críticas levantadas contra Gama Rosa era a instituição do grupo da *Ideia Nova* que contava com a participação de nomes, em sua maioria, vinculados à literatura.

Além de Várzea, Lostada e Cruz e Sousa [...] aderiram Araújo Figueiredo e Horácio de Carvalho. Mais tarde, continuaram o grupo, de acordo com depoimento de Virgílio Várzea, os escritores Diniz Júnior, Altino Caldeira, Alfredo Luz, Romeu Ulisséa, Renato Flores, José Collaço e Joaquim Gama D'Eça (sic). [...].

Ainda de acordo com o próprio Várzea, como prolongamentos mais ou menos acentuados, são citados os nomes de Emiliano Pernetá, Gonzaga Duque, Lima Campos, Mário Pederneiras, Nestor Victor, Carlos Fróes, Emílio de Menezes, Maurício Jubim, Saturnino Meirelles e outros nomes de repercussão nacional, como seguidores do grupo da *Idéia Nova*.

Os intelectuais românticos e conservadores, entretanto, não aceitavam as novas tendências ou *Idéia Nova*, como chamou Virgílio Várzea em seu soneto manifesto intitulado *Alerta*, dedicado a Santos Lostada [...] (CORRÊA, 1997, p. 57 e 58).

Ainda segundo Corrêa, “pouco se sabia do pensamento” desses intelectuais. Segundo o autor, que já expõe sua posição, o que os caracterizava era “a adesão de filosofias esdrúxulas e absurdas que aceitavam princípios estéticos mal formulados e embaralhados

ensinados por Gama Rosa. A influência do presidente foi incontestável” (CORRÊA, 1997, p. 60).

Uma das formas de os jornais contrários à *Ideia Nova* se posicionarem era colocando apelidos com a finalidade de denegrir a imagem do presidente Gama Rosa. Mas o que chama atenção e, por isso, torna esse embate importante para essa pesquisa, é o fato de as críticas envolverem os diferentes posicionamentos em relação à língua nacional. Já por parte dos conservadores, há uma defesa do romantismo que se estendia a um dos grandes nomes do romantismo português à época, Pinheiro Chagas.

o *Jornal do Comércio* começou a publicar *Fantasia sobre o Estilo*, ensaio extraído de *Cenas e Fantasia Portuguesa*, do escritor romântico português Manoel Pinheiro Chagas. O texto era contra o estilo moderno, defendido por Eça de Queiroz e, conseqüentemente, pelos jovens da *Idéia Nova*. Para Chagas, o estilo era um amontoado de palavras pomposas que nada exprimiam; era a diluição de ideias banais em frases; a repetição, milhares de vezes, de um pensamento. No fim da publicação, que durou três dias, o jornal concluiu: *Não parece que Pinheiro Chagas escreveu esta fantasia em 1865 expressamente para nós em 1884?* (CORRÊA, 1997, p. 61).

Eis que tais críticas respingavam na forma como a língua portuguesa era trabalhada, o que trazia à tona a questão entre brasileiros e portugueses acerca do uso da língua na sua modalidade escrita. As tensões continuaram entre o *Regeneração* e o *Correio da Tarde* até a saída de Gama Rosa da presidência, fato comemorado pelos jornais conservadores.

Assim, compreender que além da questão linguística figuravam interesses políticos e sociais diversos é fundamental para estabelecer as relações entre os editores e redatores dos periódicos e, além disso, conceber qual era o papel que cada um deles assumia na sociedade desterrense. Para levantar essas questões com maior clareza, percorreremos, a partir de agora, cada um dos seis jornais nos quais foi possível localizar dados específicos sobre a questão da língua nacional.

Certamente, esse recorte não encerra a questão, pois se faz necessário compreender que alguns dos jornais que no momento da pesquisa encontravam-se ou interditados ou passando por reparos podem conter as questões levantadas por esta pesquisa.

Diante do levantamento realizado, contamos com a análise de sete jornais em Desterro que circulavam entre 1870 e 1889. Exploraremos, num primeiro momento, a apresentação das características gerais dos periódicos, tratando dos proprietários responsáveis (em sua maioria, os jornais eram redigidos pelos próprios dirigentes, sendo que artigos de outras pessoas poderiam ser publicadas conforme aprovação dos responsáveis), a vinculação política (se era explícita ou não) e o tempo de circulação na cidade. Para realizarmos esta etapa constatamos quão difícil é localizar determinados dados da história dos periódicos e dos sujeitos envolvidos. Segundo Corrêa (1997, p. 19), na “maioria das vezes fatos históricos de importância não são estudados e conhecidos por falta de documentação necessária para municiar o historiador de material suficiente no desenvolvimento de seu trabalho.”

A partir do exposto, procuramos apresentar as características gerais dos periódicos de acordo com o que foi possível levantar em informações que nos parecem relevantes. Procederemos a seguinte ordem: *O Cacique*, *O Caixeiro*, *O Conciliador*, *O Moleque*, *A Voz da Verdade*, *A Regeneração* e *O Correio da Tarde*.

O primeiro jornal, *O Cacique* possuía uma publicação semanal, elencado entre os jornais de caráter noticioso e recreativo por pertencer a um grupo específico de intelectuais, ou seja, não tinha vinculação, ao menos diretamente, com os grupos políticos de Desterro. Circulou na cidade entre 1870 e 1871. Seu proprietário, o Sr. João Ribeiro Marques, delimitava o conteúdo do jornal favorecendo anúncios que fossem de utilidade pública, como informações acerca da instrução pública, assim como notícias do exterior, folhetins, biografias, classificados, charadas e colunas de humor, evitando publicar colunas que dissessem respeito à política interna, como se percebe no próprio cabeçalho.

Este jornal publica-se uma vez por semana em dias indeterminados, na typografia commercial na casa n. 49 na rua do Livramento, esquina da Carioca. Dá-se publicidade gratis aos artigos que digam respeito ao bem publico; negando-se porém as columnas áquelles que forem inherentes a

política interna do paiz, e aos que ferirem individualidades (O CACIQUE, Desterro, 13 ago. 1870, p. 1).

Infere-se um público leitor variado, uma vez que grandes espaços do jornal eram reservados a historietas e também à publicação de poesias, além de cartas enviadas por leitores do *Cacique*; da mesma forma, as notícias cobriam as guerras europeias, os desenrolares da Guerra do Paraguai e os classificados incluíam desde venda de casas de comércio a equipamentos de montaria e aluguel de escravos. Por esse caráter utilitário, a venda do jornal *O Cacique* não ficava restrita a assinantes, uma vez que exemplares avulsos poderiam ser adquiridos conforme a necessidade e o interesse dos leitores, fazendo com que o público leitor variasse de comerciantes e funcionários do governo até as pessoas que queriam simplesmente continuar a leitura do conto iniciado na edição anterior. Por outro lado, ficam claras no discurso do jornal as tendências, as preocupações e as opiniões do editor sobre os assuntos abordados, permitindo a análise do jornal não somente através do conteúdo exposto mas também existe a possibilidade de perceber aspectos da realidade vivida em Desterro nos anos de 1870 e 1871.

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta dos esforços das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira (LE GOFF, 2003, p. 538).

Apesar de o cabeçalho do *Cacique* informar que o jornal não publicaria colunas que tratassem da política interna do país, é possível ver em diversos números justamente o contrário. Notícias de acontecimentos na Corte eram vistas já na primeira página, como a dissolução do ministério de 16 de julho na edição de 08 de outubro de 1870, número 10 do *Cacique*. Apesar de uma tentativa de imparcialidade, os discursos deste periódico estão permeados por um projeto regulador. Neste estudo, como já exposto, mostramos apenas as

questões relacionadas à regulação/normatização do uso da língua pelos desterrenses.

O segundo jornal, *O Caixeiro*, publicava-se aos domingos e representava a classe dos caixeiros. Desse modo, suas notícias vinculavam-se a questões comerciais. No subtítulo já expõe a que público se destina: “Órgão da classe caixeiral”. Além de procurar atender a este público específicos com notícias acerca do funcionamento do comércio e do porto, também contempla em suas páginas a divulgação das produções escritas da Sociedade Literária, sendo que dentre os textos publicados estavam sonetos de diversos autores. Circulou na cidade entre 1882 e 1883 e era adquirido na rua do Príncipe nº 1 D (atual Conselheiro Mafra). Seu proprietário era Francisco de Assis Costa, sendo, dessa forma o responsável pelo conteúdo publicado. Dentre as publicações, é possível encontrar classificados, notícias de obras realizadas na região, bem como romances nas colunas chamadas de “Folhetins”. A publicação de romances “em pedaços” ou folhetinescos eram recorrentes nos jornais desterrenses que seguiam uma prática dos jornais da Corte. Publicações específicas relacionadas à política interna não foram localizadas, mas apresentava preocupações em relação à instrução pública.

Já o jornal *O Conciliador* possuía uma publicação semanal – às quintas-feiras; periódico pertencente ao partido conservador e, por isso, possuía um caráter mais político e “noticioso”. Circulou na cidade entre 1872 e 1873. Vários redatores eram responsáveis por sua construção e os exemplares eram vendidos mediante pagamento adiantado. Em relação ao conteúdo, é possível perceber, como a maioria, a circulação de anúncios que fossem de utilidade pública, poesias, informações acerca da instrução pública, críticas às ideias republicanas que começavam a nortear os textos escritos nos jornais pelos intelectuais catarinenses, artigos sobre liberdade de imprensa e notícias que eram classificadas como do exterior e do interior – as primeiras referentes a acontecimentos em outros países e as primeiras relacionadas a notícias da Província de Santa Catarina. O público era, certamente, específico: aqueles que tinham afinidade com o partido conservador.

O periódico *O Moleque*, “órgão crítico, humorístico, noticioso e de leitoras variadas”, apresentava-se já no subtítulo como propriedade de uma associação, contava com uma publicação semanal e os interessados faziam uma assinatura mensal. Não estava vinculado a nenhum partido político e não foi possível perceber ligação dos redatores com as discussões políticas da região, no entanto, parte de sua

característica humorística dá-se pelo fato de, em quase todas as primeiras páginas, publicarem-se caricaturas das figuras políticas da região ou nacionais – desenhos feitos a mão e que eram publicados conforme notícias vindas do Rio de Janeiro e embates de ideias que circulavam na região. Os conteúdos eram diversificados. Além do humor perceptível já na primeira página, também encontramos transcrições livres de artigos estrangeiros como, por exemplo, textos de Emile Zola, além de poesias de Cruz e Souza. A sua circulação foi curta na cidade de Nossa Senhora do Desterro, entre 1884 e 1885. Uma peculiaridade desse periódico era a ironia da linguagem, pois a maioria das notícias eram apresentadas com uma espécie de crítica velada.

Outro jornal era *A Voz da Verdade* – jornal político e noticioso – circulou entre 1869 e 1870, porém os dados encontrados são somente de 1869. Compreende-se sua importância para a discussão, uma vez que demonstra a existência de uma tensão a respeito da língua nacional anterior ao período selecionado para essa pesquisa. Além disso, esse periódico nos auxilia a perceber que um dos jornais mais antigos de Desterro, *A Regeneração*, contou com diferentes posturas. Possuía uma publicação semanal, sendo o responsável pela tipografia José Joaquim Lopes²⁵ e contava com vários redatores. Circulou na cidade entre 1869 e 1870, com vínculo perceptível, pelos artigos publicados, ao partido conservador. Foi possível encontrar artigos de utilidade pública e colunas voltadas à instrução pública e ao papel do professor.

Além dos jornais mencionados, analisamos também o periódico *A Regeneração* e o *Correio da Tarde*. O primeiro contava com a tipografia estabelecida, primeiramente no Largo do Palácio (atual Praça XV de Novembro) nº 32 e, posteriormente, na rua “de João Pinto” nº 32. Nas primeiras décadas suas publicações eram às quartas-feiras e domingos e, a partir da década de 1880, passaram a ocorrer aos sábados.

Os principais redatores eram os proprietários, Duarte Paranhos Schutel²⁶ e Luiz Augusto Crespo²⁷ de 1868 até 1888. Os subtítulos

²⁵ José Joaquim Lopes (1803–1894). Nascido em Salvador, foi jornalista, professor, militar e político. Fundou em Desterro os jornais *O Argos da Província de Santa Catarina*, *O Conservador* e *O Despertador* e, em Laguna, *O Pylampo*. Foi praça voluntário na Guerra da Tríplice Aliança.

²⁶ Duarte Paranhos Schutel (1837–1901). Nascido em Desterro, era médico, jornalista e político, foi Vice-presidente da Província de Santa Catarina em 1878 e é patrono da cadeira nº 7 da Academia Catarinense de Letras.

mudaram de “órgão do partido liberal” - nos primeiros doze anos – para “órgão democrático” - na década de 1880. Nesse sentido, fica clara a sua vinculação política desde o início de sua circulação, ou seja, pertencente ao partido liberal. O conteúdo do jornal contemplava anúncios de utilidade pública, informações acerca da instrução pública, assim como notícias do exterior, folhetins, biografias e classificados.

Quanto ao público leitor, percebe-se que o periódico destinava-se aos letrados de Desterro, tanto que é perceptível a diversificação de notícias com a tentativa de atender aos diferentes públicos. Os conteúdos políticos, no entanto, predominavam. Dentre as questões peculiares desse jornal está as diversas vezes que era citado nos outros periódicos, principalmente os que se vinculavam ao partido conservador. Além disso, nos anos de 1884 e 1885, o próprio Presidente da Província de Santa Catarina, Gama Rosa²⁸, escrevia através de pseudônimos no periódico ou simplesmente assinava os artigos com dois asteriscos.

Já o segundo, o jornal *Correio da Tarde*, era propriedade de uma Associação. A “Typografia e Escriptorio” estavam localizados na Rua do Príncipe 63 (atualmente Rua Conselheiro Mafra), sendo que o periódico possuía uma publicação diária, tinha vinculação política e era, ao menos no ano de 1884, ligado ao partido conservador. Circulou na cidade entre 1874 e 1884, no entanto, apenas o periódico de 1884 estava disponível para consulta na Biblioteca.

Os artigos difundidos eram, na maioria, relacionados à política da região, abordando também a forma como a instrução pública era tratada pelo governo do Presidente da Província, neste ano, Gama Rosa. As críticas feitas ao presidente eram respondidas pelo próprio Gama Rosa no jornal *Regeneração*. Além disso, servia como painel de propagandas diversas, desde aluguéis de casas a divulgação de poemas de vários autores. Infere-se, a partir das relações estabelecidas através dos artigos, crônicas e demais gêneros publicados no jornal que o público era composto por pessoas interessadas na vida política e social

²⁷ Luiz Augusto Crespo (datas de nascimento e falecimento não encontradas). Nascido em Pernambuco, foi deputado na Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina. Foi também Presidente da Província de Goiás.

²⁸ Francisco Luiz da Gama Rosa (1851–1918). Nascido em Uruguaiana, era médico, jornalista e político. Nomeado por Carta Imperial para atuar como Presidente da Província de Santa Catarina de 1883 a 1884.

da cidade e as publicações podiam ser recebidas por assinantes e de forma “avulsa” por quem tivesse interesse nas informações ali contidas.

Como citado, as críticas ao governo eram frequentes e, geralmente, eram direcionadas ao jornal *Regeneração*, o qual estava, neste ano, representando o partido liberal (no governo em 1884). Os embates entre os dois jornais eram diários, pois enquanto um promovia determinada crítica, o outro respondia no número seguinte com investidas, inclusive, de ordem pessoal.

É através desses embates que a questão da escrita é contemplada. No entanto, essa questão é mais complexa do que uma simples briga política, pois está relacionada a reuniões do grupo da *Ideia Nova*, coordenada pelo próprio presidente Gama Rosa.

3.2 O QUE OS PERIÓDICOS DESTERRENSES PODEM REVELAR

O processo de análise permitiu desvelar o objeto da pesquisa, a língua nacional. Isso porque foi possível localizar nas páginas amareladas dos periódicos de Desterro um pouco da relação dos intelectuais da região com a língua que escreviam. Desse modo, cabe esclarecer que em alguns jornais consta apenas corrigendas de edições anteriores, enquanto em outros há uma espécie de “cabo de guerra”. Nestes últimos, percebe-se tensões que podem ser lidas não só como estratégias empreendidas em forma de discurso – uma vez que o próprio governante da região defende mudanças linguísticas e de estética literária – como também táticas por parte dos redatores para serem percebidos.

Esses discursos estão impregnados de entusiasmo e ironia. São questões que procuraremos descrever e, para isso, utilizamos as transcrições dos artigos, em sua maioria completos, para permitir uma melhor percepção não só dos discursos acerca da língua, mas também da carga discursiva empregada pelos redatores. Mantemos também a forma escrita dos artigos conforme estão nos periódicos por compreendermos que se trata de um outro tempo e, por isso, as características linguísticas devem ser preservadas.

Iniciamos, desse modo, o processo de análise pelo no número 12 do jornal *O Cacique*, no qual é possível ler o seguinte trecho:

Instrução pública – Na sessão de 10 do corrente da assembléia legislativa provincial do Rio de Janeiro, foi apresentado e julgado o objecto de

deliberação um projecto relativo à instrucção publica d'aquella provincia, obrigando o pai, mãe, tutor ou protector à dar instrucção primaria aos meninos e meninas que tivessem em sua companhia, logo que aquelles sejam maiores de sete annos e menores de quatorze, e estas maiores de sete e menores de doze. Oxalá que semelhante ideia tenha echo no recinto da nossa illustrada assembléia e seja por ella realisada. Só assim não teremos mais o desprazer de ver publicamente enxovalhada a bella lingua de Camões n'essas legendas affixadas pelas esquinas, como – ALUGAM-SE CAVALO – que ha por ahi algures. (O CACIQUE, Desterro, nº 12, 1870, p.1)

Ainda que não abertamente, *O Cacique* transmite a seus leitores determinadas vontades e cria necessidades para seus leitores. Se por um lado abordar a instrucção pública pode ser justificada como de interesse geral, existe também uma preocupação por parte do editor na defesa da língua nacional. Essa defesa é mostrada de forma direta e indireta em diferentes momentos e números do *Cacique*, seja em comentários diretos como no número 12 “Só assim não teremos mais o desprazer de ver publicamente enxovalhada a bella lingua de Camões n'essas legendas affixadas pelas esquinas, como – ALUGAM-SE CAVALO – que ha por ahi algures.” ou decorrentes de contatos feitos entre o editor e um leitor que enviara texto para publicação. O seguinte trecho expõe diretamente esse caso no número 18 do *Cacique*:

Orthographia portugueza – De uma carta que o nosso amigo, o Sr. Eduardo Nunes Pires, vem de remetter-nos da cidade de Laguna, extraciamos o seguinte tópico, em que trata da nossa orthographia usual, para a leitura do qual enviamos os nossos leitores.

’IIm. Sr. - Tenho presente o seu estimavel favor de 3 do corrente, em que o meu amigo me falla dos erros que appareceram na minha poesia inserta em o n. 12 do Cacique, mas são erros de orthographia de todo o poncto desculpavel, porque muito differente é a orthographia etymologica de que uso bem ou mal, da chamada *usual* ou *vulgar*, que é

um acervo de contradicções e barbaridades, de que, infelizmente para a língua portugueza, se-serve quasi todos, e sim porque os governos não tomaram ainda a deliberação de mandar que em todas as terras, onde se-falla tal e tão rica língua, se-adopte uma orthographia uniforme e baseada na logica. Assim o-inculca o Sr. Castilho José que é autoridade bastante.

'Com uma determinação d'essas as gerações por vir dos nossos neptos saberiam orthographia logicamente sem mais trabalho do que tivemos nos nossos paes e avós apprendendo o actual... rio, porque, si se-escreve junto, pranto, neto em lugar de juncto, prancto, nepto (como deve ser), não é isso pela orthographia phonetica, segundo pretendem os seus apologistas e defensores, mas por uso e abuso, e tanto, que muitas vezes tenho visto os mesmos que erram 'naquellas palavras escreverem tambem erradamente fucturo, debicto, addicção em lugar de futuro, debito, addição, como é certo e logico e até conforme à phonia.

'Não quero com isto dizer que eu não erro no orthographar, o que seria desmarcada philaucia, porque me-falta o saber grego para obviar os erros que já deviam achar-se obviados nos dictionarios, mas tão contrarios e divergentes os-temos em tal materia, que, em vez de illustrarem e esclarecerem, atrapalham e confundem a quem consulta mais de um.

'Irei pois corrigindo progressivamente, segundo m'o-for insinuando a boa razão, os erros que ainda commetto, e já não corrijo muitos d'elles *para me não tornar celebre*, como me-disse uma ocasião um nosso amigo, mestre meu em muitas coisinhas de litteratura, e digno de todos os respeitos pela sua illustração e bom engenho poetico.

'Já hum insignificante trabalho meu publicado na *Esperança* ficaram dictas algumas palavras a este respeito, e lá copiei intão um sabio conselho de Philiato Elysio.

'Estes os motivos por que lhe-peço cuidado na revisão das provas dos meus escriptinhos que o meu amigo se-presta a inserir no *Cacique*, revisão essa que, bem sei, nunca poderá ser tão e

minuciosa como a eu desejo, attendendo ás mais occupações suas e do nosso amigo F. (O CACIQUE, n°18, 1870, p.1)

Nessa carta vê-se o conflito entre duas concepções diferentes da língua portuguesa: a prescrita e a usual. O editor toma a iniciativa de enviar uma carta ao leitor apontando-lhe o que considerou erros, gerando assim uma resposta desse leitor que, por sua vez, justifica-se apresentando suas convicções. Cabe ressaltar que o jornal publicou a poesia enviada por esse leitor no número 12, ainda que o editor julgasse haver erros ortográficos, assim como também publicou a carta-resposta desse mesmo leitor. Percebe-se diante de tais elementos que há uma espécie de defesa da língua nacional, ainda que esse movimento não se disponha diretamente nem de forma conclusiva e consensual.

Dando continuidade ao processo descritivo e analítico, torna-se relevante apresentar as questões apontadas no artigo *A mocidade e as letras*, assinado por Tulio de Mattos – nada foi encontrado a respeito deste nome – no n° 21 do jornal *O Caixeiro*,

A mocidade e as letras

Com quanto seja a nossa penna uma das menos competentes nas lides da imprensa, vamos dizer algumas palavras sobre a epigraphe acima.

Escrever para o público é uma tarefa sobre difficil, espinhosa: porque não só é necessário ser-se conhecedor do nosso bello e difficultoso idioma, como tambem compenetrar-se bem ao assumpto sobre que se vai discorrer; espinhosa, porque ás mais das vezes encorre-se no desagrado de muitos e, conseguintemente, soffre-se o contato da lanceta da crítica.

Não obstante, sciente de comprirmos um dever, o dever do homem civilisado, - affrontamos, embora fraquissimos, como já o dissemos em outras palavras, os perigos de que vimos de fallar.

Queixam-se muitas pessoas que as letras soccumbem nesta bella provincia. Não somos de opinião contraria; mas como querem que a litteratura prospere, siga avante, si falta-lhe o principal que é a protecção publica, falta esta que promove irremediavelmente a ruina das folhas litterarias, cuja existencia, - quando

periodicamente ppoem à guisa de cometas – é phosphorica: como querem que a mocidade não immudeça, não desanime si, apenas começa a ensaiar seus vacillantes passos na avenida da litteratura, é victima de alguns espiritos maldizentes que, ou por inveja, ou por requintada maldade, appellidam, sem mais nem menos, de ignorantes os que escrevem, emprestando assim aos outros os qualificativos que em si abundam.

E o que mais nos admira, é q' muitos desses censores injustos são jovens intelligentes (?...) que procurão assim desanimar os seus companheiros.

Nesta nossa provincia há moços que levão a sua falta de caridade (para não dizermos incivilidade) ao ponto de lançar o véo do ridículo sobre as produções alheias, como alguns que temos o desprazer de conhecer...

nem todos têm a magnanimidade de tapar os ouvidos a essas facecias, dignas do mais soberano despreso.

Si uns a supportão com um sangue frio digno de louvor, outros desanimam.

Na verdade, nada há mais triste do que ser-se criticado, não por mestres – porque a censura d'estes honra – e sim por aquelles que não se acham na altura de desempenhar o papel de censor, papel este que requer alem de um estudo apurado, uma imparcialidade sincera.

São esses predicados, aliás rarissimos, que faltam a esses jovens, censores que fazem um gesto de déspresoo quando deparam com alguma producção que não seja de sua lavra.

Eis o estado da litteratura entre a nossa mocidade.

E' o estado da litteratura entre a nossa mocidade.

Si os moços criticos de que fallamos tivessem em vista este sublime preceito de moral: não façam a outrem o que não quizeras que te fizessem” - sem duvida que não estariam dando tão tristes provas do mau estado dos seus corações que na primavera da vida já se acham corrompidos por paixões censuraveis!

Terminando estas mal allinhavadas linhas que talvez a muitos desagradem... dirigimos áquelles que desanimão este simples mas ... conselho:

Fechai os ouvidos ás vózes de injustos censores, e caminhaí porque aquelles que vos criticão são os mais dignos de compaixão!...

Tulio de Mattos

(O CAIXEIRO, Desterro, n. 21, 17 dez. 1882)

Este artigo aponta tanto a beleza da língua quanto sua complexidade. O autor clama para que o poder público possa proteger as esferas da palavra escrita, seja a imprensa, seja literatura. Há certa resistência por parte dos mais letrados para com a chamada “mocidade” que inicia no mundo das letras e ainda não tem o domínio da chamada “arte” da escrita, o que é visto por Mattos como um incivilidade. Diante dessas tensões presentes na mocidade desterrense, o autor recorre ao papel dos mestres, os quais, segundo ele, devem ter uma postura diferente por serem detentores de maturidade, para não se deixarem levar por críticas de jovens pseudointeligentes. Este artigo demonstra um movimento intelectual em Desterro constituído por jovens. O que parece uma novidade. Além disso, recorrer aos professores é demonstrar preocupação com o ensino da língua e a maneira como ela é compreendida e utilizada pelos jovens aprendizes e usuários da língua nacional.

Em outro momento, em número posterior, o redator do jornal confessa-se inimigo de erratas, o que denuncia seu perfeccionismo e cobrança em relação ao revisor do jornal.

Foi-nos remetida, pelo nosso collega J. A. Boiteux a errata que publicamos.

1 No artigo que publiquei no n. 19, d'este periodico, com o titulo – Considerações, - resaltam alguns erros, que escaparam ao revisor.

2 Com quanto inimigo – de erratas, appresso-me a apontal-os, afim de que “certas pessoas” de cuja illustração cada vez mais me capacito, não tenham occasião de m'os attribuir. Entre – Considerações dos Tamoyos – e – Guarany -, producções de Magalhães e Alencar, escapou ao compositor – A Punição -, obra do distincto escriptôr P. Guimarães.

No ultimo periodo, leia-se: - retumbam – Sampaio – e – Januario (refiro-me ao Conego Januario da Cunha Barboza, autôr do poema – Nictheroy), e não – retubam – Sampario – Jamario (!), como lá está

(O CAIXEIRO, Desterro, Ano 1 – 17 de Dezembro de 1882 – Nº 21 – p. 04)

Também no jornal *O Conciliador*, no número 53, consta uma preocupação do editor em compor a errata tanto em relação ao conteúdo quanto em termos de ortografia e gramática:

Corrigenda.

No primeiro artigo de redacção do numero anterior, in fine, em lugar de – Fique a cada um o bonito da acção que praticarão – lêa-se: - que praticou.

No 2º, periodo 13º, lêa-se. - dizeis que interveio -, e não como está.

No 1º artigo de noticiario, 1ª e 2ª linhas, em lugar de – por acto da provincia, lêa-se: - por acto da presidencia.

No mesmo artigo, periodo 6º, em lugar de – obtendo o conego Joaquim Eloy de Medeiros 35 votos, lêa-se: - ... 31 votos e João José Pinheiro 35...

(O CAIXEIRO, Desterro, Ano II – 06 de março de 1873 – nº 53)

Não só os escritos eram alvos de críticas, mas também as pessoas que trabalhavam como escrivães. Essa postura assinala que os redatores dos jornais, por mais que não assinassem os artigos que publicavam, eram conhecidos. Nesse sentido, ao criticar-se o escrito, critica-se também o escritor. Trata-se, ao nosso ver, de uma forma de estratégia para a desvalorização do periódico “rival”. Em uma publicação do jornal *O Moleque*, de maio de 1885 eis que o redator expõe sua ironia.

Piparotos
Gentes, é exquisito!...

Ha por ahi por esse mundo de Christo, uma caterva de *escrivães* de... jornal, tão impossiveis, tão chatinhos..., tão... lorpas...

Jesus...

E como elles escrevem; sem grammatica (Misericordia) sem ideia (Valha-nos Deus) sem estylo, sem imaginação, cançando o espirito do leitor com mas mesmas cousinhas pifias, com os mathusalémicos assumptos estafados, tropêgos, que não andam, que não se desenvolvem pelos meandros das orações, dos periodos, da escripta finalmente.

Encalamechando a cada hora – um momento solemne – uma brisa fagueira – um jovem esperançoso – por tudo quanto escrevem...

E' o diabo.

E como elles deduzem, paticularisam as circumstancias da vida, analysam e observam os factos, (os que vestem, por certo) pesam e raciocinam.

Que de criterio nas suas maximas, nos seus exames mentaes.

Não sabem distribuir a phrase, o trópo, a energia precisa e clara ao discurso.

Atrapalham, misturam, esbodegam a technologia dos vocabulos.

Esparramam-se em columnas enormes por periodicos de eduardices, dizendo umas farofadas medonhas, bojudamente idiotas, estupidas como... uma *passoca de pirão*.

E como elles digerem bem as pillulas rethoricas, no ventre da imbecilidade...

Maganões...

Sempre são uns pandegos, elles, os *escrivães*...

Bem bons...

Está; eu gosto delles, porque elles, porque elles... são dos taes de espirito que hão-de ter, o reino do céu... ou o céu de algum reino.

Uns espertalhões, uns pares de presilhas, elles...

E é bem exquisito isso, não é, gentes?!...

E' o diabo, o diabo!

(O MOLEQUE, Desterro, 10 maio 1885.)

Sob o título *Papirotos*, o redator expõe sua opinião a respeito dos escrivães e da forma como escrevem, tanto em relação ao uso ou, segundo ele, o não uso da gramática como também ao estilo adotado. Nesse sentido, faz severas críticas aos textos longos publicados nas colunas. Seus apontamentos em relação à escrita dos outros impressos demonstra seu incômodo com textos filosóficos, recorrentes nos periódicos da época.

Há, também nos jornalistas da época uma espécie de discurso de autorregulação, como se percebe no periódico *A Voz da Verdade* em junho de 1869:

Corrigenda.

Por mais cuidado que tenhamos na correção dos nossos escriptos, para poupar o trabalhos dos nossos dignos *mestres*, de notar os erros, não é possível evital-os; por isso, pedindo lhes desculpa, apressamo-nos a corrigir o seguinte erro de concordancia do verbo com o seu sujeito: está elle no fim do artigo que finda na 1ª columna da pag. 2ª – Em vez de Releve-nos os mestres & - leia-se: Relevem-nos os mestres. && (VOZ DA VERDADE, 24 jun. 1869 n. 12, p. 3).

Trata, desse modo, não apenas de uma correção mas também de um pedido de desculpas endereçado aos professores por terem que ler “erros” em edições anteriores. Revela-se, assim, uma preocupação que, em forma de tática, apresenta-se como certa postura de humildade discursiva. É assumir o que consideram “erro” para não sofrer possíveis “punições” em discursos de outros jornais. No entanto, cabe não vincular este jornal ao esteriótipo de simples aquiescência em relação às corrigendas recebidas, pois também é perceptível a estratégia conceituada por Michel de Certeau quando o redator se vê alvo de críticas por parte do *A Regeneração*, sendo que o editor do periódico *A Voz da Verdade* defende-se nos seguintes termos:

Temos notado com alguma surpresa que os ilustrados redactores da *Regeneração* têm muita queda para mestres de primeiras letras; occupão se apenas com as minudencias que catão em um

escripto, por exemplo: erros de orthographia, falta de concordancia de nomes substantivos com os verbos, adjectivos & aproveitão a palha e abandonão o grão, ou por outra: interessão-se mais pela forma do escripto do que pelo fundo! Passão por este com os olhos vendados, porque não querem dar-se ao penoso trabalho de apreciar-o devidamente, para indicar os erros do escriptor, que não póde deixar de commetel-os, visto ser deffeito da origem humana. São cousas difficeis de comprehender! (VOZ DA VERDADE, 17 jun. 1869 n. 11 – p. 02)

Eis que há em 1869 uma crítica aos redatores da *Regeneração* pelas preocupações, aos olhos deles excessivas, com a escrita, em relação às questões gramaticais sem atentarem para o conteúdo dos artigos. Por conta dos dados apresentados cremos ser importante trazer este periódico para o campo de análise. Sua postura auxilia na compreensão de como se dava a relação de alguns jornais em relação ao *A Regeneração*. Este último, por sua vez, apresenta diferentes posturas da década de 1870 para as publicações de 1880. A princípio, vinculada a estratégias discursivas por ser intermediário de um governo conservador; depois, por estabelecer uma postura inovadora, quando é instrumento de um governo com propostas de mudanças, inclusive na maneira de olhar o uso da língua nacional.

Procuramos apresentar algumas publicações as quais tivemos acesso já no final da coleta de dados, mas que nos auxiliam a perceber o tratamento dado à língua pelos redatores do *A Regeneração*.

Primeiramente, localizamos uma referência à reforma da língua portuguesa e cabe esclarecer que não foram encontradas reformas relacionadas ao Brasil, o que nos permite inferir que o excerto abaixo trata de reforma realizada por Portugal, sendo ela contemplada pelo redator do jornal.

Reforma da língua portuguesa:
Monipolio por monopolio (Lamego)
Sejemos por sejamos (Id.)
Sastisfeito por satisfeito (Id.)
 etc...
 (A REGENERAÇÃO, n. 241, 12 jan. 1871)

Como é possível perceber, trata-se da preocupação com a divulgação de novas orientações ortográficas. Infelizmente, não localizamos e nem há referência no periódico acerca da fonte para a divulgação de tais reformas.

No mesmo ano, publica-se no jornal um texto sem título e sem assinatura, o que nos permite inferir que o autor seja um dos proprietários e que assinam também como redatores do periódico. Trata-se de uma severa crítica a um dos políticos da região, chamado Galvão.

Mouros à barra!

O Sr. Galvão fez sua reentrada na *Provincia* e debutou com o artigo de fundo do nº 22.

Assim Sr. Galvão, em falta de afazeres na policia, escreva, escreva; ao menos a lingoa de Camões não soffre tanto, quanto com a meninada.

Este conselho é attribuido ao mestre Lopes.

Os officios do Sr. Gouvêa, ao ministro da guerra publicados no *Despertador* são de 8 do corrente, de 18 de Janeiro, 1º, 10 e 17 de Fevereiro.

Lendo-os, todos se admirão, como tem tardado tanto a demissão de tal presidente.

S. Ex. escreve de modo a tornar necessario que nas repartições geraes e provinciaes e nas secretarias d'estado sejam traduzidos seos officios para a língua portugueza.

Se pelos domingos se tirão os dias santos, que tal não será o relatório do Dr. Gouvêa?!

Era composto de dissidentes, o grupo que assim conversava. Que injustiças!

(A REGENERAÇÃO, Desterro, 5 mar. 1871, n. 256).

O redator considerou muito ruim a escrita do Sr. Galvão, tão ruim quanto a escrita de alunos em idade escolar, o que permite inferir que o redator acredita numa escrita ainda ineficaz por parte dos estudantes. Segundo o redator, um professor que era muito conhecido e respeitado em Desterro, o mestre José Joaquim Lopes, é quem chama a atenção do Sr. Galvão para que ele escreva de acordo com a língua de Camões, ou seja, conforme a língua portuguesa. Ao que parece, há uma confusão em relação ao nome do escritor criticado, pois primeiro aparece como Galvão e em seguida como Gouvêa. Manuel do

Nascimento da Fonseca Galvão foi presidente e vice presidente da província em algumas situações entre 1869 a 1873, mas na data da publicação dessa crítica, infere-se que o redator esteja se referindo a Joaquim Bandeira de Gouvêa que, naquele momento, ocupava o cargo de Presidente da Província de Santa Catarina. No entanto, a crítica é severa, pois o redator expõe o Sr. Gouvêa, dizendo que este faz mal uso da língua, considerando ainda seus ofícios ruins com relação à escrita da língua portuguesa.

Diante disso, cabe perceber que a postura do redator do jornal *A Regeneração* busca seguir à risca as estratégias estabelecidas pelo imaginário de nação independente cuja língua era a portuguesa e, por isso, sua origem deveria ser respeitada. Desse modo, escrever de maneira diferente dos cânones portugueses era subverter a norma da língua, apesar deste último termo ainda não ser adotado no período.

No artigo de maio de 1871, novamente há críticas ao presidente Gouvêa:

Um presidente modelo.

O Dr. Bandeira de Gouvêa heiba de firmar a reputação de incapacidade politica e administrativa, que principiou a gosar. logo nos primeiros dias de sua chegada a esta provincia. Homem de vista curta e de letras gordas, tão gordas que até desconhece a grammatica e a orthographia de sua lingua natal, foi, não se sabe devido a que extravagância, do acaso, apanhado nas ruas do Rio de Janeiro e feito presidente de Santa Catharina.

Além das mais estranhas e extravagantes maneiras, do descomedimento e inconveniência de sua linguagem, desconheço o Sr. Dr. Bandeira de Gouvêa, apesar de ser magistrado, a legislação do paiz, os estyllos officiaes e é supinamente ignorante em administração. Uma das qualidades mais apreciadas e precisas no alto funcionalismo.— a circumspeccão—, é inteiramente desconhecida à S. Ex., a qual, em contraposição, é substituida pela maior falta de critério de que haja exemplo em todo alto funcionario, por uma loquacidade que atordoa por um rir aparvalhado, que se encontra comum jeito nos idiotas e desavisados.

O limitadíssimo circulo dos satellites de S. Ex., (excepção feita do um ou outro character sisudo e honesto que ainda com elle procura illudir-se) e aquelles que o não conhecem, dirão talvez que declamamos o que somos eivados de paixão politica.

Sejão muito embora mal interpretadas nossas palavras por esses zangues politicos que gosão da intimidade do palacio. A elles nada tomos que oppôr, porque sabemos quo a guarda suissa tem por missão a defesa do rei. Para os que, porem, não conhecem S. Ex , para os que não vêem as cousas somente pela lente da paixão, para estes exhibiremos factos; pelos quaes queremos e esperamos ser julgados.

Estamos certos e tranquillos de que nos darão razão. Sabemos e temos certeza de que, em resposta a analyse severa e imparcial dos actos da presidência que nos propomos faser, teremos somente o insulto grosseiro, a que já estamos de há muito acostumados e com o que somos sempre intimidados por adversários pouco generosos, que assim procurao esconder sua falta de rasão.

Não nos demove porem isso da projectada senda que nos propusemos a existir. Seguros de nossa consciencia, certos de que cumprimos um dever, deixaremos tranquillos que o publico nos julgue.

Como juiz imparcial elle fará justiça a quem a merecer. O dia 10, já tão celebrissimo com a ascensão do partido conservador, tornou-se uma data fatídica e fatal para esta provincia. A 16 de Janeiro do corrente anno prestou juramento e tomou posse da administração de Santa Catharina o Sr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.

Logo ao chegar deu S. Ex. as mais exuberantes provas da falta de criterio de que é dotado, do documento de sua linguagem, da inconveniência e extravagância de suas maneiras. Durante o trajecto de bordo para terra dissertou a propósito do sexo frágil com tal leviandade de expressão, avançou proposições tão absurdas e inconvenientes, que parecia antes um rapaz no meio de companheiros folgasões do que um

homem de sessenta janeiros, que se acham ao lado do sua familia, e que chegava a uma provincia que vinha presidir. Ao saltarem terra atirou-se ao pescoço de um seo conhecido da corte com tanta gana, que causou geral reparo e censura. Esta mesma scena repetio-se em palacio ao encontrar-se com um outro amigo; a quem quasi atirou ao chão, suffocando-o, em um apertadissimo abraço; Emquanto esteve na cena da Camara Municipal quando foi prestar juramento, conservou sempre sobre os lábios um riso impróprio de ligar e da solemnidade do acto, mas muito visto em S. Ex. e do qual, segundo se diz, faz a sua maior arma.

[...].

Não seria portanto objecto digno do reparo que S. Ex. [...] o que vai dito a seu respeito; seria sim difficil que S. Ex. conseguisse, ser acreditado, visto a existência das pessoas que os tem presenciado na recente data. Deixamos porém o lado burlesco do Sr. Dr. Bandeira de Gouvêa, e vamos, apreciar sua capacidade politica e administrativa, objecto este que servirá do assumpto no seguinte artigo.

Lex (A REGENERAÇÃO, 4 maio 1871, nº 272).

Há uma denúncia direta da incapacidade administrativa do presidente Gouvêa, relacionando o uso que se faz da língua à capacidade administrativa do presidente da província. Tal postura deixa claro a concepção de língua e de sujeito, qual seja, a de que aquele que se expressa corretamente, conforme a gramática, é competente, mas se comete erros quanto a escrita, não é digno de cargos de chefia por encontrar-se em nível inferior. Ou seja, o conhecimento da forma correta do uso da escrita – segundo o redator, conforme a gramática portuguesa, a norma europeia – permite distinguir os indivíduos, regulando-os e estabelecendo, por isso, um padrão a ser adotado na conduta linguística. A escrita difere os sujeitos, colocando-os em níveis hierárquicos diferentes. Aquele que sabe utilizar bem a gramática portuguesa é bem visto, mas se comete erros, mesmo ortográficos, é apontado como incompetente e não merecedor de cargos importantes.

Além disso, o redator que assina como Lex, associa qualidades e conhecimentos administrativos às habilidades e correção do uso da língua e critica a linguagem. As maneiras de Gouvêa são também alvo de críticas, o que nos permite refletir sobre a questão da necessidade de autorregulação imposta aos comportamentos dos sujeitos dessa sociedade. Esperava-se que o presidente da província fosse o modelo. Mas também permite inferir que o redator não concordava com a postura e a posição política adotada pelo presidente Gouvêa, o qual era vinculado ao partido conservador. Esta informação expõe uma explicação das possíveis causas das severas críticas feitas ao presidente e da tentativa, por parte do redator do *A Regeneração*, de denegrir a sua imagem diante dos leitores do seu jornal.

Portanto, estabelecendo relações políticas ou de outra ordem, fica claro que uma das maneiras de demonstrar superioridade era se conformar ao modelo a ser adotado na escrita. Conforme o redator do jornal ou o político escrevia, isso denotava quão culto era o sujeito. Desse modo, críticas a outros jornais são recorrentes, como é o caso de apontamentos publicados em 1874 sobre *O Conservador*.

Chama-se a atenção do Sr. Conego Inspector Geral da Instrucção Publica para o artigo de *fundo* do *Conservador* de hontem.

[...]

O bom senso e a língua portugueza nunca soffrerão offensas tão graves como as que lhe são irrogadas nesse artigo.

Convém que S. Rev.ma à bem dos foros de sua folha, não consinta que nella escreva quem nem ao menos possui as primeiras noções de grammatica da língua nacional.

Que idéia se fará fóra d'aqui dos redactores do *Conservador*, à vista de semelhante artigo?

(A REGENERACÃO, 22 nov. 1874, nº 627).

Percebe-se aqui uma crítica direta ao modo de escrita empregada pelo redator do jornal *O Conservador* e atrela-se a essa crítica uma espécie de preocupação com a imagem da imprensa catarinense. Na verdade, estes dois periódicos pertenciam a partidos políticos contrários e, por isso, procuravam desmerecer de qualquer maneira um a atuação do outro, levando em conta, para isso, até mesmo

a escrita como medida reguladora, mas também como ferramenta de expressão de grupos distintos.

Tais farpas trocadas entre os jornais apresentavam-se tanto de maneira clara como de forma velada em textos irônicos, como demonstrado no excerto abaixo:

O Sr. Pinheiro tem por diversas vezes orado na salinha provincial.

Dicção pura, estylo fluente e agradável, gestos soberanos, rara é a discussão em que o provector orador não exhibe os seus excellentes dotes de tribuna.

Quem diria!

A língua portuguzza soffre, porém a pátria folga!

(A REGENERAÇÃO - Desterro, 12 abr. 1877, nº 860).

Infere-se uma ironia do redator do jornal. Coloca que mesmo a língua portuguesa sofrendo, a “pátria”, ou seja, as pessoas que escutam o político Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra gostam do que ouvem. Fato do qual o redator do *A Regeneração* parece discordar.

A língua portuguesa, compreendida como correta conforme os princípios portugueses era, desse modo, defendida por esse jornal na década de 1870. Transcrevemos abaixo um dos artigos que demonstra isso, quando o fato de um jornal de Joinville, inicialmente publicado em alemão, passa a circular em português:

Secção Geral

Noticiario

Recebemos o primeiro numero da *Gazeta de Joinville*, que se começou a publicar no da 25 de Setembro nas officinas do *Kolonie-Zeitung*.

Escripto em língua portuguesa prestará o novo periodico valioso contingente para cimentar boas relações entre as duas raças – brasileira e germanica; tanto mais que em seu programma não se filia o novo periodico a partido algum, promettendo porém desvellar-se por tudo que tenha por fim o melhoramento das condições moraes e materiaes do povo, o desenvolvimento e grandeza da patria.

Do artigo programma transcrevemos os seguintes trechos:

<<Varias vezes recebemos proposições para crear ao lado do jornal allemão uma folha em língua vernacula, porém os nossos fracos meios, muito abaixo de nossa boa vontade não permitirão, sem correr o risco até de perder o que existia, satisfazer a este desejo. Os nossos collegas qualquer que seja a importância de suas publicações, com poucas excepções, não ignoram que nas redacções dos jornaes não são ordinariamente os recursos pecuniarios que mais abundam e comprehenderão a nossa timidez.

<<Este Rubicão passado cumpre-nos expôr em qual espirito entendemos manter a nossa nova folha intitulada *Gazeta de Joinville*.

<<Esta primogenita da Klonie-Zeitung que teima de fallar a língua da terra, assim [...] os nossos filhos, mal como estes, cheira a cada passo de provincialismo para não dizer barbarismos temperados de vez em quando por algum apimentado germanismo, gallicismo ou outra novidade neologica, conforme o collaborador que tiver a penna, e pelos quaes já pedimos a indulgencia de nossos leitores.

<<Por esta confissão reconhecemos já que não é nessa intenção fechar as columnas de nossa modesta folha a quem ... terá a publicar algum artigo d'um interesse geral redigido em termos convenientes, mas temos de fazer logo a declaração que não julgamos de utilidade geral a infructuosa luta entre os partidos politicos.

<<Nascidos pela maior parte fóra do Brasil não pudemos até hoje perceber, além dos interesses pessoaes que saltam aos olhos, a differença fundamental existindo entre os partidos que pretendem ao poder, não havendo para nós ascendentes cuja herança pode obrigar-nos por espirito de família ou por dedicação, abraçar um ou outro partido; ainda menos temos padrinhos, tendo chegado ao ponto onde estamos [...].

<<No nosso entender é de utilidade publica tudo o que tem por ... o melhoramento das condições moraes e materiaes do povo, o desenvolvimento e

a grandeza da patria, toda discussão leal das medidas legislativas e administrativas; das suas vantagens ou inconvenientes e os aperfeiçoamentos n'este sentido; a discussão das questões agricolas, industriaes e economicas em geral, a questão da actualidade, a colonisação, na qual podemos algumas vezes fallar de sciencia própria, emfim quaesquer questões de interesse geral, provincial ou local pelas quaes temos de buscar collaboradores dentro e fóra do Imperio, considerando como tal cada folha a qual temos de fazer algum emprestimo, com as menções do estylo. Os ensaios feitos neste sentido na Kolonie-Zietung tendo-se tornado contra nós para não serem lidas as nossas observações na terra por causa da língua e serem ellas recolhidas ao contrario com o maior cuidado nos paizes estrangeiros que as converterão em armas contra a emigração para o Brasil.

<<Franquearemos sempre as nossas columnas aos interesses particulares, entre os quaes contamos as luctas para a influencia politica, tendo nós provado vinte annos de observação nos ser ellas pela maior parte d'esta cathegoria, porem sob a responsabilidade de quem compete.

<<Se o ensaio que tentamos hoje encontra algum favor e é bem succedido seremos os primeiros a aperfeiçoar o nosso órgão de publicidade argumentando as suas modestas dimensões como tambem o quadro das publicações.>>

Saudamos de coração o novó collega desejando-lhe todas as prosperidades e fazemos votos para que seus nobres e elevados intuitos sejam realisados.

(A REGENERAÇÃO - Desterro, 4 out. 1877, nº 908).

Percebe-se que a publicação do periódico de Joinville foi um fato festejado pelo redator do *A Regeneração*, sendo louvada a preocupação da *Gazeta de Joinville* com o correto uso da língua portuguesa.

Os anos passam, mas as tensões entre os periódicos continuam. Tanto que em fevereiro de 1878, *A Regeneração* publica uma resposta a

determinado artigo do *Conservador*. Não tivemos acesso ao artigo deste último, mas analisamos a resposta dada pelo *A Regeneração*.

Resposta ao critico das conferencias

[...]

Só hoje chegara ao meu conhecimento o folhetim inserido no *Conservador* de 28 de Novembro passado intitulado: *As conferencias* – Armado por um tal pseudo *Genio*.

Ao lêr aquella algaravia desabrida, sem nexa, sem respeito à língua vernacula, sem decoro e cortesia a essa magnifica tribuna chamada – imprensa, eu lembrei-me logo d'aquelle brilhante dizer de Buffon:

<<Le style est l'homme>> concluindo d'ahi que o signatario de semelhante folhetim só podia ser algum invejoso pasquineiro esfaimado das reputações honestas, e portanto digno do mais solemne desprezo.

Neste presupposto, ri-me da supina ignorancia de seu autor e desprezei o pasquim.

Hoje, porém, ao regressar a esta capital, soube, com grande surpresa, que o seu author era um doutor ou bacharel formado, e por isso vejo-me obrigado a responder, não por elle, mas em consideração ao titulo que inculca, e ao publico para que avalie a *sapiencia* do tal doutor que já se vae tornando bem conhecido pelos seus estrambolicos discursos.

Pretende o infatuado *Genio* (da toleima), no citado folhetim, com ares de espirituoso sabição ridicular a conferencia, que tive occasião de fazer nesta cidade, a convite de alguns cavalheiros, e molhando a penna no seu lodoso tinteiro, começa o rachhitico escrevinhador a chamar a attenção de sua leitora, que deve ser uma senhora educada, para, em lugar de lhe fallar em linguagem culta, nobre e poetica; - como cumpre a um cavalheiro educado, e que se diz doutor; toma pelo contrario ares de chistoso bonifrate e n'um phraseado bonga, - completamente desconhecido de gente séria, vai discorrendo, a proposito de

conferencias, sobre o preço do café, algodão, arroz, ceboulas, etc.

Depois salta a fallar de dentistas, tocadores de realejo, domadores de bichos. Gatos, ratos, materia, etc., e no meio deste *brilhante cortejo de ratos e gatos*, lá vai o chistoso *Genio-critico* todo empinado e ufano de tão *amável* companhia, santando barbaramente por cima da grammatica, calcando aos pés o bom senso, desfigurando e falseando o meu pensamento, e, não contente de tudo isto, atira-se furiosamente: - aqui a chronologia, alli a geographia, acolá a historia, mais adiante a verdade dos factos, e assim por diante até cahir desastradamente por cima da mortalha dos disparates, que elle mesmo talhara com sua penna de corvo, para no fim ter o gosto de perguntar ao *Vento*:

Então, não representei bem o meu papel de caricato folhetinista?

E uma rouquenha voz, sahida d'um ambulante esqueleto, lhe responde ás gargalhdas: - Muito bem.

Eis o *Genio* dos disparates voando à posteridade nas azas da parvalheira.

D'ora em diante ninguém mais poderá fallar nem escrever sem pedir humildemente venia o rei dos folhetinistas do seculo XIX, que apparecera no *Conservador* de 28 de Novembro do anno passado.

Abaixo, pois Cesar Machado, Luiz Guimarães Junior, Ferreira de Menezes, abaixo!

Afastai-vos pygmeus; quebrae vossas pennas de ouro, que uma outra mais brilhante sugiro agora sob o céu do cruzeiro. - Quereis saber seu nome, e os seus títulos?

Ei-los:

E' o folhetinista *Genio*, bacharel formado em disparates, por graça de Deos e unanime aclamação dos chorados empenhos, [...]

Um doutor – que não sabe os principios elementares da língua que falla e escreve!...

[...]

Tu, inimigo da nobre lingua de Camões, onde estudaste grammatica? Em Loanda ou na

Zambesia? Perdeste o tempo, pois lá não se pode saber bem o portuguez; porém se ainda o quizeres aprender podes ir a Tráz-os-montes, lá nessa terra, que tu dizes ser minha, que o não é; mas se fosse nisso teria muita honra, porque é a torra de Camillo Castello Branco, do célebre bispo do Viseu, do Pe. Guilherme Dias; de Lueiano Gordeiro, de Guerra Junqueiro, de Alves da Veiga, e outros illustres nomes, que hoje abrilhantam a moderna litteratura de Portugal; e quo se eu não tivera nascido na terra em que nasceu Camões, Bocage, Herculano, Mendes Leal, Latino Coelho e outros luzeiros immortaes, quizera ser lá desse Traz-os-montes, que tu nem sabes aonde fica, porque é terra de heróes, onde ao lado dos mais valentes guerreiros,—brilham hoje muitos talentos científicos e litterarios.

[...]

Finalmente estude, o não se metta por ora, a escrever, porque escrever é uma arte, que tem os seus segredos, como todas as artes; e se assim não fôra, todos que pegam uma penna seriam escriptores.

Nao se metta a critico, porque a critica è inseparável da illustração e do bom senso; e o Sr. bacharel mostra andar bem longe destes predicados:— menos presumpção e o mais profundo respeito á grammatica da lingua, que no dizer do immortal épico lusitano, «com pouca corrupção cuida que é latina»

Eis o que é preciso fazer, Sr. Bacharel.

Vale

J. Palmklla

Santa Catharina, Fevereiro 6—1878.

(A REGENERAÇÃO - Desterro 10 fev. 1878, n.º 940).

O escritor que assina por J. Palmklla apresenta um desconforto diante do que é escrito, ou melhor, do uso que se faz da escrita no jornal *Conservador*. Sua surpresa é o fato de um bacharel escrever de maneira da qual discorda e, por isso, critica. Partindo da frase “o estilo é o homem”, associa o modo de escrever do referido bacharel ao seu modo de ser, desmerecendo até a sua ferramenta de escrita – a qual chama de

pena de corvo – colocando-o na situação de “inimigo da nobre língua de Camões”. Critica ainda a aprendizagem da língua dando a entender que em locais como a “Loanda” ou a “Zambesia” não se pode aprender bem a língua portuguesa, recomendando então que ele vá a “Trás-os-montes” se ainda a desejar aprender. Interessante perceber a valorização de Portugal como fonte incontestável do “bom português”, em detrimento de outros lugares lusófonos como Angola e Moçambique. A postura do redator do *A Regeneração* mostra-se extremamente reguladora do uso da língua, pois estabelece os limites do que considera como correto. Há a atuação de uma norma oculta que permeia esses discursos e que se relacionam com o ensino escolar. A escrita deveria seguir o modelo português, escrever diferente seria deturpá-lo.

Infelizmente, não localizamos o artigo criticado, no entanto esta publicação é passível de análise por apontar o que se considera um “mau uso” da língua portuguesa e também por mostrar que o caráter do jornal *A Regeneração* nem sempre prezou pela literatura e, por isso, nem sempre permitiu uma liberdade de escrita que não fosse como a dos cânones portugueses. Diferentemente do que ocorre em meados da década de 1880, quando este periódico é fortemente censurado por um dos principais intermediários do partido conservador, o *Correio da Tarde*.

As tensões entre os jornais *A Regeneração* e *Correio da Tarde* têm por base os posicionamentos políticos divergentes, isso porque o primeiro era vinculado ao partido liberal e o segundo ao partido conservador. A língua passa a permear o processo de críticas e contracríticas e serve como instrumento para os embates. Tal postura impetuosa por parte dos redatores é explicada por Oswaldo Rodrigues Cabral como atitude de uma imprensa catarinense,

quase toda partidária, às vezes violenta, outras cruel, mesmo, nas suas críticas e nas suas apreciações. Possuíam bons editoriais sobre assuntos políticos, ou transcreviam os aparecidos nos jornais da Corte. Traziam notícias locais ou colhidas nos jornais chegados do Rio e notícias do exterior, discursos pronunciados, epigramas, sátiras, a pedidos, colaboração literária, folhetins com os romances em voga e anúncios de tôda a ordem. Foi uma imprensa desassombrada, viril, apaixonada (CABRAL, 1970, p. 187-188).

Tal paixão é percebida nos discursos localizados nos jornais e podem ser anotados como uma peculiaridade local e do tempo de mudanças de perspectivas e de ideais por que passava o Brasil. Através do que trazemos como dados de pesquisa apresentamos um documento, o jornal, sem seu caráter de monumento, mas impregnado de intencionalidades e de ações que o monumentalizam. Abaixo, um artigo escrito por Gama Rosa que usa o termo atrasadíssimo para referir-se ao escritor português Pinheiro Chagas. Mais que simplesmente a ortografia e a gramática, o então presidente da Província de Santa Catarina e mentor da *Ideia Nova* questiona o estilo.

Pinheiro Chagas.

Esse escriptor, que preponderou em outros tempos, é um crítico atrasadissimo, desconhecendo os processos modernos, e um chapista affrontoso.

<<As tristezas a beira mar>> e os seus outros livros permanecerão na litteratura portugueza como a maior e mais completa colleção de chapas...

O espirito contra a chapa representa a originalidade no pensamento e na linguagem, e é um protesto contra a incapacidade e a preguiça intellectual que recoore à phrases já feitas, afim de evitar o esforço necessario a construir expressões novas, impossiveis de obter sem talento o trabalho mental persistente.

A nova escola tem ainda a vantagem de destruir as mediocridades que procuram apparecer dispondo apenas de algumas palavras e idéias banaes, gastas e inexpressivas à força de serem repetidas.

(A REGENERAÇÃO - Desterro, 8 de mar. 1884, nº 56)

Em resposta ao periódico *Correio da Tarde*, Gama Rosa expõe o que pensa do escritor Pinheiro Chagas, um “crítico atrasadíssimo [...] e um chapista affrontoso”, buscando a seguir esclarecer os leitores a respeito do que vem a ser a *Ideia Nova*. Tal artigo vai gerar uma série de críticas por parte do jornal ligado ao partido conservador que se mostra

fortemente disposto a mostrar que a *Ideia Nova*, enquanto movimento literário, não é concebível.

Pinheiro Chagas.

A Idéia Nova não conhece <<fetiches>>; adiante de si só tem a Justiça. Não obscurece o merito de escriptor algum, nem a influencia que elle pode exercer no seu tempo. Somente, sabendo que a intellectualidade evolue, como evolue o mundo biologico, não permite que as ideias e a linguagem de uma escola do passado venhão perturbar a eclosão e o desenvolvimento da concepção esthetica e scientifica actual.

Pinheiro Chagas desenvolveu-se e preponderou no Romantismo, em sua phase mais exagerada; e eis porque todas as suas obras acham-se saturadas dos defeitos e ridículos d'essa escola: o sentimentalismo piégas, o ar tólo e choramingas, o lyrismo affectado de almanak e de recitativo, o idealismo falso contrario ás realidades da vida, as banalidades, os lugares communs, tudo isso acompanhado e expresso por uma enxurrada de chapas, que tornam actualmente impossivel a leitura de taes producções.

As – Tristezas à beira-mar – que passam por ser o seu melhor escripto, confirmam o que acabamos de dizer.

Pouco nos importa que Pinheiro Chagas fosse outr'ora quasi um mestre; presentemente elle é apenas um atrazado, um chapista, um fossil.

Os grandes nomes da Idéia Nova não podem ser certamente Victor Hugo, Lamartine, cousin, chateaubriand, Garret, Castilho, Herculano, Casimiro d'Abreu, Gonçalves Dias, os homens do passado; mas, unicamente Darwin, Spencer, Richepin, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Guilherme de Azevedo, Valentim Magalhães, João Capistrano, Raul Pompeia, os fortes da actualidade.

**

(A REGENERAÇÃO - 12 mar. 1884. nº 59.)

Neste artigo percebe-se que o Presidente da Província, Gama Rosa, assina com dois asteriscos, o que vai ser utilizado no jornal *Correio da Tarde* para criticá-lo. O presidente defende a *Ideia Nova*, o que entende por nova mentalidade, ou seja, a relação da escrita (no caso a escrita literária) ser como o “mundo biológico”, compreendendo a literatura como um elemento que possui uma evolução natural. Interessante perceber que a visão orgânica de Gama Rosa choca-se frontalmente com a do editor do *Correio da Tarde* – assumidamente apreciador dos clássicos e da monumentalização das regras de escrita. Nesse sentido, Rosa utiliza como modelo de escrita que considera ultrapassada *Tristezas à beira-mar*,²⁹ romance de Pinheiro Chagas. Ao posicionar-se contrário ao escritor português, promove o descontentamento por parte de um dos redatores do *Correio da Tarde*. Este último responde ferozmente ao texto de Gama Rosa:

Porque embirrou a nossa folha um certo noticiarista da *Regeneração*?

Cousas deste mundo.

Antigamente os homens do governo, compreendendo a responsabilidade do poder, punhão especial cuidado em imprimir ao seu jornal a mais conveniente direcção; elles recommendavão sobretudo a maior decencia na linguagem; porque as expressões ousadas, ou revelando falta de educação nunca convencerão pessoa alguma; e a administração, que é cousa seria, tinha por muito se não suppozesse sêr ella defendida por gente de duas linguagens, ou mesmo de linguagem abaixo de honrosa qualificação.

[...].

Hoje dá-se o contrário, sendo necessario que os de fóra, os que não têm a responsabilidade moral e efectiva do poder, estejam a cada passo contendo os que mais a devião pesar; e entretanto, apesar d'isto, que requer esforço e constrangimento, porque é sempre encommodo ter de chamar alguém à linha do dever, o desvio da linguagem a

²⁹ *Tristezas à beira-mar* – Romance do escritor português Pinheiro Chagas dedicada à memória do pai. Trata de saudade e melancolia.

apparecer, ora nos a pedidos, ora no noticiario da *Regeneração*, sem que uma razão plausivel justifique esses botes, esses assomos contra nós de um despeito mal contido.

Porque?

Que saibamos, nenhum dos jornaes d'esta capital empregou até novembro do anno passado a <<castigada linguagem>> de uma parte do noticiario da <<Regeneração>>: são os cavalheiros que dirigem ou redigem aquellas folhas tão conhecidos, que ninguém lhes irrogaria a offensa de emprestar-lhes esses termos baixos, que são a vergonha de quem os emprega.

[...].

Duarte Paranhos Schutel é o catharinense distincto, o medico illustrado, conhecido na provincia e fóra della, o politico que mereceu ainda há pouco dos seus correligionarios a mais levantada prova de consideração, que podião, na occasião, tributar-lhe, elegendo-o chefe do partido liberal, cargo que não aceitou, por motivo de sua única modestia – tanto lhe sobejavam a capacidade, o pretigio e a força; elle poderá *peccar* por natural bondade do coração, mas nunca será capaz – o escriptor elegante – de descer a esse vocabulario repugnante, a manchar os labios de quem o emprega, a oxidar a penna de quem o usa: - menos insultar quem quer que seja.

José da Silva Cascaes é um dos ornamentos da nossa sociedade: moço, intelligente, cheio de criterio, vivendo do trabalho honrado, elle sabe quanto vale a reputação alheia, e seu jornal, que acaba de entrar no quinto anno de existencia e justeza de vistas as interessantes questões de actualidade, sem nunca sahir das raias, que traçou-se, dá bem a medida do character d'aquelle, que lhe imprime direcção tão conveniente quão ajuizada.

(CORREIO DA TARDE, 17 jan. 1884, n. 14)

Neste artigo, o redator do *Correio da Tarde*, que não se identifica pois não assina o artigo, faz severas críticas à linguagem utilizada no *A Regeneração*. Não coloca ele a responsabilidade nos proprietários do jornal, mas sim, em determinados redatores. Dá a

entender, no início do artigo, que queria atingir diretamente o “homem de governo”, ou seja, o presidente Gama Rosa, uma vez que este utilizava o jornal para fazer divulgação de um novo modo de pensar que era a *Ideia Nova*. Segundo o redator os textos escritos, e com os quais não concorda, vêm perturbar a “marcha natural do instrumento de progresso”, ou seja, os jornais, a imprensa enquanto difusora de informações e detentora de poder regulador. Os artigos de Gama Rosa eram uma afronta ao que se compreendia como correto no uso da língua. Era uma deturpação.

Os artigos publicados pelo presidente da província continuam a ser alvo de críticas por parte do *Correio da Tarde*, que demonstra sua insatisfação com o modo de escrever do ilustre redator. Em determinado trecho do artigo, coloca-se claramente como monarquista ao utilizar a expressão “barrete frígio”, renegando-o por ser este um dos símbolos máximos do republicanismo que ganhava espaço.

Mas si assim é, si taes são os caracteres que dirigem a imprensa entre nós, como explicar essas publicaçõesinhas feitas na <<Regeneração>>, a apparecerem aqui assignadas por um – ora bolas –, alli meio escondidas entre o noticiário de casa, acolá com resguardo à frente, da lavra todas da mesma penna, porem destacando-se pelo desbragado dos termos, pela desenvoltura da linguagem, e formando com os artigos a redacção a anthese mais notavel, o disparate mais estranho?

Formulem-se milhares de hypotheses e, por ultimo, o carater respeitavel do dr. Schutel as fará cahir todas, como essas longas filas de cartas de jogar, que armão as crianças, si visarem ellas menos seriedade nas intenções da redacção: por este lado, pois, ninguém se animaria a proseguir; mas n'este caso, é força confessar, um elemento extranho à direcção alli existe a perturbar a marcha natural do instrumento de progresso, convertendo-o em columnas de desabafo; anda por alli aguem que, fazendo-se de desentendido, ou não estando na altura do proveitoso ensinamento, insulta em vez de discutir e desce na consideração publica em logar de se conceituar.

[...]

Reconhecido, pois, que é uma pessoa, uma só, o causador da phase anormal em que entrou uma secção de certa parte da nossa imprensa, - a qual a razão da indisposição que tem ella contra o *Correio da Tarde*, que não adopta a bandeira vermelha, nem a amarella, nem a branca e menos ainda o barrete phrygio, mas louva em todas o que vê de bom, censurando em todas o que vê de mão encontra?

Ligeirissima referencia feita em uma variedade à administração da provincia? Mas tanto esta como o escriptor serião soberanamente ridículos, visivelmente ingenuos, si suppozessem aquella isempta da critica a que estão sujeitos seus actos, como o tem sido os de todos os seus antecessores, accrescentando, como sabem todos os que conhecem typos, que só assumimos a responsabilidade dos nossos artigos, nunca a dos de diversas secções, a correrem por conta de quem os firma, na fôrma da lei.

Essa mesma critica, porém, não existindo por parte d'esta redacção, não se póde attribuir a ella a causa da indisposição que, pelo *Correio da Tarde*, sente o escriptor em questão, mais realista do que o rei; e nem aquelle constitue o motivo, que procuramos, porquanto, si tal se dêsse, de há muito teria elle atacado o *Despertador* e *Jornal do Comércio*, que transcreverão a utilissima circular do exm. Chefe de policia da côrte, a proposito das arvores publicas damnificadas; entretanto vai achando interessante o primeiro, principalmente quando lhe traz as producções, e respeitando o segundo, apesar de ter-lhe pouca sympathia.

Assim não é o excesso de zelo o movel a impelir o afogueado articulista, tão calmo e delicado em outros tempos, e isso mesmo se depreheende do papel que, em todas aquellas publicações, representa o administrador da provincia, o qual, quando vem à tela, é sempre para occupar o ultimo plano; proposito ou não, o escriptor passa por elle a *vol d'oiseau*, encara-o do alto, ao longe; e (nos perdôe s. s., mas o effeito que produzem - é este) seus artigos parecem mais uma provocação,

uma incitação, do que em verdade defeza de quem não foi por nós aggreddido.
(CORREIO DA TARDE. Desterro, 18 jan. 1884, nº 15).

Além da crítica mordaz ao que considera novo e uma ponte para a República, o redator do *Correio da Tarde* mostra-se incomodado por ter sido citado no *A Regeneração*, considerando as palavras a seu respeito injustas. Demonstra o que acredita serem represálias por fazerem críticas à administração da província, porém, novamente expõe que não compreende porque outros jornais que também criticam a presidência não tenham sido citados. Ao perceber que outros jornais demonstram insatisfação com o *A Regeneração*, comemora:

Secção Livre

Conheciamos já as <<Scenas e phantazias>> do exímio escriptor protuguez, o sr. Pinheiro Chagas; e muito folgámos em ver publicada aqui, no <<Jornal do Commercio>>, a que elle escreveu sobre o estylo.

Parece que o sr. Pinheiro Chagas escreveu aquillo expressamente para o nosso Desterro: oxalá podesse alguém aproveitar a lição.

Temos aqui uma cohorte de escriptores, que bem podia mirar-se naquelle espelho, e, tomando na devida consideração a lição, que é de mestre, emendar a mão, para poupar-nos o desgosto de aturar todos os dias as suas impertinencias.

Entre nós qualquer leitor de romances, (essas, no geral, pessimas traducções, com que ignorantes ociosos nos abarrotam o mercado litterario), não trepida em mandar para os jornaes, victimas inconscientes de ignorantes, os seus verdadeiros <<cacetes>> em prosa e em verso, onde só há que admirar a ousadia e a infundada vaidade de seus autores; e ai de quem lhes for à mão.

Ultimamente o Chico das Rozas, arvorado em sacarolhas, tem por ahi desengarrafado uma porção de mentalidades, que, juntas a elle em perfeita e intima união, trabalham para estragar a mais formosa e a mais opulenta das línguas – a

portugueza; dando todos de si prova da mais crassa ignorancia.

Representa entre nós, o tal Chico, o gallo da fabula, que, procurando no estrume, onde esgravatava, algum grão de milho ou vermes, encontrou uma pedra preciosa: com a differença, porem de que o gallo despresou, por inutil à sua alimentação, a pedra preciosa; e cá o nosso gallo aproveita a quantas encontra, porque são todas assimilaveis à sua natureza: - são todas - <<ejusdem furfuris>>.

Que lhe faça bom proveito.

E'lhes bem applicada a sentença de S. Paulo: <<Prius legere et postea scribe -->>.

não sabem o que isto quer dizer -? Já o advinhava, porque não sabem latim: - quer dizer que, primeiro se estuda e se aprende, e depois, isto é, quando se possui já boa somma de conhecimentos, é que se escreve.

(CORREIO DA TARDE. Desterro, 7 mar. 1884, nº55)

Além de vibrar com a publicação no *Jornal do Comercio* acerca de estilo empregado por Gama Rosa, o redator do *Correio da Tarde* mostra-se mais direto em suas críticas, pois já expõe claramente que é a figura do presidente que o incomoda através da sua escrita. Coloca Gama Rosa como alguém que possui um esforço intencional para acabar com a língua portuguesa. Além disso, também promove o embate com os seus seguidores que, por serem muito jovens, considera o redator que não possuem conhecimentos suficientes para escreverem e difundirem a *Ideia Nova*. A juventude dos seguidores de Gama Rosa aparece como uma prova de que o uso da língua está sendo deturpado e uma das explicações seria o fato de a juventude desterrense ainda não dominar a leitura de autores clássicos. Trata-se, claramente, de uma estratégia por parte do redator do *Correio da Tarde* para estabelecer o discurso de que a língua deveria ser utilizada nos padrões portugueses. Apresentar mudanças na escrita era deturpar sua origem histórica.

No artigo abaixo, o redator do *Correio da Tarde* demonstra toda a sua indignação por ver citado no *A Regeneração* discordâncias acerca da escrita e do estilo de Pinheiro Chagas, a qual o redator presidente considera atrasada.

Secção livre

Ao chefe das mentalidades

Quos Deus vult perdere prius dementat.

Que atrevida é a ignorancia já nós o sabiamos; mas o que não podiamos prever e nem esperar é que houvesse uma besta marcada com ** que ousasse escoicenhar Pinheiro Chagas, o primoroso escriptor portuguez, tão festejado em sua terra natal, berço de tantos homens illustrados, como considerado e respeitado por todos aquelles, a cujo conhecimento tem chegado suas admiraveis producções.

Produzio descontentamente geral, e em muitos espanto, um disparate da <<Regeneração>> sob a epigraphe – Pinheiro Chagas -; mas quando souberam, como nós, d'onde sahio o zurro atroador, cessará o espanto; porque, conhecida a besta e sabendo-se das manhas que tem, advinha-se logo onde partio o coice.

Uma parva mentalidade, que recebemos à consignação, e que, para nosso opprobio e vergonha, ainda aturamos; verdadeira droga sem serventia, que para ahi está a apodrecer, porque ninguém a quer, mesmo a vil preço, fez de sua residencia o pandemonium de Milton, onde acolhe quanta cousinha réles em verso e em prosa encontrou, e com elles formou uma commandita, para o monopolio das letras e das sciencias, e sem sua licença ninguém pode ser sabio. Meninos apenas conhecidos de seus companheiros de brinquedos, de quem ninguém ainda se tinha lembrado e nem nelles fallava-se, ganharam ali o titulo de grandess talentos, de portentosas capacidades, sendo aliás ignorantes todos elles. - E' o caso de se applicar o dito de Voltaire – um tolo acha sempre um outro que o admire.

Emquanto essa sucia de parvos se limitava a publicar alguns versos desenxabidos e prosa chocha, não se lhe deo importância – d'ella nos riamos e zombavamos; e até quando pretendia arrannhar a este ou áquelle, nenhum fazia caso – enchotava-se o fraldigueiro e ella fugia, ladrando

à lua; porem quando, esquecia do que é e do que vale, tem a petulancia, o inaudito desaforo de querer ferrar o dente em Pinheiro Chagas, esse vulto magestoso e imponente da litteratura, cujos escriptos revelam uma intelligencia superior, e attestam vastos e variadissimos conhecimentos; então não é o riso mofador que nos aconselha o desprezo, não é a compaixão a que nos move a ignirancia inconsciente; é a indignação que nos revolta o espirito, é o desejo da vingança a pedir-nos o castigo.

Em que se funda o miseravel detrator, de que elementos dispõe para ter a estulta lembrança de criticar Pinheiro Chagas, a quem nacionaes e estrangeiros tecem os mais entusiasticos elogios? Não há duvida – está louco...

Se outras provas não tivesses à farta para bem aquilatar taes meliantes, famosa quadrilha de salteadores de reputações feitas, este só factio nos bastaria para julgal-os.

Naquelle conciliabulo de pedantes, onde se forjão mentalidades, e se abatem magestosos vultos, veremos qualquer dia Garret, Alexandre Herculano, Castilho, Latino Coelho, Victor Hugo, Lamartine e outros, apeados do alto pedestal que os contemporaneos lhe erigiram, e postos em seu logar, que irá descobrindo o engendrador de mentalidades.

O vil zoilo, de quem com nojo e asco nos occupamos, nada tem lido do muito que tem escripto Pinheiro Chagas, ou se alguma coisa leo, é tal a sua ignorancia que o não comprehendeo. Mas se leo e intendo, e se não é um cobarde impostot, desafiamol-o a que venha discutir connosco sobre o merecimento das producções litterarias do famoso escriptor, que abocanhou, mas não ferio.

Venha dizer-nos como é possível que <<um escriptor, que preponderou em outros tempos>>, e que até hoje não tem descurado as letras e que por conseguinte mais se deve ter n'ellas adiantado; que tem continuado à produzir, sendo as suas obras cada vez mais consideradas, possa agora ser um critico atrazadissimo?

Já se viu disparate igual?!!

esperamos também que venha explicar-nos o que são <<processos modernos>>, em literatura.

E chama o imbecil – chapista affrontoso a Pinheiro Chagas!!...

Chapa chata e bem réles és tu, ridículo Visconde, que estas abaixo de quantas chapas te procederam, e de quantas te hão de ainda succeder-te: és chapa tão gasta e tão estragada, que nem para tapar um buraco de rato no assoalho podes servir.

Chama este camelo chapa o bom emprego de uma frase elegante, apropriada na forma e no vigor ao assumpto, só porque outros a tem já empregado!

Que miseria!

Sabe, Visconde do Botão de Rosa, a que eu chamo chapa? E o que li em um folheto, que tenho à vista, sobre o saneamento de certa capital, onde o seu actor só teve o trabalho de indagar o que a respeito do assumpto se tem feito e se pretende fazer; e, com toda a simplicidade, juntou tudo em linhas paralelas no tal folheto e por seu nome.

Isto sim; é chapa.

A que chamará este portento <<originalidade no pensamento e na linguagem>>? Será nos seus microbios do seculo XIX e nas frases bombasticas e estapafurdias, sem nexos e sem sentido, de que enche os seus artigos, bem como os seus bonifrates que escrevem de um modo, que realmente é novo, e que só elles entendem?

Chama faltos de <<capacidade, com preguiça intellectual os que recorrem a frases já feitas, afim de evitarem o esforço necessario a construir expressões novas, impossiveis de obter sem talento e trabalho mental persistente!>>

Parece incrível que uma só cabeça produza tanta asneira: que fecundidade!

Vem cá, meu besta; pois não comprehendes que, para se ter à mão certo numero de phrases, é preciso ler muito para encontral-as, ter boa intelligencia para comprehendel-as e memoria feliz para guardal-as? Ora quem lê – estuda, e quem estuda – aprende: logo quem lê, estuda e

aprende nem tem falta de capacidade e nem tem preguiça intelectual.

Queres agora saber o que é falta de capacidade e preguiça intellectual?

E' a negação para o estudo serio, é a aversão ás letras; é a pouca vergonha com que tu, meo idiota, e os teus discipulos, andão de dictionario na mão a decorar vocabulos, para applical-os na mão a torto e a direito apresentando ao publico, com todo o descaramento, escriptos bestialogices. Será isto a que chamas originalidade no pensamento e na linguagem?

Se é tambem isto a que chamas a nova escola, d'ella nada quero aprender.

Cá te fico esperando, meu bigorrilhas litterario, e a toda a tua commandita monopolisadora de sandices: e fiquem sabendo que não é para defender o sr. Pinheiro Chagas que procuro este divertimento – elle não precisa de defeza, e nem o podem offender em seus brios, zoilos de tal ordem: o meu fim único é desmascarar os tartufos, mostrando a sua crassa ignorancia e seu orgulho balofo.

(Correio da Tarde, 10 de março de 1884, nº 57)

A partir das considerações feitas pelo Presidente da Província no periódico *A Regeneração*, o redator do *Correio da Tarde* arma-se e expõe tudo o que pensa a respeito do movimento da *Ideia Nova* chegando ao ponto de considerá-los (Rosa e assessores) meliantes e salteadores. Tamanha é a indignação do redator que assemelha a casa de Gama Rosa ao Pandemonium de Milton³⁰.

Em outro artigo, mais uma crítica:

Secção Livre.

A mentalidade da Ideia Nova

³⁰ *Pandemonium* de Milton: a expressão referencia a obra épica do escritor inglês John Milton, *Paradise Lost*, lançada em 1667. O termo *pandemonium* pode ser traduzido do grego como “todos os demônios” e é, na obra, o palácio de Satan. Obra disponível no site da Milton Reading Room, de Dartmouth:
http://www.dartmouth.edu/~milton/reading_room/pl/book_1/index.shtml.

Mais tres coisas acabamos de descobrir de grande difficultade na vida pratica: pentear um macaco, tosquear um camello e viajar em burro empacador. Mas como sabemos que com paciencia e jeito se consegue tudo, anima-nos a esperanza de domar esta trindade irracional.

Contavamos que o ** viesse fazer-nos conhecer seus vastos conhecimentos em litteratura, e nos esmagasse com o peso de sua critica e robusta argumentação, provando-nos com valiosos documentos que Pinheiro Chagas não passa de um chapista affrontoso, de um copiador de phrases alheias; mas qual! Contentou-se em repetir no seu segundo artigo o que disse no primeiro, juntando à sua victima outros muitos, cujos nomes venerandos pronunciam com respeito os contemporaneos, que desprezão ouropeis pelo velho ouro de subido quilate.

Não era isso que deviamos esperar do inventor da mentalidade e da ideia nova que não conhece fetiches; e do introductor das chapas. Queriamos ver o DOUTOR ideia nova com as obras de Pinheiro Chagas na mão, marcando-lhe, os defeitos, apontando-nos as chapas e o d'onde foram ellas roubadas; queriamos que nos mostrasse onde está o ridiculo da sua eschola, o sentimentalismo piegas, o ar tolo e choramingas, o lyrismo affectado de almanack, de recitativo, etc, para então lhe dizermos: - tem razão.

A sua insistencia em só nos mencionar as <<Tristezas à beira mar>> do aprimorado escriptor faz-nos crer que o estrellado só conhece, da extensa e fecunda lavra do Pinheiro Chagas, aquella produção, que, com quanto seja de merito, não é das suas melhores; todavia aceitamol-a para a confrontação.

Se assim quer – venha, que o esperamos; mas se continua EMPACADO, sem adiantar caminho, então apeio-me e... solto-o.

Visto não querer que nos occupemos com Pinheiro Chagas, mudemos de rumo; mas fique sabendo, meu estrellado, que o não deixamos – tal é a força de sympathia que nos arrasta para a sua mentalidade. Quando estivermos mais disposto,

conversaremos sobre a sua ideia nova. - Quero ser da sua escola.

(CORREIO DA TARDE. Desterro, 13 mar. 1884, n. 63)

Há, neste texto, tanto pelos adjetivos empregados como pela “aceitação” à *Ideia Nova*, clara ironia na escrita do redator, pois questiona os conhecimentos do Presidente e dos seus seguidores em relação aos escritos de Pinheiro Chagas. Sua perspectiva de obter razão nessa discussão, a estratégia utilizada é claramente desmerecer, ou seja, diminuir as pessoas envolvidas com o periódico, para assim estabelecer que está com a dita “verdade” num combate verbal contra um movimento com o qual não concorda. Ao referir-se ao Presidente Gama Rosa não o cita diretamente, mas utiliza outros nomes ou apelidos – ou asteriscos – além de chamá-lo de “Doutor”, “Estrelado” ou “Empacado”. Aliás este último apelido ou adjetivo é o que mais utiliza para referir-se ao presidente. Algumas das adjetivações são retiradas das assinaturas dos artigos de Gama Rosa, como por exemplo os asteriscos.

Além das adjetivações feitas ao presidente da província, há também uma depreciação por parte do redator do *Correio da Tarde* em relação aos seguidores da *Ideia Nova* (Virgílio Várzea, Cruz e Souza, entre outros). Eram, eles, chamados de micróbios. É o que se percebe no início do artigo de 17 de março de 1884, número 63:

Ao Estrellado das mentalidades e dos microbios.
Ficámos agora sabendo que a – ideia nova – do DOUTOR mentalidade é o – naturalismo -. Elle o disse!

Hom'essa!..

Só d'aquella cabeça, que, pelo desmesurado tamanho, precisa de dous chapeos, podia soltar-se tão estupenda asneira.

Apostamos um contra mil que o homem é analfabeto, ou, se conseguiu ler alguma coisa, soletrando, tem falta absoluta de compreensão.

Não há remedio. - Sejamos bons christãos, ensinando os ignorantes e castigando os que erram.

Naturalismo, animal, do latim – naturalis – natural, de natura, é o estado produzido pela acção

da natureza; doutrina philosophica e religiosa concebida e adquirida pela acção exclusiva das faculdades humanas independentemente de revelação; é o systema dos philosophos que attribuem tudo à natureza, como causa primaria. Com exclusão de Deus, propriamente dito.

Naturalismo foi o ponto de partida da religião brahmanica; e foi tambem o das religiões gregas, latina, gaulesa, germanica e slava.

[...].

Foi a principio considerado a philosophia como sciencia universal; e na sua origem não foi mais do que a philosophia da natureza, a que deram sempre os philosophos grande importância.

[...].

Creemos ter dito bastante para provar que o DOUTOR estrellado das mentalidades é inteiramente hospede em litteratura; e que, fundando-se na sciencia dos romances, julgou ideia nova o que é tão velho como o mundo.

Julgamos ter dito bastante para provar o erro crasso em que labora a mentalidade dos microbios, chamando ideia nova ao que geralmente hoje chamam ideias adiantadas; pois ninguém pode chamar novo aquillo que as gerações passadas conheceram, e que foi entre ellas assumpto de tantas controversias.

Se o microbio das mentalidades se tivesse dado ao trabalho de ler e estudar, e não se limitasse à sciencia dos romances, faria melhor figura. Mas, se quer tomar um conselho de quem o lastima – não se metta no que não sabe. Lembre-se do adagio: - o tolo calado faz papel de ladino.

Quem será agora o que manifestou desconhecimento total de todas as coisas, absoluta ignorancia e cretinismo?

Que respondam os que sabem lêr e comprehender. Não damos a materia por esgotada; tocamos-la mui superficialmente; mas se quiser argumentar, como gente, volte que nos encontrará: terá assim occasião de continuar a <<enriquecer>> a lingua com vocabulos novos, tirados da sua mentalidade. (CORREIO DA TARDE, Desterro, 17 mar. 1884, n. 63).

Neste texto deixa claro o seu desprezo pelo que chama de mentalidade, pois procura demonstrar que não é possível uma contribuição decente por parte da *Ideia Nova* e dos escritos deste grupo. Coloca os seguidores da *Ideia Nova* em condição inferior a sua e aos escritores famosos da literatura portuguesa. Declara que Rosa Gama desconhece a literatura e critica possíveis neologismos, segundo ele “tirados de sua mentalidade”. São, desse modo, afirmações que desmerecem o presidente da província e agem na forma de estratégia declarada de possuir a verdade sobre o uso da língua. Além disso, é possível perceber uma tentativa de manter um uso vinculado à gramática portuguesa, o que se estabelece como uma tentativa de regulação do uso da língua escrita a partir do que considera errado.

Em outro momento, o foco da crítica é a ideia de Naturalismo compreendida por Gama Rosa como base para a *Ideia Nova*.

Secção Livre

Ilm. e exm sr. Visconde de Gramu Cravo.

..... laissez que l'humanité libre em sa gradeur aille partout.

Michelet.

O microscopico artigo <<Pinheiro Chagas>>, inserto na <<Regeneração>> de 14 do corrente, prova que v.ex. é o mais preguiçoso cidadão deste imperio.

Onde aprendeu que realismo é IDÉIA NOVA?

Vou demonstrar, resumindo o mais que fôr possível, que v. ex. e seus discipulos são de uma ignorancia crassa e de um despejo assombroso.

Realismo é o sentimento do real, do verdadeiro. Os primeiros escriptores que só tinham por modelo a natureza – o verdadeiro, o real – deviam ser todos os realistas; os que succederam a estes, começaram a imital-os, abandonando, em parte ou no todo, a natureza, foram com o tempo a causa da decadencia da litteratura, até a epocha em que veio Theocrito dar-lhe novo e vigoroso impulso.

(CORREIO DA TARDE. 18 mar. 1884, n. 64)

Já no excerto seguinte, faz novas críticas quando o presidente da província relaciona *Ideia Nova* e realismo.

Secção Livre

UM RISO DE AMIGO

Em menos de dous mezes, têm enchido o mundo litterario de admiração e espanto, tres esplendidas producções, matisadas de <<scintillações rubras, onde as perolas, os marfins, os festões, os arabescos, as architecturas douradas de inspeirações fulgurantes>> andam a rôdo.

Os velhos litteratos, os conhecedores da língua patria, envergonhados do seu atraso, confusos correm; e os modernos <<bandeirantes da ideia nova>>, altivos, ovantes, lhes cospem da face <<salpicações>> suinas com <<re...>> de cretinismo.

[...].

E não é que eu também me ia deixando levar pela ideia nova por ... vales do cretinismo e do pedantismo, achando-me já possuido d'esse <<estyllo largo, ..., cheio de arterias, nervos, alma e ...>>, que, se não dou por mim, iria ter ... da Praia Vermelha, por sobre a <<vastidão esmeraldina do mar!>>

De que eu escapei!

(CORREIO DA TARDE. Desterro, 3 maio 1884)

Além da relação observada e criticada, o redator do *Correio da Tarde* utiliza o termo “Praia Vermelha”, expondo sua opinião acerca do local de origem da *Ideia Nova*, ou seja, o Rio de Janeiro. Outro elemento é o humor e a ironia do redator ao dizer-se vítima da mentalidade espalhada pela *Ideia Nova*, mas que dela escapa. Continua, na sua escrita, tratando-a como uma doença contagiosa. Conforme Bastos,

Um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão, é a imprensa, portadora e produtora de significações. A partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar uma mentalidade – *uma certa maneira de ver* – no

seu destinatário, constituindo um público leitor (2002, p. 151-152).

É o que percebemos nos artigos do jornal *Correio da Tarde*, pois demonstram uma preocupação em serem aceitos e buscam essa aceitação através da desvalorização do outro, da linguagem agressiva e impositiva. Não se apresenta aqui apenas discursos de discordâncias com o escrito do outro, mas uma postura forte e de imposição do próprio pensamento e da própria concepção do que acredita ser o certo com relação ao uso da língua. O periódico *A Regeneração* incomoda pois, além de constar como o jornal mais antigo em circulação em Desterro, também está vinculado, em 1884, ao governante que está no poder, um representante do partido liberal.

Faz-se necessário refletir sobre o comportamento dos jornalistas de Desterro que se destacam por seu entusiasmo na escrita de suas críticas. Percebe-se a existência de uma tensão entre o padrão linguístico usado e o defendido pelos donos de periódicos. A maioria dos jornais desterrenses expressa toda uma preocupação acerca da manutenção da língua e do que se considera “bom uso”, seja pelo cuidado com a grafia das palavras, seja pelas colunas dedicadas à instrução pública sempre que possível, atentando para os padrões de ortografia e gramática vigentes ou mesmo pelos embates entre os defensores da *Ideia Nova* e os seguidores da escrita portuguesa. O que impera é um discurso regulador, numa tentativa de demonstrar que há uma norma e ela deve ser respeitada.

A norma portuguesa era, desse modo, defendida veementemente e o nível de cobrança de um periódico para com o outro aumentava de acordo com a posição política adotada. Isso porque se configurou forte a luta política e os jornais eram os grandes instrumentos em que os intelectuais desterrenses, ou os aqui estabelecidos, mostravam sua opinião e buscavam impor o que entendiam como verdade.

As táticas e estratégias empreendidas podem ser percebidas em todos os jornais. Um exemplo é a tensão entre o jornal *A Regeneração* e o *Correio da Tarde*. O primeiro busca impor como estratégia a escrita de poesias vinculadas à *Ideia Nova*, mas não dispensa as táticas ao se defender das críticas do *Correio da Tarde* através de artigos que retirem o mérito de escritores como Pinheiro Chagas. Neste caso as táticas são percebidas pois, normalmente, não há uma resposta declarada, mas

velada. Também como táticas podem ser vistas a defesa da *Ideia Nova* como seguindo um modelo naturalista ou realista da escrita literária. Esta última posição não fica muito clara nos artigos de Gama Rosa, mas servem para compor a trama dessas tensões.

Ao percebermos esses discursos, compreendemos ser relevante trazer a análise dos jogos de poder que se estabeleciam. Saber usar corretamente a gramática da língua portuguesa era uma distinção. Conhecer os filósofos da antiguidade e a literatura portuguesa era fazer parte de uma gama ilustre da população e para fazer parte desse grupo era necessário comprovar que sabiam usar a língua conforme a gramática portuguesa. Os possíveis erros eram punidos.

Relacionando os discursos analisados nesta pesquisa, percebe-se uma proposta de educação pelos jornais. Neste caso, a língua é o objeto desses discursos. A preocupação dos redatores com o que os professores, chamados neste tempo de mestres, iriam pensar ao lerem possíveis erros denota um comportamento de regulação pela instrução. Certamente cabe pensar que a escola, como a conhecemos, estava se formando. No entanto, compreender os jornais como instrumentos do progresso era compreendê-lo como modelo, como regulador de comportamentos. Eis aí o seu estabelecimento com o papel educacional. A língua era uma das formas de civilização da população e isso estava sendo empreendido pelos jornais.

Desse modo, os intelectuais que expõem os seus ideais nos jornais fazem parte, em sua maioria, de uma elite letrada e com acesso à informação e à formação. Eram políticos, médicos, jornalistas, ou seja, homens detentores de um certo “capital cultural” e, por isso, colocavam em suas críticas a respeito da língua toda uma intencionalidade que, na maioria das vezes, está relacionada ao poder político da região.

Os dois últimos jornais analisados demonstram bem esse processo. Utilizam-se de um vasto repertório vocabular para denegrir a figura do oponente político e também oponente intelectual. A tensão estabelecida em torno da *Ideia Nova* é uma das mais ricas descobertas desta pesquisa que trata da língua nacional. São artigos destinados a uma espécie de manutenção da língua pura, do seu uso, mas também elencam questões de estética e de escola literária. Os argumentos contrários a essa novidade estão embasados numa questão educacional, ou seja, estão arregimentados em discursos a ideia de aprendizado correto primeiro para depois estabelecer-se o uso. É a educação por periódicos não educacionais que demonstra uma mentalidade social a

respeito do uso da língua e de quem eram os detentores desse “uso correto”.

Não foram localizados, infelizmente, documentos – mesmo em bibliografias que tratam do período estudado – com uma abordagem mais precisa e detalhada do que era a *Ideia Nova*, mas os artigos analisados trazem uma noção preliminar do que pensavam alguns intelectuais desterrenses a respeito de perspectivas literárias e de escrita diferente do que se tinha com o romantismo. A novidade não era bem vinda.

Inferimos, ao concluir, que o conservadorismo linguístico ditava as regras em relação ao uso da língua. Mais do que tensões entre grupos com táticas e estratégias distintas, o que encontramos, na verdade, foram grupos de intelectuais que brigavam por um espaço no processo de regulação.

Os redatores dos periódicos desterrenses buscavam em seus discursos normatizar o uso da língua através do que a relação com Portugal havia proporcionado. Normatizar o uso da língua nacional era não permitir que ela fosse deturpada por outros usos, por novidades indesejadas. Conservando um uso da língua nos moldes do português europeu, permitia-se que o Brasil conservasse suas raízes europeias e a ela continuasse ligada.

A partir dos discursos aqui analisados, percebe-se que as estratégias de imposição eram fortíssimas e quando o presidente inclinava-se a novidades no campo da língua, as táticas mostraram-se obstinadas e até violentas. Os embates não se davam entre grupos com grandes diferenças econômicas, mas sim, entre intelectuais reconhecidos e detentores de poder moral, econômico e político na região. A crítica severa que encontramos nos discursos jornalísticos mostra que tanto do lado do criticado como por parte do crítico havia estratégias e táticas e ambas eram utilizadas com vistas ao poder político e comportamental. O que percebemos de novo é a mudança de postura por parte dos jornalistas em relação ao governo e, além disso, a ampliação de espaços dados a intelectuais que podiam fazer suas críticas ao presidente.

De certa forma, percebe-se que no início, nos jornais da década de 1870, o poder presidencial não era questionado de forma tão intensiva quanto ao uso da língua. Tal postura modifica-se na década de 1880, quando o próprio *A Regeneração* demonstra descontentamento com a escrita de presidente e vice presidente. O jornal citado abre, ao nosso ver, precedentes para que ele também torne-se alvo de críticas quando é o seu partido que está no poder, ou seja, quando Gama Rosa,

com pouco mais de 30 anos assume o cargo de Presidente da Província de Santa Catarina e traz perspectivas diferentes de escrita e de estética nos textos literários. A novidade que encantava muitos jovens desterrenses não era bem vista pelo conservadorismo local e reverberava nos discursos jornalísticos. Tais discursos estão impregnados de uma visão de educação e de norma da língua, concebidos como um processo formal, fechado e que deveria ser mantido.

CONSIDERAÇÕES DO ESTUDO: EXPONDO EM PORTA-RETRATOS

A língua portuguesa que amo tanto
 Que canto enquanto encanto-me ao ouvi-la
 Em cada canto é fala, é riso, é pranto
 E nada há que a cale e que a repila.

É essa língua tórrida e faceira
 Inebriante e meiga e doce e audaz
 Que envolve e enleia a gente brasileira
 E quem a utiliza é quem a faz.

É a língua dos domingos, no barzinho
 A mesma das segundas, no escritório
 A que fala o andrajoso, no caminho
 E o cientista, no laboratório.

É a mesma língua, embora evoluída,
 Que veio de outras terras com Cabral
 Escrita por Caminha, foi trazida
 Na descoberta do Monte Pascoal

Não há quem fale errado ou fale mal
 De norte a sul, é belo o que é falado
 Na língua de Brasil e Portugal.
 Para julgar quem fala certo ou fala errado

Não há no mundo lei, nem haverá:
 Quem faz da fala língua, é quem a fala
 Gramática nenhuma a calará
 Gramático nenhum irá cegá-la!
 (“Poema à Língua Portuguesa”, Oldney Lopes)

Ao retirar a poeira do objeto aqui analisado procuramos dar luz a discursos esquecidos pelas pesquisas acadêmicas, empoeirados pelo tempo. Colocar em porta-retratos a língua nacional na esteira da História da Educação e permitir que ela seja vista por outros pesquisadores é compreender que o tema não se finda. É deixar claro que há muito por fazer e por descobrir – por descobrir entendemos retirar a cobertura, olhar para o que ainda não foi olhado e não vislumbrar o que não existe.

Desse modo, procuramos deixar claro que se trata de uma pesquisa com caráter preliminar e que, certamente, não trará o objeto com todas as suas características, ou seja, o assunto não está acabado. São perspectivas aqui trazidas a partir de leituras de discursos de uma cidade como Nossa Senhora de Desterro que ainda não foram estudados. Colocamo-nos como a olhar uma fotografia, compreendendo que não percebemos todos os detalhes de uma imagem olhando-a pela primeira vez.

Procuramos responder questões que ainda não tinham sido feitas acerca da reverberação da noção de língua nacional que existia em Nossa Senhora do Desterro. Acreditamos que o objetivo deste trabalho foi alcançado quando refletimos a respeito de discursos cotidianos que traziam a “cor local” do que se entendia sobre a língua portuguesa e sobre o papel dos jornais como instrumentos de instrução. A busca em compreender o que reverberava entre os intelectuais desterrenses a respeito da língua nos trouxe como resposta a percepção de um conservadorismo ferrenho, nada aberto ao que era novo. Além disso, essa concepção europeizada de língua só fortaleceu, por parte de Desterro, a relação com o que se percebia no restante do Império brasileiro, ou seja, que a ideia de nacionalidade impregnava-se juntamente com o conservadorismo, um certo purismo linguístico. E o discurso purista acerca da língua estabelecia-se na forma de regras a serem seguidas, como num manual. Desse modo, as táticas e estratégias percebidas seguem a mesma direção e não são distintas nos discursos jornalísticos envolvidos neste estudo. Há táticas e estratégias tanto na defesa de uma língua nacional como na tentativa de implantar novidades no campo da escrita literária e jornalística.

Quanto aos grupos envolvidos nesses discursos, acreditávamos, no início desta pesquisa, que estariam em posição completamente oposta em relação à língua. No entanto, na maioria dos artigos que constam nesta dissertação, encontramos posicionamentos normativos, reguladores. Trata-se de uma regulação conforme o que se entende por língua nacional, vinculada a Portugal e não efetivamente uma regulação a uma gramática brasileira. Só percebemos opiniões contrárias sobre a língua no ano de 1884, quando o próprio presidente da província busca trazer inovações para o campo da literatura. Inovações essas relacionadas à escrita. Constatou-se, desse modo, que os intelectuais desterrenses que compunham esses grupos eram homens respeitados com posições importantes na sociedade e nascidos em famílias cujo poder político predominava. Tais discursos de elite ajudam a fortalecer a

noção de normatização por parte dos artigos nos jornais, uma vez que se leva em conta a posição de prestígio dos redatores. Eram eles, a princípio, os detentores da boa escrita da “língua de Camões”. Portanto, havia uma espécie de acordo social, o qual legitimava os discursos de tais redatores.

Os interesses na divulgação de erros por parte de certos redatores, bem como a questão da *Ideia Nova* traziam méritos políticos. Neste último caso, via-se, por parte do *Correio da Tarde* uma espécie de preservação das ideias da monarquia. A *Ideia Nova* traria inovações políticas como a República e isso não era o que desejavam os conservadores. Desse modo, participar dos ideais de Gama Rosa era pertencer ao grupo dos deturpadores da língua nacional, era desrespeitar a “bela língua portuguesa”.

Para que esses discursos pudessem ganhar espaço entre os letrados contribuindo para a configuração social e para as ideias que havia sobre a língua cabe refletir sobre a importância dos jornais, tanto como materiais impressos, contemplando a difusão da escrita, como detentores de um poder regulador sem precedentes. Os discursos jornalísticos apontam para uma espécie de regra geral no uso da língua, a qual muitas vezes não se relaciona com a gramática, mas com o que o redator considera como o mais correto em termos de escrita. Trata-se de colocar o jornal no campo educacional, como ferramenta para a instrução, ou seja, como manual de regras a serem seguidas no uso da escrita.

A língua nacional que passou a ser foco de embates políticos após a Independência e depois ganhou maior espaço nos debates públicos e jornalísticos após a saída de D. Pedro I do posto de Imperador do Brasil ultrapassa, em Desterro do final do Império, simplesmente embates entre lusitanos (e pró-lusitanos) e antilusitanos, pois ganhou nova configuração com a perspectiva da República. O jogo de forças para delimitar o uso correto da língua em Desterro deu-se através das críticas e contra-críticas, ou seja, ataques e defesas – posturas adotadas pelos redatores – observadas nos jornais de Desterro no período estudado. Apesar de essa transformação política não constar claramente nos periódicos desterrenses aqui analisados e não ser contemplada em muitas bibliografias acerca da história de Santa Catarina, o processo de mudança existia, contemplando grupos de intelectuais favoráveis à mudança e outros contrários a ela.

Desse modo, compreendemos que esta pesquisa não está fechada a novas possibilidades de estudo, mas pelo contrário, abre

precedentes e perspectivas para que as pesquisas no campo da História da Educação sejam aprofundadas. Como já explicamos, o que buscamos expor num porta-retratos é pertencente ao campo da História da Educação, mas pode ganhar novas dimensões e outras perspectivas se for contemplado pela História ou pelo campo da Linguística e suas interfaces. É possível, por exemplo, vislumbrar uma continuidade desta pesquisa acerca dos processos de contatos linguísticos em Santa Catarina, tendo nos jornais um importante suporte. Além disso, também podem ser contempladas pesquisas que tragam os contrastes dos discursos jornalísticos e dos discursos políticos/legislativos.

Refletir este processo torna a pesquisa acerca da língua, nos jornais desterrenses, uma oportunidade de retirar a poeira de discursos esquecidos e colocá-los em porta-retratos que, através do tempo e do aprofundamento em tais questões, promoverão outros olhares e a exposição de outras imagens na estante da história da educação.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ALONSO, A. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, volume III: 1870 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

A REGENERAÇÃO. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 241, 12 jan. 1871.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 256, 5 mar. 1871.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 272, 4 de maio 1871.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 627, 22 nov. de 1874.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 860, 12 abr. 1877.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 908, 4 out. 1877.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 940, 10 fev. 1878.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 56, 8 mar. 1884.

_____. Jornal da província de Santa Catarina. Desterro, n. 59, 12 mar. 1884.

ASSIS, J. M. M. de. O jornal e o livro, em O Correio Mercantil, 10 e 12 de janeiro de 1859. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **Machado de Assis: Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

BASTOS, M. H. C. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In.: ARAÚJO, J.C.S.; GATTI Jr. D. (Org.). **Novos tempos em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas – SP: Autores Associados; Uberlândia – MG: EDUFU, 2002

BAUDELAIRE, C. Reflexões. Disponível em: <<http://paxprofundis.org/livros/charlesbaudelaire/charlesbaudelaire.htm>>. Acesso em 22 Out. 2013.

BESSA-FREIRE, J. R. Nheengatu: a outra língua brasileira. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

BILAC, O. **Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.releituras.com/olavobilac_lingua.asp>. Acesso em 12 ago. 2013.

BORBA, L. do R. **Língua e mestiçagem: uma leitura das reflexões Linguísticas de Gilberto Freyre**. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/sinteses/article/view/225/192>>. Acesso em 14 set. 2012.

CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1970.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Revista de Estudos avançados**. [online]. 1991, v. 5, n.11, p. 173-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Mar. 2012.

CORAZZA, S. M. Manual infame...mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. In: BIANCHETTINI L. e MACHADO, A. M. N. **Bússola do escrever**. Florianópolis: Editora da UFSC; São Paulo: Cortez, 2006. p.355-370.

CORRÊA, C. H. P. **Diálogo com Clio – ensaios de história política e cultural**. Florianópolis: Insular, 2003.

_____. **História da cultura catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC; Diário Catarinense, 1997.

CORREIO DA TARDE. Jornal diário. Desterro, n. 14, 17 jan. 1884.

_____. Jornal diário. Desterro, n. 15, 18 jan. 1884.

_____. Jornal diário. Desterro, n. 55, 7 mar. 1884.

_____. Jornal diário. Desterro, n. 57, 10 mar. 1884.

_____. Jornal diário. Desterro, n. 63, 13 mar. 1884.

_____. Jornal diário. Desterro, n. 63, 17 mar. 1884.

_____. Jornal diário. Desterro, n. 64, 18 mar. 1884.

_____. Jornal diário. Desterro, n. 125, 3 maio 1884.

DIMAS, A. **Bilac, o jornalista: ensaios**. São Paulo: Inesp, 2006

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Zahar. Vol. II, 1993.

FARACO, C. A. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. In: Vários autores. **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GOMES, A. de C. (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, V. S.; IAPECHINO, M. N. K. A inclusão cultural letrada no século XIX: o papel da imprensa. **Soletras**, ano VIII, nº 15. São Gonçalo: UERJ, jan./jun. 2008.

GONÇALVES, M. de A. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, K. e SALES, R. **O Brasil imperial**, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

JINZENJI, M. Y. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, I. S. **A Língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil** (2003). Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi%2007/topoi7a5.pdf>. Acesso em 14 Set. 2012.

_____. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira,

2009.

_____. Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil – uma perspectiva histórica. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 352-369, julho-dezembro de 2012.

LIMA, I. S.; CARMO, Laura do. **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

LOPES, O. **Poema à Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://www.oldney.net/visualizar.php?id=433893>>. Acesso em 28 Nov. 2013.

MAGALHÃES, A. S. Políticas linguísticas e historicização do Brasil: a escrita na construção vernacular. In: **Gragoatá**. Niterói, n. 32, p. 99-116, 1. sem. 2012.

MATTOS, I. R. de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MILTON, J. **Paradise Lost**. Milton Reading Room, Dartmouth. Disponível em: <http://www.dartmouth.edu/~milton/reading_room/pl/book_1/index.shtml>. Acesso em 19 Set. 2013.

MIRANDA, R. C. C. de. **Brasil e Portugal: duas culturas em polêmica**. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/20/TDE-2008-01-15T07:00:18Z-4784/Publico/Regina%20Celia%20Carbonari%20de%20Almeida%20Miranda.pdf>. Acesso em 14 Set. 2012.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

O CACIQUE. Jornal noticioso e recreativo. Publicação semanal. Desterro, n. 10, 8 out. 1870.

_____. Jornal noticioso e recreativo. Publicação semanal. Desterro, n. 12, 29 out. 1870.

_____. Jornal noticioso e recreativo. Publicação semanal. Desterro, n. 18, 3 dez. 1870.

_____. Jornal noticioso e recreativo. Publicação semanal. Desterro, n. 20, 17 dez. 1870.

O CAIXEIRO. Órgão da classe caixeiral. Publicação dominical. Desterro, n. 21, 17 dez. 1882.

_____. Órgão da classe caixeiral. Publicação dominical. Desterro, Ano II, n. 53, 6 mar. 1873.

O CONSTITUCIONAL. Jornal político, literário, industrial e noticioso. Desterro, n. 22, 1867.

O DESPERTADOR. Jornal. Desterro, Ano VIII. n. 737, 19 fev. 1870.

O MOLEQUE. Órgão crítico, humorístico, noticioso e de leituras variadas. Publicação semanal. Desterro, 10 maio 1885.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**. Nº 104, p. 144, jul. 1998. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n104/n104a09.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

PAGOTTO, E. G. Norma e condescendência; ciência e pureza. In: Vários autores. **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, 2002.

PEDRO, J. M. **Nas tramas entre o público e o privado**: a imprensa de Desterro, 1831 – 1889. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

RENZO, A. M. Di. **A Constituição do Estado brasileiro e a imposição do português como língua nacional**: uma história em Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000381778>>. Acesso em 17 Set. 2012.

RODRIGUES, J. P. C. de S. **Através do Atlântico**: Diálogos luso-brasileiros em torno da língua portuguesa (1820 – 1930). *Luso-brasilian Review* 45:2, 2008.

SIEBERT, I. Crônica jornalística, sociabilidade e vida familiar na Desterro de meados do século XIX. In: BRANCHER, A.; AREND, S. M. F. (Org.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SILVA, R. C. da. **O Polígrafo Interessado**: João Ribeiro e a construção da brasilidade. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102008-151911/pt-br.php>>. Acesso em: 17 Set. 2012.

SUSSEKIND, F. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). **América Latina - Palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial, 1994. v. 2, p. 451-485.

VOZ DA VERDADE. Jornal político e noticioso. Desterro, n. 11, p. 2, 17 jun. 1869.

_____. Jornal político e noticioso. Desterro, n. 12, p. 3, 24 de jun. de 1869.

APÊNDICE A – LISTA DOS JORNAIS CATARINENSES (1870 - 1989): ESTADO DE PRESERVAÇÃO (BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA)

Nº	TÍTULO DO JORNAIS	SITUAÇÃO
01	ABOLICIONISTA: órgão literário e noticioso – Desterro 1884 – 1885; semanal – 1884 – Diversos nº 5	Interditado
02	O APRENDIZ: periódico literário e recreativo – Desterro 1881; semanal – Diversos nº 8	Interditado
03	O COLLEGIAL: órgão literário – Desterro (semanal) 1884 – Diversos nº 06	Interditado
04	O CONSERVADOR: jornal político, noticioso e comercial – Desterro 1872 - 1880	Interditado
05	CONSERVADOR: órgão do Partido Conservador – Desterro (diário) 1884 - 1889	Interditado
06	CRÍTICO: organ litterario e noticioso – Desterro (semanal) 1885 – Diversos nº 06	Interditado
07	O DESPERTADOR – Desterro 1863 - 1885	Interditado
08	ESTUDANTE: periódico litterario – Desterro (semanal) 1885 – Diversos nº 06	Interditado
09	JORNAL DO COMMERCIO – Desterro (diário) 1880 - 1889	Interditado
10	A LANTERNA: jornal da mocidade estudiosa – Desterro (semanal) 1884 – Diversos nº 07	Interditado
11	MANHÃ – Desterro (semanal) 1886 – Diversos nº 05	Interditado
12	O OPERARIO: periódico litterario e noticioso – Desterro (semanal) 1881 – Diversos nº 02	Interditado
13	A REGENERAÇÃO: jornal da Província de Santa Catarina – Desterro (irregular) 1868 – 1888 ³¹	Interditado ³² /Disponível
14	O TYPOGRAPHO: jornal litterario e instructivo – Desterro (semanal) 1872 – Diversos nº 06	Interditado
15	MERCÚRIO: organ da classe caixeral – Desterro (semanal) 1886 – Diversos nº 80	Interditado
16	O MOSQUITO: periodico semanal, de principio agradaveis, criticos, litterarios e mais alguma cousa – Desterro (semanal) 1888 – 1889 – Diversos nº 80	Interditado

³¹ A partir de 10/03/1885, Regeneração: folha diária, noticiosa, commercial, e filiada às ideias liberaes.

³² Interditado nas Bibliotecas do Estado de SC e no setor de Obras Raras da UFSC, mas disponível em formato digital no site da Biblioteca Nacional.

17	PROVÍNCIA: folha conservadora – Desterro (diário) 1882 – Diversos n° 89	Interditado
18	TYPOGRAPHO: órgão litterario – Desterro (semanal) 1888 – Diversos n° 06	Interditado
19	JUPITER: organ litterario e critico – Desterro (semanal) 1885 – 1887 – Diversos n° 08	Restauo
20	O CREPÚCULO: órgão litterário – Desterro 1887 - 1889	Restauo
21	OPINIÃO CATHARINENSE: jornal político e noticioso – Desterro (semanal) 1874 – 1875 – Diversos n° 11	Restauo
22	A VOZ DO POVO: órgão de ideias republicanas – Desterro (semanal) 1885	Restauo
23	O CONCILIADOR: jornal político e noticioso da Província de Santa Catarina – Desterro (semanal) 1872 – 1873	Disponível
24	O CAIXEIRO: órgão da classe caixerla – Desterro (semanal) 1882 – 1883 – Diversos n° 53	Disponível
25	O CACIQUE: jornal noticioso e recreativo – Desterro (semanal) 1870 – 1871 – Diversos n° 12	Disponível
26	O CONSTITUCIONAL: jornal político, litterário, industrial e noticioso – Desterro (semanal) 1867 – 1871 – Diversos n° 79	Disponível
27	A LUCTA – Desterro (bissemanal) 1885 – Diversos n° 03	Disponível
28	MATRACA: periódico crítico – Desterro (bissemanal) 1881 – 1888	Disponível
29	CORREIO DA TARDE: propriedade de uma associação – Desterro (diário) 1884	Disponível
30	O MOLEQUE: órgão critico, humoristico, noticioso e de leitoras variadas – Desterro (semanal) 1884 – 1885	Disponível
31	A PROVÍNCIA: folha política e noticiosa – Desterro (bissemanal) 1870 – 1872	Disponível
32	POLYANTHEA: letras e artes, gazeta hebdomadaria – Desterro (semanal) – 1889 – Diversos n° 01	Disponível
33	CONCILIADOR: organ conservador – Desterro 1885 – 1886 – Diversos n° 12	Disponível
34	O TIL: jornal litterario e noticioso – Desterro (semanal) 1874 – 1875 – Diversos n° 12	Disponível
35	A VOZ DA VERDADE: jornal político e noticioso – Desterro (semanal) 1869 - 1870 – Diversos n° 10	Disponível
36	PALAVRA: organ litterario – Desterro (semanal) 1888	Disponível

Total: 36 Jornais. Disponíveis: 14 jornais. No setor de restauro no momento da pesquisa: 04 jornais. Interditados: 18 jornais (sendo um deles o jornal *Regeneração* que está disponível – digitalizado – na página da Biblioteca Nacional). Jornais encontrados e examinados: 07 jornais.